ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO

ÍNDICE DE DIVULGAÇÃO DA INFORMAÇÃO NAS IPSS DO DISTRITO DE BEJA: MATURIDADE DA PRESENÇA ONLINE E RELAÇÃO COM O DESEMPENHO FINANCEIRO

Maria Luísa do Rosário Ricardo Maurício

DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM CONTABILIDADE E FINANÇAS

Beja, maio 2026

INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA

ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO

ÍNDICE DE DIVULGAÇÃO DA INFORMAÇÃO NAS IPSS DO DISTRITO DE BEJA: MATURIDADE DA PRESENÇA ONLINE E RELAÇÃO COM O DESEMPENHO FINANCEIRO

Maria Luísa do Rosário Ricardo Maurício

DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM CONTABILIDADE E FINANÇAS

ORIENTAÇÃO

Professor Doutor Carlos Manuel Lopes Borralho

Beja, maio 2026

RESUMO

As Instituições Particulares de Solidariedade Social assumem um papel essencial nas comunidades onde operam, quer ao nível da criação de emprego, quer na prestação de respostas sociais que, em muitos casos, substituem a ação do Estado. A sua forte dependência de financiamento público implica exigências acrescidas de transparência e prestação de contas. Neste contexto, o Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro, estabelece regras claras sobre a divulgação de informação institucional e financeira, incluindo a obrigatoriedade de publicação de contas na Internet. O presente estudo analisa o grau de cumprimento dessas obrigações pelas instituições do distrito de Beja, incidindo sobre a totalidade da população, através do cálculo do índice de divulgação de informação e da análise da sua relação com características institucionais e desempenho económico-financeiro.

Quanto ao método, foi seguida uma abordagem de raciocínio hipotético-dedutivo, orientada para a análise do nível de divulgação de informação financeira, da existência de diferenças em função de características institucionais e da associação entre divulgação de informação e indicadores de desempenho económico-financeiro. Para além da estatística descritiva, utilizou-se estatística inferencial bivariada, com recurso a testes de independência, de correlação e a testes não paramétricos de comparação de grupos.

Os resultados evidenciam um reduzido cumprimento das exigências legais. Apenas 42 das 89 instituições permitiram calcular o índice de divulgação de informação, correspondendo a 47,19% do total, com um valor médio de 4,62 (65,99%). A maioria das instituições não divulga informação nos prazos legalmente previstos, e mesmo entre as cumpridoras a comparabilidade é limitada, nomeadamente pela fraca divulgação do custo por utente. Não se identificaram diferenças estatisticamente significativas no nível de divulgação em função da antiguidade, localização, forma jurídica ou número de respostas sociais, sugerindo a influência de fatores internos às organizações. Por fim, a relação entre divulgação de informação e desempenho económico-financeiro revela-se fraca e inconsistente, com associações pontuais e de baixa intensidade. Globalmente, os resultados apontam para fragilidades na transparência e para a necessidade de reforço das práticas de divulgação no setor.

Palavras-chave: Instituições Particulares de Solidariedade Social; Índice de Divulgação da Informação; Desempenho Económico-financeiro.

ABSTRACT

Private Social Solidarity Institutions play an essential role in the communities in which they operate, both in terms of job creation and in the provision of social services that, in many cases, substitute for state action. Their strong dependence on public funding entails increased requirements for transparency and accountability. In this context, Decree-Law No. 172-A/2014, of 14 November, establishes clear rules on the disclosure of institutional and financial information, including the obligation to publish accounts online. This study examines the degree of compliance with these obligations by institutions in the district of Beja, covering the entire population, through the calculation of the information disclosure index and the analysis of its relationship with institutional characteristics and financial performance.

As regards the methodology, a hypothetical-deductive approach was adopted, focusing on the analysis of the level of financial information disclosure, the existence of differences according to institutional characteristics, and the association between information disclosure and financial performance indicators. In addition to the use of descriptive statistics, bivariate inferential statistics were employed, through correlation tests and non-parametric tests for group comparisons.

The results reveal a low level of compliance with legal requirements. Only 42 out of 89 institutions allowed the calculation of the information disclosure index, corresponding to 47.19% of the total, with an average value of 4.62 (65.99%). Most institutions do not disclose information within the legally established deadlines, and even among compliant institutions comparability is limited, particularly due to the scarce disclosure of cost per user. No statistically significant differences were found in the level of disclosure according to age, location, legal form or number of social responses, suggesting the influence of internal organisational factors. Finally, the relationship between information disclosure and financial performance is weak and inconsistent, with occasional and low-intensity associations. Overall, the findings point to shortcomings in transparency and to the need to strengthen disclosure practices in the sector.

Keywords: Private Social Solidarity Institutions; Information Disclosure Index; Financial Performance.

AGRADECIMENTOS

A conclusão desta dissertação só foi possível graças ao apoio e contributo de muitas pessoas que cruzaram o meu caminho. Foi uma etapa que vivi com altos e baixos. Houve momentos de muita dedicação, mas também houve momentos em que o desanimo esteve presente.

Foi uma etapa de realização, de muita aprendizagem, que contribuiu para o meu crescimento, quer académico quer pessoal.

Mas não chegaria aqui sem o apoio e disponibilidade do meu orientador, o Professor Doutor Carlos Manuel Lopes Borralho, a quem expresso a minha sincera gratidão pela partilha de conhecimento e pelo incentivo. Uma das pessoas que tive o prazer de conhecer no início da licenciatura e que me acompanhou até ao final desta etapa, demonstrando sempre disponibilidade e sendo generoso na partilha do seu conhecimento.

Como não poderia deixar ser, agradeço ao meu marido, pelo amor e o apoio incondicional. Obrigada pelo incentivo constante, pela compreensão demonstrada nos momentos mais exigentes e pela confiança inabalável nas minhas competências.

Aos meus dois filhos, Alexandre e Luís Paulo, de quem me orgulho profundamente, deixo um agradecimento que dificilmente conseguirei pôr em palavras. Obrigada pelo vosso apoio, muitas vezes silencioso, mas sempre presente, foram para mim uma fonte permanente de motivação. Obrigada pelo carinho, compreensão e pelo orgulho com que partilharam esta etapa da minha vida.

À minha irmã, por estar sempre presente e pelas palavras de incentivo, o meu obrigado.

ÍNDICE GERAL

RESUMO ..... **III**

ABSTRACT ..... **IV**

AGRADECIMENTOS ..... **V**

ÍNDICE GERAL ..... **VI**

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS ..... **IX**

CAPÍTULO 1 INTRODUÇÃO **1**

1.1 OBJETIVOS E QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO 1

1.2 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO 2

CAPÍTULO 2 REVISÃO DA LITERATURA **3**

2.1 ECONOMIA SOCIAL E ENTIDADES DO SETOR NÃO LUCRATIVO: SINGULARIDADES DAS INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL 3

2.2 TRANSPARÊNCIA E REQUISITOS NA PRESTAÇÃO DE CONTAS: INFORMAÇÃO A DIVULGAR PELAS IPSS NOS *WEBSITES* 7

2.3 ÍNDICES DE DIVULGAÇÃO DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA E MATURIDADE NA DIVULGAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS 9

2.4 DESEMPENHO ECONÓMICO E FINANCEIRO: PERSPETIVAS E INDICADORES 35

2.5 SÍNTESE 39

CAPÍTULO 3 MÉTODO **41**

3.1 PARADIGMA E DESENHO DE INVESTIGAÇÃO 42

3.2 HIPÓTESES E VARIÁVEIS 45

3.3 TÉCNICA DE RECOLHA DE DADOS: GRELHAS DE OBSERVAÇÃO 50

3.4 TÉCNICAS DE ANÁLISE DE DADOS 51

3.5 SÍNTESE 54

CAPÍTULO 4 RESULTADOS **56**

4.1 ÍNDICE DE DIVULGAÇÃO DA INFORMAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO DE IPSS DO DISTRITO DE BEJA 56

4.2 ANÁLISE DA INFORMAÇÃO EFETIVAMENTE DIVULGADA PELAS IPSS DO DISTRITO DE BEJA 61

4.2.1 Associação entre o índice de divulgação da informação e o desempenho financeiro *63*

4.2.2 Comparação de grupos *65*

4.3 SÍNTESE 70

CAPÍTULO 5 CONCLUSÕES **71**

5.1 CONCRETIZAÇÃO DE OBJETIVOS E RESPOSTA ÀS QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO 71

5.1.1 Resposta à primeira questão de investigação 72
5.1.2 Resposta à segunda questão de investigação 72
5.1.3 Resposta à terceira questão de investigação..... 73
5.2 LIMITAÇÕES E INVESTIGAÇÃO FUTURA..... 75
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 77
ANEXOS 84

Índice de tabelas

Tabela 1 Resumo de trabalhos empíricos que recorrem ao IDI ou indicador equiparado 14
Tabela 2 Classificação e descrição das variáveis 49
Tabela 3 Entidades que divulgam as contas de gestão de 2024, nos seus websites 57
Tabela 4 Entidades sediadas por concelho no distrito de Beja 58
Tabela 5 Constituição jurídica das entidades sediadas no distrito de Beja 59
Tabela 6 Antiguidade das Entidades sediadas no distrito de Beja 59
Tabela 7 Teste de normalidade dos dados (Shapiro-Wilk) 60
Tabela 8 Teste de independência ou associação com recurso ao teste exato de Fisher 61
Tabela 9 Registo de frequências analisadas – determinantes do IDI 62
Tabela 10 Testes de associação com recurso à correlação de Spearman – Informação do Balanço 63
Tabela 11 Testes de associação com recurso à correlação de Spearman – Informação da DR64
Tabela 12 Testes de associação com recurso à correlação de Spearman – Indicadores económico-financeiros 65
Tabela 13 Teste de comparação de dois grupos – Teste U de Mann-Whitney 66
Tabela 14 Testes de comparação de dois grupos – Teste U de Mann-Whitney 67
Tabela 15 Testes de comparação de dois grupos – Teste U de Mann-Whitney 68
Tabela 16 Teste de comparação de grupos – Teste de Kruskal-Wallis 69
Tabela 17 Anexo I – Listagem das IPSS do distrito de Beja 85

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BSC – *Balanced Scorecard*

CRP – Constituição da República Portuguesa

DF – Demonstrações Financeiras

DL – Decreto Lei

IPSS – Instituições de Solidariedade Social

IDI – Índice de Divulgação de Informação

ITM – Índice de Transparência Municipal

IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social

LBES – Lei de Bases da Economia Social

OCIP – Orçamento e Contas de Instituições Particulares de Solidariedade Social

OSFL – Organizações sem fins lucrativos

SAP – Sistema de Avaliação de *Performance*

CAPÍTULO 1
INTRODUÇÃO

A Instituições Particulares de Solidariedade Social, conhecidas usualmente por IPSS, prestam serviços em várias áreas de apoio às populações onde se encontram sediadas. São entidades que de certa forma substituem o Estado na prestação de serviços, associado a direitos, cujo reconhecimento consta da nossa Constituição da República Portuguesa (CRP). No entanto dependem, fundamentalmente, do próprio Estado para que possam garantir a prestação desses mesmos serviços. Essa dependência baseia-se sobretudo nos subsídios que lhes são atribuídos. Como tal, desde há muito que surgiram diplomas legais que determinaram como deveriam ser constituídas, quais e como deveriam ser os serviços a prestar. A par disso, o Estado também pretende saber se e como os fundos que distribui às IPSS são aplicados.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro (2014), o Estado determinou a forma e o prazo, de como as IPSS deveriam publicitar as suas contas de gestão, com o objetivo de garantir transparência na aplicação dos subsídios, pois estes são constituídos por dinheiros públicos, dinheiro dos contribuintes.

Um dos documentos fundamentais a publicitar nos *sites* institucionais é o relatório de gestão, pois é através dele que, de forma clara e detalhada, as entidades dão a conhecer como gerem os seus recursos, as suas atividades e os seus resultados ao longo de um determinado período, que normalmente coincide com o ano civil.

Com a presente dissertação pretende-se avaliar o grau de cumprimento do diploma legal (DL 172-A/2014) por parte das IPSS sediadas no distrito de Beja.

1.1 OBJETIVOS E QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO

Neste ponto são descritos os objetivos e as questões de investigação que suportam a realização deste trabalho.

Quanto aos objetivos, pretendeu-se:

1. Compreender e avaliar a maturidade na divulgação das contas das IPSS do distrito de Beja, com recurso aos *websites*;

2. Aferir a existência de diferenças estatisticamente significativas no desempenho financeiro das IPSS do distrito de Beja.

As questões que se pretenderam responder foram:

- Q1. Qual o índice de divulgação de informação económico-financeira médio das IPSS do distrito de Beja?
- Q2. Há diferenças no IDI das IPSS do distrito de Beja motivadas pelo número de respostas socais, antiguidade, localização ou forma jurídica?
- Q3. Existe associação entre o índice de divulgação de informação das IPSS do distrito de Beja e o desempenho financeiro?

Quanto à estrutura da dissertação, a sua apresentação faz-se no ponto seguinte.

1.2 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

O presente trabalho é apresentado em cinco capítulos e a bibliografia.

No capítulo de introdução procede-se ao enquadramento do tema, à apresentação dos objetivos e das questões de investigação, seguida da apresentação da estrutura da dissertação.

No segundo capítulo apresenta-se a revisão da literatura, onde se faz um breve enquadramento histórico-legal sobre a criação e constituição das instituições particulares de solidariedade Social – IPSS e apresentação de diversa literatura associada ao índice de divulgação de informação.

No terceiro capítulo é apresentado o método, onde se identificam as hipóteses e variáveis a considerar, assim como a técnica de recolha de dados, que no presente estudo foi compilada em grelhas de observação. É também neste capítulo que se indicam as técnicas de análise de dados a utilizar.

No quarto capítulo, denominado de Resultados, é apresentado o índice de divulgação da informação (IDI) e posicionamento das IPSS do distrito de Beja. É neste capítulo que se procede à análise da informação efetivamente divulgada pelas IPSS do distrito de Beja, procedendo à relação entre o IDI e o desempenho económico, assim como analisando comparação entre grupos que constituem as IPSS, terminando com uma breve síntese.

No capítulo quinto, denominado de Conclusões, são apresentadas as respostas às questões iniciais de trabalho e as limitações a considerar no seu decurso.

Termina com as referências bibliográficas.

CAPÍTULO 2
REVISÃO DA LITERATURA

Neste capítulo procede-se à revisão da literatura. Apresenta-se uma breve descrição do surgimento e evolução das entidades particulares de solidariedade social. Faz-se um enquadramento das instituições de apoio à população desde 1944, passando pelo direito constitucional, pois é direito regulamentado na própria Constituição da República Portuguesa, até à regulamentação atual, que exige transparência na divulgação da informação (DI) de gestão financeira. Demonstra-se também a construção de vários índices de divulgação de informação, aplicados a diversas áreas económicas. Faz-se evidência do desempenho económico e financeiro, associado a uma perspetiva e indicadores que não podem ser descurados pelas IPSS, que mesmo inseridas num universo de entidades que não procuram o lucro, devem garantir a sua sobrevivência e garantir a sua sustentabilidade.

2.1 ECONOMIA SOCIAL E ENTIDADES DO SETOR NÃO LUCRATIVO: SINGULARIDADES DAS INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

Na Constituição da República Portuguesa no seu art.º 80.º, que determina os princípios fundamentais da organização económico-social, está referido a "coexistência do sector público, do sector privado e do sector cooperativo e social de propriedade dos meios de produção", ou seja, a economia assenta e desenvolve-se em três setores diferentes. O primeiro setor onde se desenvolve toda a atividade ligada ao Estado e entidades públicas, o segundo setor ligado ao mundo empresarial e privado onde o lucro é o objetivo principal e o terceiro setor composto por organizações sem fins lucrativos (OSFL), desenvolvendo a sua atividade ligada à prestação de serviços. É neste terceiro setor que estão integradas as Instituições Particulares de Solidariedade Social.

De acordo com o trabalho realizado por Sousa (2012), as Instituições Particulares de Solidariedade Social existem na sociedade portuguesa há muitíssimo tempo e encontram-se por todo o território nacional. Têm desenvolvido uma atividade fundamental associada à proteção social. A parceria entre o Estado e as IPSS ocorreu pelo apoio financeiro prestado pelo Estado, para o desenvolvimento das atividades praticadas pelas IPSS. Desta forma o Estado procurou dar cumprimento ao determinado

na própria CRP (1976), no âmbito da segurança social e solidariedade, pois as prestações de serviços que eram da sua competência estavam asseguradas através das atividades das IPSS.

Antes das IPSS existiam as Instituições Particulares de Assistência e Teixeira (1996) refere que estas estavam reconhecidas na CRP, no n.º 3 do artigo 63.º, na sua primeira versão, como "a organização do sistema de segurança social não prejudicará a existência de instituições privadas de solidariedade social não lucrativas, que serão permitidas, regulamentadas por lei e sujeitas à fiscalização do Estado". O n.º 4 do mesmo artigo acrescentava que "o sistema de segurança social protegerá os cidadãos na doença, velhice, invalidez, viuvez e orfandade, bem como no desemprego e em todas as outras situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho". Sendo uma área da competência do Estado, assegurar o bem-estar social da sociedade, associado à sua dispersão geográfica e múltiplas carências, torna-se uma tarefa difícil. Neste sentido, Sousa (2012, p. 7) resume na sua introdução, de forma muito esclarecida, que "as instituições estão comprometidas, e até identificadas, com as pessoas necessitadas, prestando-lhes as ajudas possíveis, com os próprios meios, requerem a intervenção subsidiária do Estado e assumem-no como corresponsável e regulador".

A área da assistência social conheceu ao longo dos tempos uma série de legislação que procurou estabelecer alguma ordem/controlo em todo o sector. É disso exemplo a Lei n.º 1998, de 15 de maio de 1944 (1944), que regulava e determinava que "até à aprovação dos regulamentos definitivos, o Ministério do Interior aprovará os regulamentos provisórios e as instruções indispensáveis à boa execução das diversas modalidades de assistência" (Base XLI). Anos mais tarde é publicada a Lei n.º 2120, de 19 de julho de 1963 (1963), também, com o propósito de regulamentar as atividades das Instituições Particulares de Assistência, determinando de forma semelhante que "até à aprovação dos regulamentos definitivos, o Ministério da Saúde e Assistência elaborará os regulamentos provisórios e indispensáveis à boa execução da presente lei. Os referidos regulamentos carecem de aprovação de Ministério das Finanças sempre que contenham matéria financeira" (Base XL). Verifica-se nestes dois diplomas legais que o exercício de regulação é feito por ministérios diferentes, em 1944 a competência cabia ao Ministério do Interior e em 1963 competência passaria a ser do Ministério da Saúde e Assistência.

O regime jurídico das instituições privadas de solidariedade social, é estabelecido pelo Decreto-Lei (DL) n.º 519-G2/79, de 29 de dezembro (1979). No seu artigo 1.º, n.º 1, esclarece que "é aprovado por este decreto-lei o Estatuto das Instituições Privadas de Solidariedade Social, referidas no n.º 3 do artigo 63.º da Constituição" e no n.º 2 informa que "o Estatuto vai anexo a este diploma e entra em vigor no dia 1 de janeiro de 1980". Este diploma caracteriza as IPSS como "instituições sem finalidade lucrativa; criadas por iniciativa particular; com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de

solidariedade e de justiça entre os indivíduos; e com o objetivo de facultar serviços ou prestações de segurança social" (Teixeira, 1996, p. 10). Com a publicação do DL n.º 119/83, de 25 de fevereiro (1983) é aprovado o Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, que procede à revisão da legislação em vigor e à preparação de um novo diploma legal. Este diploma determina como constituir, qual a finalidade e os propósitos associados às IPSS. De salientar que neste diploma legal se encontra estabelecido, no seu artigo 2.º, as formas e os agrupamentos das instituições. Em concreto, as instituições revestem uma das formas a seguir indicadas:

a) Associações de solidariedade social;
b) Associações de voluntários de ação social;
c) Associações de socorros mútuos;
d) Fundações de solidariedade social;
e) Irmandades da misericórdia.

Adicionalmente estas instituições podem agrupar-se em:

f) Uniões;
g) Federações;
h) Confederações.

O diploma legal antes indicado alterou a caraterização das IPSS alargando os seus objetivos e condicionando a sua administração. A administração não pode ser exercida pelo Estado ou por membros da autarquia e os seus objetivos, para além da segurança social, passou a contemplar a promoção e proteção da saúde, a educação e formação profissional e a resolução dos problemas relacionados com a habitação (Teixeira, 1996). É determinado no n.º 1, do artigo 1.º do Estatuto publicado pelo DL n.º 119/83, de 25 de fevereiro (1983), que as IPSS são

> "constituídas, sem finalidade lucrativa, por iniciativa de particulares, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos e desde que não sejam administradas pelo Estado ou por um corpo autárquico, para prosseguir, entre outros, os seguintes objetivos, mediante a concessão de bens e a prestação de serviços: Apoio a crianças e jovens; Apoio à família; Apoio à integração social e comunitária; Proteção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho; Promoção e proteção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação;

> Educação e formação profissional dos cidadãos e Resolução dos problemas habitacionais das populações"

e devem reger-se "por estatutos livremente elaborados, com respeito pelas disposições deste Estatuto e demais legislação aplicável" conforme n.º 1 do artigo 10.º do mesmo DL.

Poderá considerar-se o Terceiro Setor como um campo onde as fronteiras não estão bem definidas entre o Estado a Comunidade e o Mercado. Onde o Estado pode ser visto como impositor de regras gerais e procedimentos a seguir, o Mercado como elemento fundamental para as escolhas das respostas sociais e a Comunidade como determinante de resposta à tradição e normas para com as obrigações e deveres interpessoais. Poderá considerar-se que no Terceiro Setor predomina a "eficácia através do desenvolvimento de respostas sociais mais adequadas e fundamentadas, concebidas a partir do conhecimento privilegiado do local" (Ruela, 2013, p. 13), procurando substituir-se ao Estado na prestação de serviços públicos onde este não consegue chegar. A relação entre o Estado e o Terceiro Setor deverá ser considerado como complementaridade entre ambos, existindo uma parceria em que o Estado angaria fundos necessários para o financiamento das prestações de serviços que são a especialidade das organizações do Terceiro Setor. Esta parceria também é visível na regulamentação imposta pelo Estado, onde, em contrapartida as organizações do Terceiro Setor têm de responder com a prestação de contas dos fundos recebidos.

Com a Lei n.º 30/2013, de 8 de maio (2013), é publicada a Lei de Bases da Economia Social (LBES), que vem regular toda a atividade desenvolvida por entidades que integram o terceiro setor, ou seja, todas as entidades integradas na economia social, passaram a estar sujeitas às bases gerais do regime jurídico da economia social. No artigo 4.º da LBES é determinado quais as entidades que integram a economia social, distinguindo as IPSS das outras entidades identificadas (cooperativas, associações mutualistas, misericórdias e fundações) esclarecendo que as suas atividades devem ser desenvolvidas de acordo com os princípios orientadores estabelecidos no seu artigo 5.º. Tais princípios são:

a) O primado das pessoas e dos objetivos sociais;
b) A adesão e participação livre e voluntária;
c) O controlo democrático dos respetivos órgãos pelos seus membros;
d) A conciliação entre o interesse dos membros, utilizadores ou beneficiários e o interesse geral;
e) O respeito pelos valores da solidariedade, da igualdade e da não discriminação, da coesão social, da justiça e da equidade, da transparência, da responsabilidade individual e social partilhada e da subsidiariedade;

f) A gestão autónoma e independente das autoridades públicas e de quaisquer outras entidades exteriores à economia social;

g) A afetação dos excedentes à prossecução dos fins das entidades da economia social de acordo com o interesse geral, sem prejuízo do respeito pela especificidade da distribuição dos excedentes, própria da natureza e do substrato de cada entidade da economia social, constitucionalmente consagrada.

É também nesta lei que a determinação para que o desenvolvimento das suas atividades, devam assegurar os necessários níveis de qualidade, segurança e transparência na relação com os seus membros, utilizadores e beneficiários (artigo 8.º), assim como a sujeição a um estatuto fiscal mais favorável definido por lei (artigo 11.º).

As IPSS que integram o terceiro setor desenvolvem as suas atividades com valências bem definidas no âmbito da ação social, ou seja, as instituições podem desenvolver as suas atividades direcionadas a várias respostas sociais, as de apoio a crianças e jovens, as de apoio à família, as de apoio à integração social e comunitária e ainda as de proteção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho. (Henriques et al., 2018).

Apresentadas as principais singularidades das IPSS, o subcapítulo seguinte apresenta requisitos de prestação de contas, fundamentais para potenciar a transparência dos apoios, com especial enfase nos subsídios públicos.

2.2 TRANSPARÊNCIA E REQUISITOS NA PRESTAÇÃO DE CONTAS: INFORMAÇÃO A DIVULGAR PELAS IPSS NOS *WEBSITES*

As IPSS enquadram-se no terceiro setor, procuram responder às necessidades e aspirações das comunidades onde estão inseridas, para tal têm requisitos contabilísticos a cumprir, sobretudo referente à divulgação dos seus relatórios e contas (Henriques et al., 2018). Desde 2009 que as IPSS cumprem a obrigação da prestação de contas através da aplicação OCIP (Orçamento e Contas de Instituições Particulares de Solidariedade Social). Esta plataforma eletrónica tem como principal objetivo a automatização das tarefas de receção, análise e vistos dos orçamentos e contas anuais destas entidades.

Para além das imposições da OCIP, também a LBES determina o cumprimento de qualidade, segurança e transparência da informação que as entidades devem divulgar. Assim o DL n.º 98/2015, de

2 de junho, que procedeu à alteração do DL n.º 158/2009 de 13 de julho, através do seu artigo 9.º-E, vem decretar que às entidades do setor não lucrativo (ESNL) aplica-se a norma contabilística e de relato financeiro para entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL), podendo estas entidades optar pela aplicação do conjunto das normas contabilísticas e de relato financeiro compreendidas no SNC, com as necessárias adaptações (DL n.º 98/2015, 2015). As ESNL tal como todas as outas entidades de outros setores encontram-se sujeitas ao SNC, pelo que, como determinado no artigo 11.º, são obrigadas a apresentar as seguintes demonstrações financeiras (DF):

a) Balanço;
b) Demonstração dos resultados por naturezas;
c) Demonstração das alterações no capital próprio;
d) Demonstração dos fluxos de caixa;
e) Anexo.

Contudo, as ESNL, pelo n.º 5 deste mesmo artigo, ficam isentas de apresentar a demonstração a que se refere a alínea c) do n.º 1 (demonstração das alterações no capital próprio), apresentando-as, por opção ou por exigência de entidades públicas financiadoras, uma demonstração das alterações nos fundos patrimoniais. Pelo n.º 6, as ESNL, encontram-se obrigadas à apresentação de contas em regime de caixa pelo que devem divulgar a) Pagamentos e recebimentos; b) Património fixo; c) Direitos e compromissos futuros. Estas obrigações são associadas à atividade desenvolvida pelas ESNL que não exercem a título principal uma a atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola. Esta entidades também se encontram obrigadas a disponibilizar nos seus *websites* a divulgação de informação referente às suas atividades, de acordo com o regulamentado no Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro (2014) onde, no seu artigo 14.º-A, n.º 2, aditado ao Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, determina que "as contas do exercício são publicitadas obrigatoriamente no sítio institucional eletrónico da instituição até 31 de maio do ano seguinte a que dizem respeito". Tanto esta obrigatoriedade como outras, encontram-se esplanadas no Guia Prático - Orçamento e Contas de Instituições Particulares de Solidariedade Social, do Instituto da Segurança Social, IP (2024). Neste mesmo guia está esclarecido que as IPSS devem obedecer à Norma Contabilística de Relato Financeiro para as Entidades do Setor não Lucrativo.

Em termos de enquadramento em sede de IRC as entidades que integram o setor não lucrativo que não exercem a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, estão isentas de IRC conforme determinado no artigo 10.º do Código do Imposto sobre o Rendimento de

Pessoas Coletivas (CIRC), no seu n.º 1 alínea "b) As instituições particulares de solidariedade social, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas".

Para responder à pergunta "O que são entidades do setor não lucrativo?" Peres *et al.* (2024), no trabalho realizado no âmbito das atividades desenvolvidas pela Ordem dos contabilistas certificados dão como resposta que "as entidades do setor não lucrativo são pessoas coletivas que não exercem, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, mas antes visam satisfazer as necessidades dos seus membros, prosseguindo interesses de cariz público ou social. Exemplos de entidades sem fins lucrativos, das quais fazem parte a) Associações, que não tenham por fim o lucro económico dos associados (art.º 167.º e ss do C. Civil) como p. ex., IPSS; b) Fundações de interesse social (art.º 185.º e ss do C. Civil); c) Cooperativas; d) IPSS".

Outra obrigatoriedade a que se encontram sujeitas as IPSS é que, a sua gestão não pode ser exercida pelo Estado ou qualquer organismo público, conforme a parte final do n.º 1, do artigo 1.º do estatuto das IPSS.

2.3 ÍNDICES DE DIVULGAÇÃO DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA E MATURIDADE NA DIVULGAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS

Os autores Rincón-Soto *et al.* (2021) e Ferreira e Couto (2019) procederam a uma revisão sistemática da literatura associada ao índice de divulgação de informação, assim como à construção dos índices de divulgação de informação financeira na *Internet* (IFI) e índice de divulgação e de conformidade, respetivamente. Rincón-Soto *et al.* (2021) analisaram 46 artigos com divulgação IFI, informação que os *stakeholders* interpretam como transparência empresarial. Verificaram que esta informação está mais associada a empresas cotadas, onde o índice é construído por dimensões que resultam dos objetivos a atingir, considerando que as questões a formular refletem de forma clara o que se pretende avaliar. Em síntese, os trabalhos ajudaram a identificar características, itens, teorias, metodologias e descobertas mais significativas que explicam a divulgação das demonstrações financeiras na *Internet* por parte das empresas. Ferreira e Couto (2019) utilizaram a plataforma *Web of Science* para proceder à pesquisa de "índice de divulgação" com a finalidade de medir a informação divulgada. Medir a divulgação de informação por quem a deve revelar, o que deve revelar e a quem deve revelar. A construção do índice vai no mesmo sentido de Rincón-Soto *et al.* (2021) onde o índice de divulgação é considerado uma ferramenta de pesquisa, mas não informam o que deverá ser incluído na sua construção. O índice de divulgação visa medir, através de vários itens, a qualidade das informações por eles anunciados e o índice de

conformidade está associado à legislação e regulamentos existentes para o setor de atividade onde é verificado o que efetivamente é divulgado. As forma de medir os índices e a análise resultante dos dados apurados podem ser distintos.

Referente à divulgação de informação por parte dos Municípios portugueses, Pires (2012) conclui que ao nível da divulgação de informação associada ao Índice Global, a informação que é divulgada manifesta-se a um nível satisfatório. De uma forma mais precisa, a informação patrimonial e de gestão apresentam um nível de divulgação na ordem dos 87% e 83%, respetivamente, sendo que a dimensão populacional e o endividamento líquido elevado revelam uma associação maior à divulgação de informação. Contra, Barbosa (2018) no seu estudo "visa definir critérios universais que permitam medir os níveis de transparência municipal através da informação publicitada por estes nos seus *websites*" utilizando uma metodologia exploratória de recolha de informação com base em entrevistas semiestruturadas, procura responder à questão principal que procura mostrar as perceções dos Municípios no que respeita ao Índice de Transparência Municipal em Portugal (ITM). Este índice não pretende avaliar o elevado ou baixo endividamento de um município, mas sim, se o nível de endividamento está a ser divulgado de forma a poder ser do conhecimento de toda a população. O ITM utilizado neste estudo foi elaborado pela TIAC - Transparência e Integridade, Associação Cívica. Também associado à divulgação de informação nas páginas *web* dos municípios portugueses, mas neste caso referente à responsabilidade social, Ribeiro *et al.* (2018) procederam à análise do conteúdo das páginas *web* de 60 municípios e construíram um Índice de Divulgação de Informação sobre Responsabilidade Social (IDT), subdividido em quatro sub-índices: um Índice de Divulgação de Informação Genérica sobre Responsabilidade Social (IDG), um Índice de Divulgação de Informação Económica (IDE), um Índice de Divulgação de Informação Social (IDS) e um Índice de Divulgação de Informação Ambiental (IDA).

Quanto à divulgação voluntária de informação, Almeida e Salgueiro (2004) verificam que tem aumentado o número de empresas que acedem aos mercados de capitais, e que esse aumento está associado a uma maior divulgação de informação por parte das empresas e com essa realidade também aumenta a credibilidade e a melhorias das relações com os investidores. Assim Rufino e Machado (2016) investigaram os fatores determinantes da divulgação da informação voluntária de carácter social por parte de 100 empreses cotadas na Bolsa de valores, mercadorias e futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA) e de acordo com as hipóteses formuladas, para um intervalo de confiança de 95%, as variáveis rentabilidade, regulação e reputação apresentaram significância estatística no modelo de regressão formulado.

Já Barreiros (2019) tem no seu estudo, como variável dependente o IDI RSC - Índice de divulgação de informação de Responsabilidade Social Corporativa, que analisado pela regressão linear múltipla revelou que esta foi explicada em 36,6% pelas variáveis independentes mostrando que o Relato Integrado é mais comum em Espanha do que em Portugal, coincidindo com um maior nível de divulgação de informação RSC em Espanha. Quanto ao estudo realizado por Amorim (2010), este mostrou que os relatórios de sustentabilidade, só 43% da população da amostra publicaram pelo menos um relatório de sustentabilidade, sendo que a componente mais divulgada nos relatórios de contas foi a dos recursos humanos. Luo *et al.* (2023) apuraram que à exceção do *Invshare* (incentivo de mercado) que tem um efeito negativo e significativo na qualidade da divulgação de informação ambiental corporativa, todas as outras variáveis têm um efeito positivo e significativo no *environmental information disclosure* – EID. Quanto à divulgação de informação ambiental no estudo de Vieira e Pires (2020), o seu valor médio obtido para o Índice de Divulgação Total (IDT) foi de 0,4714, demonstrando que o nível de transparência das empresas pode ser melhorado, sendo a categoria de informação socioeconômica a que obteve o maior índice de divulgação, seguida de informação ambiental e geral. As organizações mais transparentes foram aquelas que disponibilizaram relatórios de desempenho sobre as ações desenvolvidas. Associado ao índice de divulgação de informação ambiental, Hou *et al.* (2023) pretenderam avaliar como as características socioeconômicas e os atributos do produto dos consumidores afetam o desempenho ESG (indicadores ambientais, sociais e de gestão corporativa) dos produtos biológicos.

Associado à divulgação de informação tendo por base os relatórios de gestão, temos vários autores. Nkano (2018) analisou a estrutura dos relatórios e contas intercalares obtidos no *site* institucional da CMVM, à exceção da Portucel e Semapa que recorreu aos próprios *sites*, determinando o respetivo índice de divulgação (ID), composto por 41 itens e divididos por cinco categorias, onde a cada item foi atribuído uma pontuação de zero (0), quando não é divulgado, e um (1), quando o item é divulgado. Aguiar (2018, pp. 37, 46) tem como variável dependente o IDI - nível de conformidade da divulgação de informação de acordo com o exigido pela IAS 37, este índice "é uma técnica de agregação de informação abundantemente utilizada nas áreas do conhecimento científico, com especial interesse nas ciências sociais, pelo que é utilizada por diversos autores nas suas observações".

Pretendendo "investigar de que forma evoluiu a divulgação da informação nos relatórios anuais de gestão, por parte das 30 maiores empresas portuguesas não financeiras nas três últimas décadas do séc. XX", Neves (2011, p. 4) procurou testar a existência da relação entre os fatores que podem influenciar a divulgação de informação. A rendibilidade não parece ser significativa na explicação da DI, ao contrário

da Dimensão, Idade e do facto de Ser cotada, com uma correlação positiva com a divulgação da informação.

A avaliação do Índice de *Corporate Governace* (CGI/*corporate governance index*) aplicado por Li e Tang (2007) às empresas chinesas cotadas em bolsa, é constituído por seis sub-índices e através deles ficou demonstrado que quanto maior for CCG (*Chinese corporate governance*), maior são os resultados das variáveis dependentes (ROE, ROA, Ativos). Conclui também que quanto mais forte for a independência da empresa cotada maiores são os índices das variáveis dependentes. O mecanismo de uma gestão corporativa tem muita influência no desempenho e valor de uma empresa, quer em termos de rendibilidade, capacidade de expansão com flexibilidade e segurança financeira. Com base nas análises e conclusões sobre o CGI da CLC (*Chinese listed companies*) Li (2018) que voltou a aplicar em 2018 o mesmo índice de 2007, concluiu que o nível de governança corporativa da CLC melhorou rapidamente nos últimos dez anos, embora ainda precise de mais melhorias. Determinou assim, que ainda há diferenças nos níveis de governança corporativa entre a CLC em diferentes setores, acionistas controladores e áreas.

Os resultados mostram que o índice de divulgação de informação ambiental das empresas chinesas cotadas na indústria energética tem um impacto positivo e significativo nos honorários de auditoria, que existe uma correlação positiva entre a divulgação de relatórios independentes e os custos de auditoria, contudo essa divulgação é influenciada negativa e significativamente pela publicação de pareceres de auditoria não padronizados (Xue *et al*., 2020).

O estudo de Agyemang *et al.* (2021) assumiu uma relação positiva entre a divulgação de informação contabilística ambiental e o desempenho ambiental. O EPI (*Environmental Performance Index*) e o EADI (*Environmental Accounting Disclosure Index*) estão significativamente correlacionados positivamente ao nível de 1%, o que indica que um aumento unitário do EADI no EPI e vice-versa. Assumiu também uma relação positiva e estatisticamente significativa entre a divulgação de informação ambiental e o desempenho ambiental. Já o estudo de Kundeliene e Stepanauskaite (2018) mostrou que não existe uma teoria comum (geral) que seja ajustada à análise da divulgação voluntária de informação, encontrando uma relação significativa entre a divulgação de informação de responsabilidade social e a dimensão da empresa, quando medida pelo número de colaboradores. Mostrou também que as empresas de maior dimensão fornecem maior quantidade e melhor informação do que as empresas mais pequenas.

Bogdan *et al.* (2022) no seu estudo aplicaram o FEM (*fixed effects model*) e os resultados mostraram uma relação positiva e estatisticamente significativa, apenas, entre a divulgação de informações sobre resíduos e o ROA.

Também ligado à divulgação de informação através da publicação nos *websites*, por parte das comunidades religiosas, mais concretamente das paróquias, Silva P. C. (2016) no seu trabalho intitulado O Relato Financeiro nas Paróquias: Estudo de caso de uma paróquia do concelho de Matosinhos*,* concluiu que as paróquias não utilizam corretamente o normativo contabilístico aplicado às ESNL, que o processo de *accountability* é muito simplicista e é feito com base no regime de caixa. A utilização da divulgação da informação financeira através da *Internet* é muito reduzida.

Entrando, mais associado à divulgação de informação ligada às IPSS, Pardal *et al.* (2019), com o objetivo de verificarem como é que as IPSS sediadas no distrito/concelho de Setúbal utilizavam a *Internet* para divulgar a informação, realizaram um estudo exploratório, propondo um índice que permite avaliar o seu grau de divulgação. Esse índice foi construído com base em duas grelhas de avaliação, associadas ao grau de divulgação de informação nos *websites* das IPSS, e, a existência e o tipo de *sites* que dispunham, chegando à conclusão que ainda existe um percurso longo para que as IPSS do concelho/distrito de Setúbal venham a divulgar a sua informação com um grau de transparência que se considere relevante. Mais tarde e dando continuidade a este trabalho aplicado ao concelho/distrito de Setúbal, Pereira *et al.* (2020), com o objetivo da sua aplicação às IPSS do concelho de Beja e posterior comparação com as do concelho de Setúbal, concluíram que o grau de divulgação apresentado pelas IPSS do concelho de Beja atingiu uma percentagem de 74% associados à apresentação informação financeira na *Internet* enquanto o concelho de Setúbal tem uma apresentação de informação na ordem dos 45%, este apuramento deve ter em consideração um universo de 22 IPSS, em Beja e 47 IPSS em Setúbal.

Ferreira I. A. (2021, p. 46) no seu estudo aplicado ao Concelho do Porto, conclui "que o nível médio de transparência das IPSS do concelho do Porto ronda os 34 pontos, o que determina pouca transparência". Aplicou na sua análise "o índice de transparência *Enheancement of na Accountability Guide for Learning E-Government* (*EAGLE Index)"* - que serve de "avaliação frequente dos *sites* das administrações publicas em Portugal" (Ferreira I. A., 2021, p. 24) e fez a comparação com o trabalho realizado por Pardal *et al.* (2019) verificando que mesmo tendo decorrido sete anos após a publicação da lei que obriga à divulgação da informação nos *websites*, as IPSS não se encontram em situação do seu cumprimento cabal.

Para responder ao problema se as IPSS têm condições para cumprir a exigência da publicação das demonstrações financeiras no seu *website* institucional, Ferreira *et al.* (2016) utilizaram uma metodologia que combina métodos de investigação quantitativos e qualitativos, optando por uma adaptação do modelo *eEurope*-2002, que se baseia em cinco níveis de maturidade, e, sendo que, a consulta aos *websites* ocorreu antes da data-limite para a primeira prestação de contas, depois de publicado o DL n.º 172-A/2024, a resposta principal foi de que, só uma pequena amostra das IPSS tinha *website*.

Tabela 1

Resumo de trabalhos empíricos que recorrem ao IDI ou indicador equiparado

Autor(es)	Método e âmbito de Aplicação	Dimensões e variáveis usadas	Conclusões
Barbosa (2018)	Investigação qualitativa, com recurso a entrevista, de âmbito interpretativo. O objetivo é analisar a perceção de oito Municípios Portugueses da zona Norte, sobre o ITM (índice de transparência dos municípios) elaborado pela TIAC (transparência e integridade, associação cívica).	✓ Informação sobre a Organização, Composição Social e Funcionamento do Município ✓ Planos e Relatórios ✓ Impostos, Taxas, Tarifas, Preços e Regulamentos ✓ Relação com a Sociedade ✓ Contratação Pública ✓ Transparência Económico-Financeira ✓ Transparência na área do Urbanismo (num total de 76 indicadores constituintes do ITM)	Verificou-se que a perceção dos municípios sobre o ITM é que de forma geral todos lhe atribuem importância e trabalham constantemente de forma a melhorar a sua comunicação com o munícipe a fim de alcançar melhores posições no ranking.
Ribeiro *et al.* (2018)	Análise descritiva. O Estudo procura aferir o nível de divulgação de informação on-line sobre responsabilidade social, recorrendo à técnica de análise de conteúdo dos *websites* de 60 municípios mais bem colocados no *ranking* global publicado no Anuário financeiro dos Municípios Portugueses de 2010. A técnica consiste na codificação das informações qualitativas em 4 categorias pré-definidas,	✓ Informação genérica, constituída por 10 itens em que o valor 1 = Sim e valor 0 = Não, para o facto do item ser ou não divulgado. ✓ Informação económica, constituída por 9 itens em que o valor 1 = Sim e valor 0 = Não, para o facto do item ser ou não divulgado. ✓ Informação Social, constituída por 13 itens em que o valor 1 = Sim e valor 0 = Não, para o facto do item ser ou não divulgado. ✓ Informação ambiental, constituída por 14 itens em que o valor 1 = Sim e valor 0 = Não, para o facto do item ser ou não divulgado. ✓ Índice de Divulgação Total, constituído por todos os outros com uma ponderação de 25% cada um, e é analisado de acordo com o tamanho (grande, médio e pequeno), a caracterização (rural/urbano), a localização (interior/litoral), a implementação da Agenda 21 Local e pela existência de Competição política.	As conclusões retiradas do estudo é que IDT é maior por parte dos municípios grandes, urbanos, localizados no litoral, que implementam a Agenda 21 Local e onde existe competição política, correspondendo a 0,4631, uma divulgação de nível médio. Para este resultado o índice mais relevante foi o IDE (índice de divulgação económica)

Autor(es)	Método e âmbito de Aplicação	Dimensões e variáveis usadas	Conclusões
Pires (2012)	Hipotético dedutivo. Recolha de dados através dos respetivos relatórios de prestação de contas por parte de 256 municípios situados em Portugal continental e arquipélagos da Madeira e Açores, sendo que a amostra recaiu em 256 municípios, a fim de aferir a divulgação de informação através da sua página eletrónica, em 2010. Recorreu a análise descritiva, quantitativa e qualitativa dicotómica aplicando a regressão de Poisson.	✓ População = n.º da população do município logaritmizado. ✓ Ideologia política = resultados eleitorais, valor 1 para partido de direita e 0 para partido de esquerda. ✓ Competitividade política = resultados eleitorais, valor 1 para a maioria e 0 para a minoria, nas eleições. ✓ Despesas de capital, total das despesas de capital. ✓ Endividamento líquido, Endiv. Liq. = Passivo Líquido – Ativo Líquido. ✓ Total das transferências = transferências do Governo Central. ✓ Receitas totais = receitas totais ✓ Pessoal = n.º de trabalhadores ✓ Taxa de participação = nível de participação eleitoral. ✓ Índice de divulgação global (IDG) = quociente entre o total de itens divulgados pelos 256 municípios e a soma de todos os itens que constituem o IDG.	Conclui que ao nível da divulgação de informação associada ao Índice Global, a informação que é divulgada manifesta-se a um nível satisfatório. De uma forma mais precisa, a informação patrimonial e de gestão apresentam um nível de divulgação na ordem dos 87% e 83% respetivamente. E a dimensão populacional e o endividamento líquido elevado estão associados a uma maior divulgação de informação.
Rufino e Machado (2016)	Quantitativo. Estudo hipotético-dedutivo. Recorreu a regressão múltipla. Investigou os fatores determinantes da divulgação da informação voluntária de carácter social. Assumiu 100 empreses cotadas na Bolsa de valores, mercadorias e futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA)	✓ Tamanho, medido pelo ativo total. ✓ Concentração, medida pela distribuição de ações (%). ✓ Rentabilidade, medida pelo ROE. ✓ Influencia de *stakeholders*, medida com recurso à relação entre o passivo exigível e o ativo total. ✓ Regulação, onde foi usada uma variável dicotómica, com 1 para empresas de setor regulado e 0 para as restantes. ✓ Reputação, onde foi usada uma variável dicotómica, com 1 para empresas listadas no *ranking* e 0 para as outras.	Tendo em conta as hipóteses formuladas, para um intervalo de confiança de 95%, as variáveis rentabilidade, regulação e reputação apresentaram significância estatística no modelo de regressão formulado.
Barreiros (2019)	Qualitativo e quantitativo. Estudo hipotético-dedutivo. Recorreu a regressão linear	✓ ALTB, Alterações no CA, onde foi usada uma variável *dummy*, com 1 para se houve alterações e 0 caso contrário.	A regressão linear múltipla revelou que a variável dependente foi explicada em

Autor(es)	Método e âmbito de Aplicação	Dimensões e variáveis usadas	Conclusões
	múltipla. Analisou 16 empresas portuguesas e 31 empresas espanholas, recorrendo ao *site* CMVM e CNMV, respetivamente.	✓ PERCTW, percentagem de mulheres no CA. ✓ BI, percentagem de administradores independentes. ✓ MS, acionistas maioritários, onde foi usada uma variável *dummy,* com 1 com acionista maioritário e 0 caso contrário. ✓ SIZE, dimensão da empresa medida pelo total do ativo. ✓ ROE, medido pelo total do passivo face ao capital próprio. ✓ LEV, *Leverage,* medido pelo total do passivo face ao total do ativo. ✓ ROT, Rotação do auditor, onde foi usada uma variável *dummy*, com 1 se houve e 0 caso contrário. ✓ AUDCOMP, Auditor em que a variável assume valor 1-PWC; 2-Deloitte; 3-KPMG; 4-EY ✓ NFIPREP, Preparação de demonstração não financeiras, onde foi utilizada uma variável *dummy*, com valor se foi preparada e caso contrário. ✓ INTEGREP, Preparação do relatório integrado onde foi utilizada uma variável *dummy*, com valor se foi preparada e caso contrário. ✓ COUNTRY, País com uma variável com para Portugal e 2 para Espanha. ✓ SECTOR, setor de atividade numerado de 1 a 10 (1-Indústria, 2-Serviços Financeiros (…), 10-Tecnologia)	36,6% pelas variáveis independentes mostrando que o Relato Integrado é mais comum em Espanha do que em Portugal, coincidindo com um maior nível de divulgação de informação RSC em Espanha.
Amorim (2010)	Estudo hipotético dedutivo que pretende identificar que informação sobre RS é divulgada por 36 empresas cotadas na Euronext Lisboa, através da técnica de contagem de palavras, no período de 2004 a 2008, mês de julho de cada ano. Informação qualitativa analisada de forma dicotómica	✓ Questões sobre a RS, valor 0 não divulgação no relatório anual, valor 1 caso contrário. ✓ Dimensão, Log10 do Total do ativo. ✓ Nível de endividamento, quociente entre Total do passivo e Total do ativo. ✓ Rendibilidade quociente entre Resultado antes de imposto e Total do ativo.	Quanto aos relatórios de sustentabilidade, apenas 15 das 35 empresas, ou seja, 43% da população da amostra publicaram pelo menos um relatório de sustentabilidade. A componente mais divulgada nos relatórios de contas foi a dos recursos humanos.

Autor(es)	Método e âmbito de Aplicação	Dimensões e variáveis usadas	Conclusões
	nos relatórios de contas, nos *websites* e nos relatórios de sustentabilidade.	✓ Auditoria; valor 1 para relatório anual auditado pelas Big4 empresas de auditoria, valor 0 caso contrário. Num total de 21 itens.	
Luo *et al.* (2023)	Hipotético dedutivo. Análise de regressão realizada a dados em painel tendo por base a divulgação de informação ambiental por parte das empresas cotadas com ações nas bolsas de Xangai e Shenzhen, na China, de 2007 a 2018. Avalia a relação entre a legislação ambiental e a qualidade de divulgação de informação ambiental (EID – *environmental information disclosure*)	✓ Divulgação da informação ambiental corporativa (EID), composta por 25 itens em que as informações não monetizadas têm o valor 2 se tiverem uma divulgação e valo 0 caso contrário, e as informações monetizadas têm valor para descrições qualitativas e quantitativas, valor 1 apenas para qualitativas e valor 0 para nenhuma descrição, em que a soma de todos os indicadores é logaritmizada. ✓ Tipo de comando de controlo (Lei), n.º de regulamentos ambientais, promulgados localmente. ✓ Tipo de incentivo de mercado (*Invshare*) investimento em gestão ambiental. ✓ Tipo de participação pública (renda) ✓ Tipo de ação voluntária (ISO10) medidas de proteção ambiental. ✓ Tamanho da empresa (*size*) logaritmo do total do ativo no final do período. ✓ Níveis do ativo e do passivo (Lev)quociente entre o passivo total no final do período e o ativo total no final do período. ✓ Crescimento (*growth*) taxa de crescimento do Resultado Operacional no final do período. ✓ Relatório de responsabilidade social (CFO) quociente entre o fluxo de caixa líquido das operações e o ativo total. ✓ Natureza da empresa (SOE) se for empresa do Estado tem valor 1, caso contrário valor 0.	Este estudo concluiu que à exceção do *Invshare* (incentivo de mercado) que tem um efeito negativo e significativo na qualidade da divulgação de informação ambiental corporativa, todas as outras variáveis têm um efeito positivo e significativo no EID
Vieira e Pires (2020)	Estudo exploratório-descritivo com abordagem qualitativa, aplicado a 11 maiores empresas do setor da saúde, localizadas	✓ Informação geral, constituída por 4 itens em que o valor 1 = é divulgado e valor 0 = não é divulgado (existência de *link*, política	O valor médio obtido para o Índice de Divulgação Total (IDT) foi de 0,4714, demonstrando que o nível de

Autor(es)	Método e âmbito de Aplicação	Dimensões e variáveis usadas	Conclusões
	no Rio Grande do Sul. O Índice de Divulgação Total (IDT) permite analisar o grau de divulgação global e de informações gerais, socioeconómicas e ambientais. A metodologia consiste na codificação das informações qualitativas em categorias pré-definidas	ambiental, existência de comissão de trabalhadores, identificação dos *stakeholders*). ✓ Informação socioeconómica, constituída por 7 itens em que o valor 1 = é divulgado e valor 0 = não é divulgado (Gastos com investimentos ambientais, despesas ambientais, despesas sociais, desenvolvimento com os programas sociais, sobre os trabalhadores, programas para a saúde, higiene e segurança no trabalho e código de ética/conduta) ✓ Informação ambiental, constituída por 9 itens em que o valor 1 = é divulgado e valor 0 = não é divulgado (iniciativas para atenuar os impactos ambientais, consumo de energia, volume de água gasta, emissões para atmosfera, recolha de resíduos, reciclagem, …) ✓ Índice de Divulgação Total, constituído por todos os outros com uma ponderação de 1/3 cada um.	transparência das empresas pode ser melhorados, sendo a categoria de informação socioeconômica a que obteve o maior índice de divulgação, seguida de informação ambiental e geral. As organizações mais transparentes foram aquelas que disponibilizaram relatórios de desempenho sobre as ações desenvolvidas.
Hou *et al.* (2023)	Estudo hipotético dedutivo, com recurso a regressão hedónica para avaliação quantitativa do impacto dos ESG na comercialização de leite biológico, no mercado chinês. Os dados em painel contêm as transações de leite biológico para mais de 8.000 famílias de 2005 a 2020 na China	✓ ESG_W – índice de classificação eólica, fornecido por centro de estudos de mercado na China. ✓ ESG_B – índice de classificação *bloomberg*, fornecido por centro de estudos de mercado na China. ✓ Características socioeconómicas (tamanho das famílias, salário do consumidor, género do comprador, a idade do comprador e o seu nível educacional). ✓ Atributos do leite biológico (embalagem, sabor, teor de gordura, teor de açúcar, …)	O estudo mostra que o índice de classificação ESG está positivamente associado ao estatuto socioeconómico dos consumidores e que as variáveis independentes explicam mais de 90% da sua variação.
Nkano (2018)	Pesquisa ou método de investigação bibliográfica, documental e de análise de conteúdo. Analisou as empresas não financeiras cotadas no PSI20. Estudou-se 15 empresas para verificar a	✓ Informações gerais da empresa (11 itens), os dez primeiros relacionados com o Relatório de Gestão se: (1) descreve qual a declaração das metas e/ou objetivos; (2) define algum tipo de apresentação da estratégia corporativa; (3) faz uma descrição geral do negócio; (4) define quais são os principais produtos; (5) define quais são os principais mercados; (6) descreve qual a avaliação e política de avaliação do risco; (7) descreve qual a avaliação e	Verificou-se que de modo geral as empresas estudadas não cumprem, no seu todos, com as divulgações da informação consideradas no IDI utilizado. Tendo em consideração o IDI por

Autor(es)	Método e âmbito de Aplicação	Dimensões e variáveis usadas	Conclusões
	qualidade da divulgação da sua informação intercalar, com enfoque na rendibilidade resultante do nível de divulgação com determinadas caraterísticas específicas das empresas.	política de avaliação do risco; (8) menciona quais as projeções futuras; (9) menciona o nº de ações em Bolsa; (10) identifica quem são os principais concorrentes; e o 11.º, Existem outras informações relevantes mencionadas? ✓ Histórico dos resultados da empresa (6 itens): (1) Será que a Empresa informa sobre Rendibilidade sobre ROA ou apresenta informação suficiente para o seu cálculo?; (2) Será que a Empresa informa sobre Rendibilidade sobre o ROE ou apresenta informação suficiente para o seu cálculo?; (3) Será que a Empresa informa sobre a Margem de lucro ou apresenta informação suficiente para calcular a margem de lucro?; (4) A Empresa apresenta algum resumo sobre vendas e lucro líquido nos últimos anos?; (5) A Empresa apresenta informação sobre o cálculo do imposto?; (6) A Empresa apresenta as Demonstrações Financeiras, Anexo, Fluxos de Caixa, Relatório de Gestão? ✓ Informação não financeira da empresa (7 itens): (1) A Empresa menciona: o número de trabalhadores; (2) qual a remuneração média; (3) qual a percentagem de vendas sobre lançamento de novos produtos; (4) A participação da Empresa na Bolsa é mencionada; (5) As vendas estão detalhadas por produtos ou segmentos; (6) Os preços unitários (preços médios) dos produtos/bens são mencionados; (7) Existe informação sobre lançamento de novos produtos/serviços a serem lançados no mercado. ✓ Projeções da empresa (7 itens): Existe informação sobre: (1) a Quota de mercado prevista; (2) os Fluxos de caixa previstos; (3) as despesas de capital e/ou despesas de I&D previstos; (4) os resultados previstos; (5) as vendas previstas; (6) os custos previstos; (7) alterações dos preços. ✓ Discussão e análise da gestão da empresa (10 itens): (1) Existe algum comentário sobre a variação: nas vendas e prestação de serviços; nos Resultados Líquidos; (2) nos custos das matérias consumidas e vendidas; nos gastos do pessoal/administradores; (3) nas contas a receber; no inventário; (4) nos ativos fixos; nos	categorias de informação, a percentagem média foi de 39,67%, sendo os totais das categorias "Histórico dos resultados da empresa", "Informações gerais" e "Gestão da empresa: discussão e análise", que se identificaram como aquelas que possuem maiores níveis de divulgação dentro da amostra utilizada. Verificou-se também que a média do IDI está positivamente relacionado com o ROA, assim como o RCP está associado a um maior nível de divulgação da informação intercalar, apresentando em média melhor rendibilidade para os investidores.

Autor(es)	Método e âmbito de Aplicação	Dimensões e variáveis usadas	Conclusões
		gastos ou rendimentos financeiros; (5) nas despesas de capital e/ou despesas de I&D; (6) da cotação da empresa na Bolsa. ✓ Os itens têm por base as características das empresas quanto à Rendibilidade operacional do ativo (ROA), Rendibilidade dos capitais próprios (RCP), Endividamento, Dimensão da empresa e Nível de internacionalização.	
Aguiar (2018)	Quantitativo. Estudo hipotético-dedutivo. Recorreu a modelo de regressão linear múltipla. Investigou 89 sociedades cotadas presentes nos principais índices bolsista de quatro mercados europeus.	✓ Rentabilidade dos capitais investidos, medida pelo ROE e o ROA. ✓ EBITDA. ✓ AUDIT, medida pela dimensão da sociedade de auditoria- ✓ Valor das provisões, mensuradas no Balanço. ✓ País, codificada pelo país em que a empresa está cotada na bolsa. ✓ *Corporate Governance*, indicador de controlo interno. ✓ Idade, medida pelos anos da empresa. ✓ Dimensão, medida pela relação entre os custos fixos e variáveis. ✓ Rácio de endividamento. ✓ Setor de atividade, onde foi usada uma variável dicotómica, com 1 se pertence ao setor financeiro e 0 senão pertence.	No modelo de regressão linear utilizado permitiu observar o "valor médio do IDI de 61,44%, ou seja, em média, de entre as empresas da amostra, estas divulgam 61% dos itens estabelecidos pela IAS 37."
Neves (2011)	Estudo hipotético-dedutivo que pretende investigar de que forma evoluiu a divulgação da informação nos relatórios anuais de gestão, por parte das maiores empresas portuguesas. Foram analisados os relatórios anuais do conselho de administração de 30 empresas não financeiras para os anos 1973, 1988 e 2003. Recorreu ao	✓ Índice Médio de Divulgação de Meio Envolvente (IDME) 13 itens de informação específica e geral sobre a empresa e enquadramento macroeconómico (valor 1 se a empresa divulga e valor 0 caso contrário). ✓ Índice Médio de Divulgação de Sustentabilidade (IDS) 22 itens de informação associados ao desenvolvimento sustentável, saúde ocupacional e segurança, RS, RH, formação, política social e I&D (valor 1 se a empresa divulga e valor 0 caso contrário). ✓ Índice Médio de Divulgação de Informação Financeira (IDIF) 29 itens de informação financeira, análise financeira, principais áreas de negócio, análise de gestão, rácios, mercado financeiro e	A rendibilidade não parece ser significativa na explicação DI, ao contrário da Dimensão, Idade e do facto de Ser cotada, com uma correlação positiva com a divulgação da informação.

Autor(es)	Método e âmbito de Aplicação	Dimensões e variáveis usadas	Conclusões
	modelo de regressão de natureza quantitativa.	informação prospetiva (valor 1 se a empresa divulga e valor 0 caso contrário). ✓ Índice Médio de Divulgação Global (IDG) que é construído com a soma de todos os itens (64) face ao número de empresas da amostra (30)	
Hateua (2023)	Quantitativo e qualitativo. Estudo hipotético-dedutivo. Análise de conteúdo manual dos relatórios de gestão e relatórios de sustentabilidade de 26 empresas cotadas na Euronext Lisboa e análise de regressão OLS	✓ Índice de divulgação, composto por vários itens, em que o valor 1 é para quando a empresa faz a devida divulgação de informação não financeira e valor 0 caso contrário. ✓ *Assurence*, medido pelo número de divulgações ESG, associado a relatório de maior qualidade, em que o valor 1 é para os relatórios que tem *assurance* , valor 0 caso contrário. ✓ Relatório, com valor 1 se tiver informação não financeira e 0 caso contrário. ✓ *Tobin's_Q*, medido pela relação entre a capitalização de mercado e o ativo total. ✓ Dimensão, medida pelo logaritmo natural (Ln) do ativo total. ✓ *Leverage*, medido pelo peso do endividamento de curto e longo prazo no capital total, que inclui as dividas e todo o capital líquido.	Neste estudo o resultado que mais interessa "para um nível de significância de 5% é possível verificar que existe uma correlação negativa entre: ID e TOBIN´S Q ($r\ ID; TOBIN´S_Q$ = - 0,338) o que mostra que as divulgações da informação não financeira estão associadas com a reação de mercado".
Afonso (2016)	Estudo hipotético dedutivo que visa analisar se a informação contabilística que é divulgada nas notas anexas é ou não relevante para as 39 empresas que integram o Índice PSI Geral no ano de 2016, cotadas na Euronext Lisboa. Foram analisados os relatórios anuais utilizando uma abordagem dicotómica. Recorreu a regressão linear múltipla para a análise dos dados.	✓ Índice de Divulgação, constituído por 114 itens de informação ✓ P = Preço por ação da empresa, três meses depois do final do ano fiscal. ✓ R = Retorno da empresa, calculado com a mudança de preço e com os dividendos; ✓ EPS = Resultado por ação da empresa. ✓ $BVPS$ = Valor contabilístico por ação da empresa. ✓ $P-1$ = Preço por ação da empresa, nove meses antes do final do ano fiscal. ✓ ΔEPS = Alteração no resultado por ação	O objetivo principal era analisar a relevância da divulgação de informação exigida pela IAS 1 e os resultados sugerem uma associação positiva da cotação e rendibilidade das ações com a dimensão da empresa e uma relação negativa com o setor dos serviços. Conclui também que o nível de divulgação obrigatória das empresas cotadas portuguesas tem

Autor(es)	Método e âmbito de Aplicação	Dimensões e variáveis usadas	Conclusões
		✓ IDr= Valor referente ao Índice de Divulgação relativo da empresa. ✓ $PERD$ (rendibilidade) = Variável *dummy* ("1" a empresa teve resultados negativos "0" caso contrário). ✓ IND (setor atividade industrial) = Variável *dummy* ("1" sector industrial e "0" caso contrário). ✓ $SERV$ (setor atividade serviços) = Variável *dummy* ("1" sector dos serviços e "0" caso contrário). ✓ $LDIM$ (Dimensão) = Logaritmo do total de ativos da empresa.	relevância para os investidores.
Cabedo *et al.* (2017)	Qualitativo e quantitativo. Recorreu a regressão múltipla. Investigou a divulgação da informação referente a projetos realizados por parte de 49 ONG de Espanha, no ano de 2015.	✓ Dimensão Técnica, medida (1) pela descrição do projeto = o quociente entre o n.º de projetos elaborados pela organização e o n.º total de projetos realizados pela instituição, (2) informação sobre o âmbito = quociente entre o n.º de projetos que divulgam a informação e o n.º total dos projetos realizados pela instituição e (3) informação sobre a área geográfica = quociente entre o n.º de projetos em que a organização fornece informações sobre a área geográfica e o n.º total de projetos realizados pela instituição. ✓ Dimensão financeira, medida (4) pelos recursos financeiros consumidos no projeto = quociente entre o n.º de projetos que indicam o valor dos recursos financeiros consumidos e do n.º total de projetos realizados pela instituição, (5) detalhes sobre as diferentes fontes de financiamento = quociente entre o n.º de projetos com informação das fontes de financiamento e o n.º total de projetos realizados pela instituição, (6) valor doado a cada projeto pelas diferentes fontes de financiamento = quociente entre o n.º de projetos em que a organização fornece a informação dos valores doados e o n.º total dos projetos realizados pela instituição, e (7) informação sobre a pessoa ou pessoas responsáveis pela gestão dos fundos/contraparte = quociente o n.º de projetos que divulgam a informação da contraparte e o n.º total dos projetos realizados pela instituição.	Este estudo conclui que valor médio do índice de transparência para as organizações analisado é de 0,51, muito longe do que seria desejável para uma transparência total dos projetos realizados. Por outras palavras, nenhuma das organizações publica informação sobre todos os itens definidos para todos os seus projetos.

Autor(es)	Método e âmbito de Aplicação	Dimensões e variáveis usadas	Conclusões
		✓ Dimensão de âmbito, medida (8) pela informação qualitativa sobre quem são os beneficiários do projeto = quociente entre o n.º de projetos que divulgam a informação qualitativa sobre quem são os beneficiários e o n.º total de projetos realizados pela instituição, (9) pela informação quantitativa sobre quem são os beneficiários do projeto = quociente entre o n.º de projetos que divulgam a informação quantitativa sobre quem são os beneficiários e o n.º total de projetos realizados pela instituição, (10) pela informação sobre os beneficiários diretos e indiretos do projeto = quociente entre o n.º de projetos que divulgam a informação sobre os beneficiários diretos e indiretos e o n.º total de projetos realizados pela instituição e (11) pela informação sobre o impacto social do projeto = quociente entre o n.º de projetos que divulgam a informação sobre o impacto social do projeto e o n.º total de projetos realizados pela instituição.	
Li e Tang (2007)	Quantitativo, Hipotético de dedutivo. Recorreu a regressão múltipla. Avaliou o Índice de *Corporate Governace* (CGI) das empresas chinesas cotadas na bolsa em 2003, com base em seis sub índices.	✓ Índice de comportamento de controlo por parte dos acionistas, avaliado pelo Código de governação das empresas cotadas na China. ✓ Índice do conselho de administração, medido pela qualidade da sua composição. ✓ Índice dos gestores de Topo, medido pelos incentivos e restrições ao seu desempenho. ✓ Índice de divulgação de informação, medido pela qualidade da informação divulgada e sua transparência. ✓ Índice da influência dos *stakeholders*, medido pela harmonia das partes interessadas. ✓ Índice do comité de supervisores, medido pela qualidade da supervisão. ✓ Todos *Ceteris paribus* com uma relação positiva com a *performance* corporativa. ✓ Grau de alavanca de 2003.	No estudo, para um nível de significância de 10%, ficou demonstrado que quanto maior for CCG, maior são os resultados das variáveis dependentes (ROE, ROA, Ativos). Conclui também que quanto mais forte for a independência da empresa cotada maiores são os índices das variáveis dependentes. O mecanismo de uma gestão corporativa tem muita influência no desempenho e valor de uma empresa, quer em termos de rendibilidade, capacidade de expansão com flexibilidade e segurança financeira.

Autor(es)	Método e âmbito de Aplicação	Dimensões e variáveis usadas	Conclusões
		✓ Tamanho = ativos logaritmizados. ✓ ROE = rendimento do capital próprio. ✓ ROA = rendimento dos ativos.	
Li (2018)	Quantitativo. Construção do CCGI (CLC e CGI) tendo por base a gestão corporativa de 3.031 empresas cotadas na China (CLC - Chinese Listed Companies), em 2017. Recorreu a estatística descritiva.	✓ Gestão por parte dos acionistas, avaliado pelo Código de governação das empresas cotadas na China. ✓ Gestão por parte do conselho de administração, medido pela qualidade da sua composição. ✓ Gestão por parte dos supervisores, medido pela qualidade da supervisão. ✓ Gestão de Topo, medido pelos incentivos e restrições ao seu desempenho. ✓ Divulgação de informação, medido pela qualidade da informação divulgada, sua transparência e sua confiabilidade. ✓ Influência dos *stakeholders*, medido pela harmonia das partes interessadas.	Este estudo vem na linha do estudo realizado em 2003 e foi utilizado como medidor da evolução nas empresas em termos de gestão corporativa. A análise foi efetuada por diferentes áreas (geográfica, controlo dos acionistas, setor de atividade e constituição do conselho administrativo) mostrando que a gestão corporativa foi melhorada nos últimos dez anos, contudo continuam a existir diferenças por setor.
Choi *et al.* (2022)	Estudo hipotético, que através da técnica de análise de conteúdo, pretende aferir os fatores internos que influenciam a divulgação de informação prospetiva (FLI – forward-looking information), aplicado a 71 relatórios anuais das principais empresas malaias de 2017 a 2019. Recorreu à análise de regressão hierárquica e uma correlação de Pearson	Nível determinado através do *Modified Forward-Looking Information Index (MoFLiDi)* ✓ FLID = *Forward-Looking Information Disclosure* (40 itens com cinco categorias; valor 1 divulga informação FLI, valor 0 caso contrário) ✓ BwAE = *Board with Accounting Expertise* (% da Direção com formação em contabilidade) ✓ BDiv = *Board Diversity* (% de mulheres na Direção) ✓ IoAC = *Independence of Audit Committee* (% de membros independentes na Direção) ✓ BSz = *Board Size* (% de diretores na Gerência da empresa) ✓ FrOwn = *Foreign Ownership*	O nível FLI (Forward-looking Information) atingiu uma percentagem média de 47,34%, em que o item mais reportado foi a categoria Ambiente Externo com 76,51% e o menos reportado foi a categoria FLI Financeiro com 4,46%.

Autor(es)	Método e âmbito de Aplicação	Dimensões e variáveis usadas	Conclusões
		✓ IndT = *Industry Type* (valor 1 se indústria altamente sensível e valor 0 caso contrário) ✓ Lev = *Leverage* (Passivo total / ativo total)	
Xue *et al.* (2020)	Estudo hipotético dedutivo para avaliar o impacto do índice de divulgação ambiental, a divulgação de relatórios independentes nos honorários dos auditores e o impacto do índice de divulgação ambiental em pareceres de auditoria não padronizados, em empresas cotadas chinesas no setor da energia. Recorreu a regressão para análise dos dados em painel	✓ Taxas de auditoria – InAF, logaritmização dos honorários de auditoria. ✓ Parecer de auditoria – OP, Valor 1 para opinião de auditoria não normalizada e valor 0 caso contrário. ✓ Se o relatório independente for divulgado – IR, valor 1 sim, valor 0 caso contrário. ✓ Índice de divulgação de informação ambiental – EDI, tem de ter pelo menos 8 pontos de informação ambiental. ✓ Controlos internos – InICI, logaritmização do índice de controlo. ✓ LEV, total do passivo no final do ano face ao ativo no final do ano. ✓ ROE, resultado líquido face ao ativo líquido. ✓ Contas a receber face ao total do ativo. ✓ Taxa de rotação dos ativos circulantes, saldo médio do resultado operacional face ao ativo corrente. ✓ Escala de ativos, logaritmização do ativo total ✓ *Site* da empresa cotada – InGDP (*Gross Domestic Product*), logaritmização do PIB da empresa.	Os resultados mostram que o índice de divulgação de informação ambiental das empresas chinesas cotadas na indústria energética tem um impacto positivo e significativo nos honorários de auditoria, que existe uma correlação positiva entre a divulgação de relatórios independentes e os custos de auditoria, contudo essa divulgação é influenciada negativa e significativamente pela publicação de pareceres de auditoria não padronizados
Kundeliene e Stepanauskaite (2018)	O estudo pretendo medir a extensão da divulgação voluntária de informação nos *sites* das empresas lituanas e a relação entre os determinantes de divulgação. O método de investigação consistiu numa análise comparativa da	✓ Índice de divulgação voluntária da empresa calculado para cada empresa, avalia 60 itens com valor 1 se divulga a informação e valor 0 caso contrário. (Informações gerais e estratégicas – 14 itens, Informação histórica sobre os resultados financeiros da empresa – 8 itens, Principais informações financeiras – 9 itens, Informações prospetivas – 10 itens, Informação de gestão – 5 itens, Informação sobre responsabilidade social – 14 itens)	O estudo mostrou que não existe uma teoria comum (geral) que seja ajustada à análise da divulgação voluntária de informação, encontrando uma relação significativa entre a divulgação de informação de

Autor(es)	Método e âmbito de Aplicação	Dimensões e variáveis usadas	Conclusões
	literatura científica, análise lógica e sistemática, análise de conteúdos de relatórios anuais de uma amostra aleatória (106 empresas) das 1000 empresas líderes lituanas em 2014, com os lucros mais elevados. Recorreu ao coeficiente de correlação de Spearman	✓ Índice de divulgação voluntária de informação geral e estratégica calculado para cada empresa e calculado pela contagem de palavras das informações fornecidas. ✓ Índice quantitativo de divulgação voluntária de informação da empresa avaliado pela quantidade de palavras fornecidas associados aos grupos de informação onde se encontram integrados os 60 itens.	responsabilidade social e a dimensão da empresa, quando medida pelo n.º de colaboradores. Mostrou também que as empresas de maior dimensão fornecem maior quantidade e mais informação do que as empresas mais pequenas.
Tu *et al.* (2024)	Quantitativo. Estudo baseado nos ativos intangíveis (Marcas registadas, de 140 PME de jogos online chinesas, cotadas na bolsa. Recorreu a regressão linear dos ativos intangíveis e indicadores financeiro.	Procede a uma comparação do índice de divulgação de informação sobre os ativos intangíveis (1=existência; 0=inexistência): ✓ a) Índice de informação de ativos intangíveis não ST e não excluídos da bolsa; ✓ b) Divulgação do índice de informações sobre ativos intangíveis excluídos da bolsa; ✓ c) Divulgação do índice de informações sobre ativos intangíveis ST. Os indicadores financeiros importantes foram: ✓ Passivo corrente = O valor do passivo corrente logaritmizado. ✓ Entrada de caixa operacional = O valor da entrada de caixa operacional logaritmizado. ✓ Rendimento operacional = O valor do rendimento operacional logaritmizado. ✓ Marca registada = Adiciona 1 ao número de marcas registadas e calcula o logaritmo. ✓ Direitos autorais de obras = O número de direitos autorais da obra é aumentado em 1 e, em seguida, calcula-se o logaritmo. ✓ Direitos autorais de software = Adiciona 1 ao número de direitos autorais de software e calcula o logaritmo.	Neste estudo, e resultante de uma pesquisa comparativa longitudinal e horizontal sobre o índice de divulgação de informações sobre ativos intangíveis, ficou apurado que muitas das PME de jogos online quando são retiradas do NEEQ ainda são detentoras de ativos intangíveis. Que, tanto os fornecedores de crédito como a procura pelos mesmos por parte das empresas de jogos online interagem num ambiente de influência recíproca, que quando mau, o fornecedor é líder, quando bom, as PME de estão um passo à frente, o que significa que têm elevada capacidade de crédito.

Autor(es)	Método e âmbito de Aplicação	Dimensões e variáveis usadas	Conclusões
		✓ Qualificação = O número de qualificações é aumentado em 1 e, depois, calcula-se o logaritmo. ✓ Patente = O número de patentes é aumentado em 1 e, depois, calcula-se o logaritmo. ✓ Ativos totais = O valor total dos ativos é transformado em logaritmo. ✓ Ano = Ano, de 2013 a 2019.	
Bogdan *et al.* (2022)	Estudo Hipotético dedutivo aplicado a 28 empresas do setor da indústria transformadoras romenas cotadas na bolsa de valores de Bucareste (BSE entre 2017 e 2021, para avaliar a divulgação de informação sobre a gestão de resíduos. Dados recolhidos manualmente dos relatórios anuais das empresas aos quais aplicou o modelo de efeitos fixos e mínimos quadrados.	✓ ROE = Resultado líquido / Património líquido. ✓ ROA = Resultado Líquido / Ativos totais. ✓ EPS = Resultado líquido / N.º médio de ações ordinárias em circulação no ano reportado. ✓ SOL = Total de ativos / Total de passivo. ✓ CR = Ativo circulante / Passivo circulante. ✓ *WMnID* =Pontuação média de divulgação de informação sobre gestão de resíduos. ✓ PRD = Vendas líquidas / N.º médio de colaboradores. ✓ BS (*Board Size*) = N.º de Gestores no Conselho de Administração- ✓ IND = Valor 1 se a empresa pertencer a uma indústria ambientalmente sensível e valor 0 caso contrário. ✓ BIG4 = Valor 1 se as DF anuais forem auditadas por uma das 4 grandes empresas e valor 0 caso contrário. ✓ *Size* = Vendas líquidas expressas em biliões de Leu (moeda romena) ✓ EPLY = O número médio de empregados expresso em milhares de pessoas. ✓ LEV = Total do passivo / Total do capital próprio	Aplicando o FEM (*fixed effects model*), os resultados mostraram uma relação positiva e estatisticamente significativa apenas entre a divulgação de informações sobre resíduos e o ROA, enquanto para o CR, a correlação foi refutada. Os resultados demostraram também uma influência estatisticamente significativa de todas as variáveis moderadoras para o indicador de rendibilidade ROA, enquanto a liquidez corrente (CR), não foi encontrada significância estatística.

Autor(es)	Método e âmbito de Aplicação	Dimensões e variáveis usadas	Conclusões
Agyemang *et al.* (2021)	Estudo hipotético exploratório realizado a empresas mineiras cotadas na China (22 na bolsa de Xangai/estatais e 12 na bolsa de Shenzhen/privadas), um único setor económico. Teve uma abordagem de investigação quantitativa colocando os dados em painel extraídos dos relatórios anuais, demonstrações financeiras e relatórios ambientais entre 2000 e 2018.	✓ Índice de divulgação contabilística ambiental – EADI em que o valor 1 é para a divulgação e 0 caso contrário sendo o índice obtido pela divisão entre o somatório da pontuação da amostra pela pontuação total das 54. ✓ Índice e desempenho ambiental – EPI, 4 itens com avaliação Sim ou Não, sendo o valor 3 para Sim e valor 0 para Não. ✓ Dimensão da empresa – *Size* medido pelo logaritmização do ativo total. ✓ Alavancagem – Lev grau de dívida medido pelo total de passivos. ✓ Rentabilidade – ROE retorno do capital próprio, compara o resultado líquido da empresa com o seu capital próprio.	Verificou-se uma relação positiva entre a divulgação de informação contabilística ambiental e o desempenho ambiental. O EPI e o EADI têm uma correlação positiva e significativa ao nível de significância 1%, (o aumento unitário do EADI no EPI e vice-versa). Assumiu também uma relação positiva e estatisticamente significativa entre a divulgação de informação ambiental e o desempenho ambiental.
Silva P. C. (2016)	Hipotético dedutivo. Método qualitativo aplicado a 630 paróquias com *website* de onde se procedeu à recolha de dados para efetuar a análise documental e de conteúdos, a fim de avaliar vários aspetos entre os quais se salienta a utilização correta do normativo contabilístico aplicado às ESNL	✓ Paróquias com *website*, com resposta Sim ou Não (do universo de 4373 paróquias existentes no país, 630 tinham – 14%) ✓ Paróquias disponibilizam as suas contas? ✓ Paróquias publicam os Estatutos do CAE e a sua composição? ✓ Que tipo de informação financeira é divulgada e a que entidades. ✓ Que tipo de receitas e despesas possuem.	Concluiu que as paróquias não utilizam corretamente o normativo contabilístico aplicado às ESNL, que o processo de *accountability* é muito simplicista e é feito com base no regime de caixa. A utilização da divulgação da informação financeira através da *internet* é muito reduzida.
Pardal *et al.* (2019)	Estudo exploratório, com recolha de informação em grelhas, aplicado a todas as IPSS situadas no par distrito/concelho de Setúbal registadas na página *web* da Segurança Social (47 entidades).	✓ Perspetiva institucional (PI) com 11 itens que respeitam a informação geral sobre a instituição. (1) Missão, Visão e Valores; (2) Origem e Evolução histórica; (3) Plano estratégico ou anual; (4) Estatutos; (5) Organigrama da entidade; (6) Composição dos Membros dos Órgãos de Governo - Direção/C.Fiscal; (7) Remuneração e Gastos dos Membros dos Órgãos de Direção/C.Fiscal; (8) Percurso/*Cvitae* dos Membros dos Órgão	Verificou-se que o grau de divulgação de informação por parte das IPSS foi de 26%, considerando as que estão presentes na *internet*, sendo que a perspetiva de desenho-acessibilidade

Autor(es)	Método e âmbito de Aplicação	Dimensões e variáveis usadas	Conclusões
	Foi contruído o Índice para avaliar o grau de divulgação da informação financeira e não financeira nos seus *websites*.	de Governo; (9) Apresenta informação social; (9a) Trabalhadores e Dinâmica Interna; (9b) Ambiental e (9c) Outras: Sócios, Voluntários e Parceiros. ✓ Perspetiva Atividade (PA) com 5 itens respeitantes aos projetos desenvolvidos ou em curso. (1) Atividades/projetos desenvolvidos e em curso; (2) Identificação dos Responsáveis pelas diversas atividades/projetos; (3) Relatórios Finais de atividades/projetos; (4) Notícias sobre acontecimentos relevantes e (5) Parcerias nas atividades/projetos. ✓ Perspetiva Financeira (PF) composto por elementos de cariz financeiro, 14 itens para o regime de contabilidade [(1) Apresenta Orçamento; (2) Apresenta Relatório Global de prestação de contas do último período; (3) A Informação Financeira do último período é composta por: (3a) Relatório de Atividades / Gestão; (3b) Balanço; (3c) DRn (3d) DFCx; (3e) Anexo; (3f) DRf/ Dem p/ Valências; (3g) Alteração do Fundo Patrimonial; (3h) Ata Aprovação das Contas; (3i) Ata do Conselho Fiscal; (3j) Certificação Legal de Contas; (3k) Outros: Balancete / … e (14) Apresenta Informação Financeira de três ou mais períodos.] e 6 itens para o regime de caixa. [(1) Apresenta Orçamento; (2) Apresenta Relatório Global de prestação de contas do último período; (3) A Informação Financeira do último período é composta por: (3a) Mapa de Pagamentos / Recebimentos; (3b) Mapa do Património Fixo; (3c) Mapa de Direitos e Compromissos Futuros; (4) Apresenta Informação Financeira de três ou mais períodos.] ✓ Perspetiva Navegabilidade (PN) com 8 itens que se relacionam com a política do próprio *site*. (1) A informação financeira está identificada: (1a) Em capítulo próprio; (1b) Em subcapítulo; (1c) Não está claramente identificada; (2) A designação do Capítulo/Subcap. s/ inf.financ é apropriada; (3) Pode aceder-se às informações em outras línguas; (4) Inclui data da última atualização ou política de atualização do *site*; (5) Dispõe de links para: Supervisores ou Federações (S.Social/CNIS/UDIPSS); (6) Dispõe	obteve 47% e a perspetiva de navegabilidade ficou-se pelo 17%. A perspetiva financeira apresenta um grau de divulgação de 24%.

Autor(es)	Método e âmbito de Aplicação	Dimensões e variáveis usadas	Conclusões
		de links para outras entidades; (7) Dispõe de links para a imprensa sobre noticias da entidade. ✓ Perspetiva Desenho-Acessibilidade (PDA) com 5 itens sobre aspetos de estrutura, imagens e contatos. (1) *Site*: Mapa ou índice; (2) Inclui gráficos e imagens para apresentar a entidade; (3) Indicação de correio eletrónico da entidade; (4) Indicação de direção e contactos; (5) Informação sobre a base territorial (sede e delegações).	
Pereira *et al.* (2020)	O objetivo foi aplicar o índice construído por Pardal *et al.* (2019) a 22 IPSS situadas no Concelho de Beja e proceder à respetiva comparação	✓ Em tudo idêntico ao proposto por Pardal *et al.* (2019).	O grau de divulgação apresentado pelas entidades dos dois concelhos, são diferentes, 74% das IPSS de Beja divulgam informação financeira na *Internet* enquanto só 45% das IPSS de Setúbal o fazem.
Ferreira *et al.* (2016)	Com recurso a métodos de investigação quantitativos e qualitativos foi efetuada consulta aos *websites* de 420 IPSS para responder à questão "As IPSS, tendo conhecimento da obrigatoriedade de publicitação das contas no seu *website*, possuem condições para cumprir essa exigência? Todos os indicadores são compostos por variáveis que na sua maioria, têm uma avaliação dicotómica.	Foi criado o Índice de Maturidade (IM) com 6 dimensões, todas com um peso de 16,67% cada. ✓ Conteúdos: Informação geral / Índice DIMig (7 itens). (1) Informação institucional; (2) Estrutura orgânica; (3) Serviços prestados; (4) Contactos; (5) Possibilidade de selecionar conteúdo em inglês; (6) Destaque para novidade; (7) FAQ. ✓ Conteúdos: Informação financeira / Índice DIMif (3 itens). (1) Mapas previsionais; (2) Mapas de execução orçamental; (3) Outras demonstrações financeiras. ✓ Atualização dos conteúdos / Índice DIMat (4 itens). (1) Data da última atualização do *website*; (2) Eventos programados em curso; (3) Plano de atividades; (4) Estatísticas, publicações e estudos. ✓ Acessibilidade / Índice DIMac (3 itens). (1) O *website* tem um URL facilmente memorizável; (2) Conformidade com *browsers*; (3) Indexação nos motores de pesquisa.	Verificou-se que a maioria das IPSS não possui *website*, limitando o cumprimento da obrigatoriedade legislativa, sendo esse facto associado a um fraco nível de sofisticação dos seus *websites* e onde o seu nível de maturidade é considerado fraco, pois só tem o nível 1.

Autor(es)	Método e âmbito de Aplicação	Dimensões e variáveis usadas	Conclusões
		✓ Navegabilidade / Índice DIMn (4 itens). (19 Existem botões para navegação em todas as páginas; (2) Está disponível um mapa do *site*; (3) Existe um motor de pesquisa para pesquisa interna; (4) Os diferentes conteúdos estão bem identificados. ✓ Facilidade para o cidadão com necessidades especiais / Índice DIMf (2 itens). (1) Conformidade com o nível "A", "AA" ou "AAA"; (2) Símbolo de acessibilidade na primeira página.	
Ornelas (2018)	Estudo empírico, hipotético aplicado a 85 IPSS da Região Autónoma da Madeira, de forma a analisar o seu nível de transparência e publicitação das contas. Aplicou o método quantitativo (análise estatística dos dados recolhidos para responder às hipóteses) e qualitativo (entrevistas e observação direta)	✓ As IPSS da RAM têm sítio institucional eletrónico: medição dicotómica, com recurso a "sim" ou "não". ✓ As IPSS da RAM publicam as suas contas nesse sítio institucional eletrónico: medição dicotómica, com recurso a "sim" ou "não". ✓ Quais os tipos de contas que publicam? Incide só nas que possuem *site* e avalia-se se seguem o normativo contabilístico SNC – NCRF SNL e qual o tipo de contas que as IPSS apresentam, se apresentam Relatório de Conta. ✓ Há quanto tempo é que publicam as contas?	O estudo mostrou que apenas 71% das IPSS possuem o seu próprio sítio institucional e dessa só 57% publicaram as contas do exercício, representando uma taxa elevada de incumprimento das obrigações que pode implicar a suspensão dos apoios do Estado
Ferreira I. A. (2021)	Estudo hipotético-dedutivo que pretende averiguar o nível de transparência das IPSS, foi aplicado aos *sites* institucionais de 134 IPSS (as que tinham *website* - 94 Associações, 12 Com. Religiosas, 15 Centros Soc Paroquiais, 1 Misericórdia, 6 Fundações e 6 Cooperativas) localizadas no Concelho do Porto. A metodologia aplicada foi qualitativa, recolheu dados para o *EAGLE Index* subdividido em quatro dimensões e quantitativa para análise de resultados.	✓ Dimensão de Qualidade *Online* com cinco critérios com ponderação de 20% cada. Funcionalidade/CTRf (10 itens) [(1) Conformidade com o nível "A", "AA" ou "AAA"; (2) O símbolo de conformidade "A", "AA" ou "AAA" está disponível na *homepage* do *site*; (3) Data da última atualização do *site*; (4) A entidade responsável pela manutenção do *site* está devidamente identificada; (5) Informações sobre serviços prestados; (6) A entidade responsável pelo *site* está devidamente identificada; (7) Mapa de localização da instituição ou coordenadas *GPS*; (8) O *site* é acedido publicamente (sem pagamento de taxas, registo ou outros); (9) O *site* tem um *URL* apropriado e facilmente memorizável; (10) Apreciação geral (*Overview*)], Confiabilidade / CRTr (5 itens), [(1) As figuras, gráficos e tabelas utilizadas estão devidamente legendadas; (2) Existe um motor de pesquisa para pesquisa interna; (3) Os autores das informações prestadas ou as fontes utilizadas são referenciadas de forma adequada; (4) O *site*	Na resposta à 1ª questão, se as IPSS têm *site* institucional, só 72,52% das IPSS do Concelho do Porto o têm, concluindo que em 2019, sete anos após a entrada em vigor da obrigatoriedade explicita do DL n.º 172/2014 ainda há instituições que não estão prontas para cumprir essa obrigação. Quanto à transparência, o estudo concluiu que apenas atingiu um nível de 34 pontos que

Autor(es)	Método e âmbito de Aplicação	Dimensões e variáveis usadas	Conclusões
		disponibiliza a informação, o conteúdo ou o serviço pedido pelo utilizador; (5) Texto bem escrito e compreensível.], Usabilidade / CRTu (5 itens) [(1) Existe informação sobre serviços e conteúdos; (2) Está disponível um mapa do *website*; (3) Está disponível uma opção de ajuda; (4) Os diferentes conteúdos estão bem identificados; (5) Existem controlos de navegação em todas as páginas.], Eficiência / CRTe (5 itens) [(1) Hiperligações inválidas-1 Não/0 Sim; (2) Hiperligações úteis para a instituição e para os utilizadores; (3) Possibilidade de selecionar conteúdos numa outra ou várias línguas; (4) Suporte *multibrowser*; (5) Tempo de carregamento.], Segurança / CRTs (3 itens) [(1) A comunicação com o *site* é feita de forma encriptada; (2) Aviso de *cookies*; (3) O utilizador é informado dos procedimentos relativos à proteção de dados.]. ✓ Dimensão *Accountability Online* com quatro critérios com a ponderação de 25% cada. Informação contabilística / CRTai (6 itens) [(1) Balanço; (2) DRn; (3) DRf; (4) D. alterações nos fundos patrimoniais; (5) DFCx; (6) Anexos às DF.], Características da informação financeira / CTRifc (4 itens) [(1) Relevância; (2) Fiabilidade; (3) Compreensibilidade ou clareza; (4) Comparabilidade.], *Performance* organizacional / CRTop (13 itens) [(1) Estatísticas, publicações e estudos; (2) Estrutura orgânica; (3) Eventos programados ou em curso; (4) Indicadores chave de desempenho; (5) Informação institucional; (6) Informação sobre a cultura da instituição; (7) Informação sobre a história da instituição; (8) Organização dos recursos humanos; (9) Orçamento aprovado para o ano corrente; (10) Execução do orçamento; (11) Plano de atividades; (12) Plano estratégico; (13) Acordos e protocolos de cooperação.], *Performance* social / CRTsp (8 itens) [(1) Disponibilidade de arquivos documentais; (2) Atas dos órgãos de governo estão disponíveis; (3) Contatos gerais; (4) Legislação de interesse para o utilizador; (5) Remuneração dos órgão de gestão; (6) Composição dos órgão sociais; (7) Nota biográfica dos elementos do órgão de gestão; (8) Divulgação de políticas de responsabilidade social.].	corresponde a pouca transparência

Autor(es)	Método e âmbito de Aplicação	Dimensões e variáveis usadas	Conclusões
		✓ Dimensão Serviços *Online* com três critérios, um com ponderação de 20% e os outros dois com ponderação de 40% cada. Participação / CRTpt (5 itens) [(1) Disponibilidade para download formulários; (2) Espaço para colocar perguntas à instituição; (3) Existe um fórum de debate; (4) Possibilidade de subscrever uma *newsletter*; (5) Presença nas redes sociais.], Transação / CRTtr (4 itens), Personalização / CRTps (3 itens) [(1) Possibilidade de introduzir e alterar dados associados ao serviço prestado; (2) Possibilidade de integrar em tempo real, salvaguardando restrições impostas pela lei de proteção de dados, para esclarecimentos adicionais; (3) Desempenho *mobile* do *site*.]	

Fonte: elaboração própria.

Muitos dos índices de divulgação de informação relacionados na Tabela 1, têm um conjunto de observações de avaliação dicotómica, do género contém ou não contém, existe ou não existe, divulgam ou não divulgam, aos quais se atribui o valor 0 ou 1, dependendo do critério do autor para apurar os dados de resposta aos objetivos a que se propõe estudar. Verifica-se também que existem IDI que assentam em divulgação precisa de determinada informação, muita relacionada com o *core* da empresa ou o setor a estudar, da qual é o exemplo do estudo de Barbosa (2018) que utilizou o ITM criado pela TIAC, um estudo qualitativo. Nkano (2018) também utilizou um IDI com base em itens de informação concreta, dividido por diferentes áreas, que serviu de base à aplicação de um método quantitativo. Os vários estudos apresentados mostram diferentes abordagem no que concerne a transparência e divulgação de informação, usando diversos índices para mensurar essa mesma divulgação, assim como o seu impacto.

A revisão de literatura procurou ir além do universo das instituições de solidariedade social, mas, na seleção das variáveis observadas para o IDI, obviamente, vão ser escolhidos os elementos que são mais adequados ou mais alinhados com a realidade das IPSS. A transparência e divulgação de informação está associada a vários sectores, como se pode verificar nos diversos estudos, está associada à divulgação de informação por parte dos municípios, por parte de empresas, cotadas e não cotadas, assim como às entidades sem fins lucrativos. Os estudos mostram uma forte ligação entre o nível de informação divulgada e fatores como o tamanho da empresa, medida muitas das vezes pela rendibilidade apurada pelo ROA e ROE, entre outros. A divulgação de informação também está associada à composição dos Conselhos de Administração, à aplicação de legislação própria para o sector em causa e incentivos dos próprios mercados onde se encontram inseridas as empresas. A revisão da literatura mostra também que são utilizadas diversas metodologias, pois existem estudos que têm um enfoque predominantemente qualitativo, outros quantitativos e ainda outros que aplicam os dois métodos. Fazem comparações entre países ou estudam países em particular aos quais aplicam diversos índices, como é exemplo o ITM utilizado por Barbosa (2018), em que a comparação é realizada entre oito municípios portugueses. Existem outros autores que utilizam critérios definidos para mensurar os níveis de divulgação, salientando neste aspeto os estudos realizados por Nkano (2018) e Cabedo *et al.* (2017), onde cada área especifica da empresa é determinante para a avaliação do IDI. Estes estudos evidenciam de forma muito geral um nível de divulgação, tendencialmente, baixo no que se refere a informações não financeiras. Embora existam fatores que influenciam positivamente a transparência e divulgação de informação, ainda há muitas lacunas, pois verifica-se que as regulamentações de divulgação obrigatória nem sempre são implementadas na integra, sendo esta realidade mais associada à divulgação de informação não financeira, como é o caso do desempenho social e ambiental das Empresas.

O IDI vai muito para além do que é aplicável às IPSS, contudo existem estudos direcionados à divulgação de informação por parte das instituições particulares de solidariedade social, sobretudo direcionados à divulgação regulamentada por imposição legal. A divulgação da informação das IPSS deve constar dos seus *websites*, deve ter um acesso fácil e apresentar-se de forma clara, com "capacidade de outras entidades ou indivíduos externos à organização acederem a informação relevante sobre o desempenho das atividades de uma ESNL e do seu desempenho financeiro é de grande importância para uma eficiente aplicação de capital e potenciais decisões de atribuição de donativos" (Pardal et al., 2019, p. 5). Assim, as variáveis a aplicar para mensurar a divulgação de informação por parte das IPSS, assenta no que é, ou não, divulgado nos seus *websites*, associado ao desempenho e relevância das prestações de serviços das diferentes valências que as compõem.

Para além do que a legislação regulamenta, também é condição para uma maior transparência, a divulgação de informação voluntária, contudo, pelo facto da elevada dependência das IPSS do financiamento por parte do Estado, o acesso à informação prestada aos seus *stakeholders* deve ser uma constante. Da informação que deve existir no *website*, que as IPSS devem dispor, salienta-se a divulgação de DF, os valores do subsídio atribuído pela Segurança Social, o número de utentes e de trabalhadores ao seu serviço, as valências dos serviços prestados, o nível de endividamento, entre outros.

2.4 DESEMPENHO ECONÓMICO E FINANCEIRO: PERSPETIVAS E INDICADORES

Equilibro económico existe quando os rendimentos estão equiparados aos gastos e vice-versa e o equilíbrio financeiro existe quando não há roturas de tesouraria, quando a liquidez também está acautelada. Esta será a condição na qual o desempenho económico e financeiro se alicerça. As IPSS não têm como propósito o lucro, pois são instituições não lucrativas, inseridas no terceiro sector, desenvolvendo atividades e serviços com diferentes valências, que complementam e, em muitos casos, substituem os serviços públicos, mas que isso não dispensa equilíbrio económico e equilibro financeiro.

O equilíbrio referido é o objetivo das IPSS para garantir a sua sustentabilidade, sendo de acautelar que "o desempenho financeiro não se dissocia da existência de clientes satisfeitos" (Borralho, 2018, p. 171). Assim, os desafios financeiros que as IPSS encontram são significativos pela condição de dependência do financiamento público, havendo necessidade de diversificar as fontes de receitas a longo prazo, pois a regulamentação existente e cada vez mais exigente, determina um agravamento dos encargos financeiros. Para tal, segundo Silva S. (2014), no seu estudo Estratégias de Sustentabilidade Financeira

das IPSS, considera que uma gestão e liderança eficazes são vitais para superar esses desafios. Mostra que os acordos de cooperação com a Segurança Social são a fonte de financiamento mais fiável, mas que se dependerem dessa única fonte, a sua vulnerabilidade torna-se evidente. A fonte de financiamento privada resulta essencialmente das comparticipações dos utentes e suas famílias, associadas às respostas sociais. Conclui também que "as IPSS com maior autonomia financeira (…) prestam serviços privados (…) que lhe permitem ter lucro para fazer face à divida bancária", possibilitando assim uma "menor dependência do Estado" pois dispõem de "várias fontes de receitas (públicas e privadas), o que lhes poderá permitir uma maior capacidade de resistir a crises financeiras e/ou redução dos apoios do Estado, sem colocar em causa o seu funcionamento geral" (Silva S., 2014, p. 41).

Utilizando vários rácios financeiros para analisar a liquidez, a solvabilidade, a rentabilidade e a eficiência, Duarte (2016) aplicou às IPSS um modelo de análise financeira modificado, baseado nos existentes para as OSFL, com o objetivo de mensurar a transparência, responsabilização e gestão sustentável, sobretudo pelo crescente escrutínio público e a limitação de recursos. O alcance de um melhor controlo de custos e das diversas fontes de financiamento, deve ter o equilíbrio necessário para não pôr em causa a qualidade de serviços e a sua possível redução. A fim de proporcionar uma visão mais detalhada do desempenho financeiro, a aplicação do sistema de avaliação *Balanced Scorecard* (*BSC)*, adaptado ao sector não lucrativo (SNL) visou "alcançar a melhor utilização dos recursos de forma diferente daquela que era utilizada pelas organizações privadas, de forma a responder às necessidades dos utentes e clientes. Nas instituições sem fins lucrativos, a figura do lucro é substituída pelo bem-estar e satisfação de todos os *stakeholders*" (Duarte, 2016, p. 24). Mostrou este estudo que alguns dos indicadores calculados permitiram evidenciar alterações que decorreram de alterações contabilísticas ou de relato onde a rubrica com maior peso na estrutura de gastos, se relaciona com os gastos com pessoal. Verificando que o nível do equilíbrio financeiro e da estrutura financeira, está associado com níveis elevados de endividamento.

Também pretendendo implementar um sistema de avaliação de desempenho adequado a entidades do SNL inseridas no terceiro sector, Códices (2017) pretendeu adotar as práticas de gestão das entidades com fins lucrativos, como o *BSC*, o *Tableau* de *Bord* e o *Performance Prism*, contudo, pela sua abrangência, flexibilidade e adaptabilidade, destacou o *BSC* para o estudo realizado. Com base no crescimento do terceiro sector, que determina a necessidade de práticas de gestão mais robustas, verificou que as medidas tradicionais se mostravam insuficientes para avaliar o desempenho das OSFL, assim, o *BSC* com as suas quatro perspetivas (financeira, cliente, processos internos, aprendizagem e crescimento) mostrou-se adequado, mesmo com ênfase modificada. Para Códices (2017, p. 32) "o estatuto das IPSS

rege-se pelo DL n.º 172-A/2014, que não só as define (artigo 1.º) como também menciona os seus fins e atividades (artigos 1.º-A e 1.º-B), as possíveis formas e agrupamentos das mesmas (artigo 2.º), entre outros", contudo a instituição analisada utiliza alguns indicadores, financeiros e não financeiros, que não são detalhados nem sistematizados em qualquer mapa, pelo que é necessário implementar um sistema de avaliação de desempenho (SAP) que garanta que toda a organização está alinhada com a sua estratégia, visão e missão. Salientando a conclusão do estudo, que a adaptação e aplicação do *BSC* às entidades sem fins lucrativos, foi crucial, permitindo uma melhoria de "gestão através da combinação de medidas financeiras e não financeiras, tendo em conta que o sucesso destas organizações não depende dos resultados financeiros, mas sim da atenção dada aos utentes, razão pela qual a missão representa o seu compromisso e responsabilidade com a sociedade" (Códices, 2017, p. 68).

Dentro da mesma abordagem, Moreira (2022) argumenta que as métricas tradicionais de desempenho financeiro são insuficientes para avaliar as OSFL, é necessária uma abordagem multidimensional que abranja o impacto social e ambiental, defendendo para tal a aplicação do *BSC*, com as devidas adaptações. Diz ser necessário uma abordagem personalizada para cada organização, considerando o seu contexto específico, a sua missão e as prioridades dos *stakeholders*. O seu estudo, embora dando primazia ao *BSC*, para uma avaliação de desempenho que considera a sustentabilidade financeira, a eficiência, a eficácia da gestão, a eficácia social, o impacto social e a consistência/coerência dos valores, produtos e recursos, conjugou a adaptação do *BSC* com Modelos de Contingência e Perspetivas de *Stakeholders*, permitindo uma abordagem mais holística e contextualizada para a avaliação de desempenho das OSFL.

Também Anacleto (2023) pretendeu desenvolver um modelo de gestão estratégica para uma OSFL, com ênfase na gestão de desempenho e na avaliação de desempenho dos colaboradores, de forma a aumentar a competitividade e a sustentabilidade. Recorreu também à estrutura do *BSC*, com as devidas modificações para refletir o contexto sem fins lucrativos. A adaptação priorizou a missão, os clientes, os processos internos e a aprendizagem e o crescimento. Um dos aspetos relevantes do estudo está associado ao facto de que o terceiro sector e as OSFL que o compõem, empregarem uma percentagem relevante da população, então a abordagem considerada, pretendendo ser equilibrada entre recompensas intrínsecas e extrínsecas, procurou uma gestão eficaz de desempenho e recompensa para atrair, reter e motivar os funcionários das IPSS. "Neste sentido, a adoção de ferramentas de gestão de *performance* e de desempenho tornam-se basilares, embora as mesmas tenham de ser ajustadas às singularidades das OSFL. O *BSC* é um dos instrumentos mais utilizados neste tipo de organizações, revelando-se capaz de auxiliar

os corpos dirigentes das mesmas a desenhar uma estratégia, a comunicá-la aos respetivos colaboradores, bem como a promover a mudança de processos organizacionais e culturais" (Anacleto, 2023, p. 65).

O impacto da austeridade no financiamento e na gestão do terceiro sector, em particular das IPSS, e o potencial da gestão como estratégia de gestão sustentável, obrigou a uma reavaliação da governação. A dependência tradicional do financiamento por parte do Estado revelou-se insustentável, havendo necessidade de diversificar as fontes de financiamento, para viabilizar as IPSS a longo prazo. O "conceito de governança como possível estratégia de gestão para potenciar a sustentabilidade das entidades do terceiro setor (…) é uma estratégia de gestão eficaz não somente nos (…) tempos de austeridade, mas também para a sustentabilidade do setor" (Garcia, 2016, p. 172). Assim os princípios de governança, aliados a uma abordagem orientada para o mercado, tornam-se essenciais para a sustentabilidade, sendo ainda necessário melhorar as estratégias de formação e comunicação que permita uma inovação dentro das restrições financeiras.

Não associado ao contexto de austeridade, mas de pandemia, o desempenho económico-financeiro das IPSS foi significativamente afetado. Os vários rácios financeiros (liquidez, solvência, rentabilidade, atividade e estrutura financeira) sofreram um impacto. O financiamento público desempenha um papel crucial na sustentabilidade das IPSS, mas a sua limitação exige a diversificação das fontes de financiamento e uma gestão eficiente dos recursos. Correia (2022, p. 39) refere no seu estudo que "a análise financeira realizada (…) permitiu verificar que os resultados, em quase todos os rácios, estão em crescendo, havendo uma grande dependência dos subsídios do Estado. Existiu ainda um aperfeiçoamento quanto à eficiência dos funcionários, baixando custos e otimizando receitas como exposto na DR".

A IPSS inseridas no terceiro setor não têm com objetivo o lucro, resultante da sua atividade, contudo necessitam de garantir a sua sustentabilidade financeira, ou seja, as instituições estão fortemente dependentes da sua capacidade em rentabilizar a sua estrutura, sem comprometer a sua missão social. Assim o ROA (rentabilidade do ativo) para as IPSS poderá ser entendido como a capacidade de gerar excedentes operacionais para reinvestir na sua missão, e não gerar lucro, uma vez que não é esse o seu objetivo. Para concretizar toda a sua atividade, a missão para a qual foram criadas, as IPSS poderão recorrer a financiamento, o que poderá representar o aumento do seu passivo. (Correia, 2022)

Resumindo o desempenho económico e financeiro é fundamental, mas não se pode descurar que as IPSS estão inseridas num universo de entidades que não procuram o lucro, mas que a sua sobrevivência, depende da garantia da sua sustentabilidade. Assim o ROA mede a eficiência económica através da conversão de ativos (instalações, equipamentos, veículos) na capacidade da resposta social,

determinado pela fórmula [(Resultado Líquido / Ativo Total) x 100]. Se o resultado se apresentar ligeiramente positivo, mesmo que próximo de zero, pode ser entendido como cenário ideal para uma IPSS, indicando a instituição cobre os seus custos operacionais e gera uma margem de segurança pequena para reinvestimento, sem desvirtuar a sua missão não lucrativa.

O endividamento nas IPSS, muitas vezes necessário, resultante do recurso ao crédito bancário, poderá exercer uma influência direta na sua sustentabilidade e capacidade operacional. Esta situação foi a base de trabalho de Reis e Veiga (2023), que concluem que muitas destas instituições apresentam fragilidades financeiras devido aos elevados custos fixos, sobretudo com pessoal, pois o rácio funcionário/utente apresenta-se muito elevado. Verificam que mesmo com os apoios da Segurança Social, os encargos operacionais continuam pesados, aumentando a dependência de financiamento externo e o risco de endividamento. Concluem que o endividamento excessivo, aliado à baixa liquidez e aos resultados reduzidos, pode comprometer a continuidade destas IPSS, sendo necessária uma gestão mais eficiente, inovação e criação de valor para garantir sustentabilidade a longo prazo.

2.5 SÍNTESE

Esta dissertação investiga a transparência financeira e o desempenho das IPSS do distrito de Beja, com foco na informação divulgada nos seus sítios na *internet*. A revisão de literatura teve como preocupação principal caraterizar a economia social e as entidades do sector não lucrativo, com particular destaque as IPSS. É importante perceber a realidade das IPSS no contexto da economia social que tem caraterísticas ou atributos específicos, que existem na sociedade portuguesa há muitíssimo tempo e encontram-se por todo o território nacional. A sua atividade fundamental está associada à proteção social e tem como suporte a parceria com o Estado, dependendo do seu apoio financeiro, para o desenvolvimento das suas atividades. Desta forma o Estado procurou dar cumprimento ao determinado na própria CRP (1976), no âmbito da segurança social e solidariedade, pois as prestações de serviços que eram da sua competência vêm-se assim, asseguradas através das atividades das IPSS. Desempenham serviços e atividades regulamentadas pelo próprio Estado, não podendo ser geridas pelo sector público e são fonte de empregabilidade de uma percentagem relevante de cidadãos. Uma das características das IPSS, encontram-se na obrigação do cumprimento de divulgação de informação nos seus *websites*.

A divulgação da informação financeira das IPSS é um requisito obrigatório, a legislação que regulamenta as IPSS assim o determina, desde logo porque grande parte dos rendimentos da IPSS são subsídios públicos. A sua divulgação é, sobretudo, no sentido de potenciar a maior transparência na forma

como o dinheiro é gasto. Existem enquadramentos legais e decretos específicos relativos às normas e obrigações de reporte para organizações sem fins lucrativos em Portugal, salientando-se em particular a Lei n.º 30/2013, o DL n.º 98/2015 e DL n.º 172-A/2014.

Assim, uma das formas de aferir a maior propensão, ou menor, para a transparência é através dos índices de divulgação da informação financeira. Esses IDI verificam-se aplicados aos mais diversos setores de atividades, assim como a diversas áreas dentro de uma mesma organização. O setor da Bolsa de valores depende em muito de uma boa divulgação de informação para os seus *stakeholders,* com a finalidade de cativar um maior investimento. Outros setores associados à proteção do ambiente, também dependem de uma boa divulgação dessa informação, muitas vezes de cariz voluntário, para atingirem um maior retorno financeiro. As IPSS têm a obrigação de divulgar a informação sobretudo pela dependência do financiamento da Segurança Social.

O desempenho económico e financeiro é fundamental, sobretudo, porque as IPSS pertencem a um universo de entidades que não procuram o lucro, mas que na verdade querem assegurar a sua sustentabilidade, ou melhor, são entidades que querem assegurar o princípio da continuidade, que querem as portas abertas e para tal têm de procurar que os rendimentos e os gastos sejam equilibrados. Se, se verificar que tiveram mais rendimentos do que gastos significa que, ou as famílias estavam a pagar mais, ou que o Estado estava a injetar mais dinheiro do que o necessário através da Segurança Social, não fazendo isso sentido, na medida em que tal consubstanciaria uma oneração dos contribuintes e/ou das famílias. Por outro lado, havendo um valor de gastos muito superior ao dos rendimentos, essa realidade só se verificaria resultante do endividamento. E o endividamento a médio e longo prazo pode também comprometer sustentabilidade da IPSS e limitar o princípio da continuidade.

A pesquisa de índices de divulgação financeira e maturidade na divulgação dos relatórios e contas permitiu a construção da tabela com os trabalhos pesquisados, assim como mostrou que esses índices são criados, sobretudo com informação avaliada numa perspetiva dicotómica, que permite aferir a sua mensuração e correlação. O desempenho económico e financeiro, cuja perspetiva e indicadores, são essencialmente aplicados ao setor empresarial, que visam o lucro, verificam-se também aplicados ao sector não lucrativo, pois já existem vários estudos que utilizaram esses mesmos critérios. Nesta realidade, verifica-se que o recurso ao *BSC*, pelas suas características, mostra a possibilidade de uma avaliação criteriosa das OSFL.

CAPÍTULO 3
MÉTODO

Para Quivy e Campenhaudt (1998) o início de uma investigação ou de um trabalho apresenta-se quase sempre da mesma forma, sabe-se vagamente qual o problema que se pretende estudar, mas não sabendo muito bem como o fazer. Assim, este autor defende que toda a investigação, quer dos fenómenos sociais quer dos fenómenos naturais, deve responder a princípios estáveis. Esses princípios fundamentais que à investigação social devem respeitar, segundo Gaston Bachelard citado por Quivy e Campenhaudt (1998, p. 25) serão entendidos como "o facto cientifico é conquistado, construído e verificado" e segundo Paris, Mouton e Bordas (1968), citados por Quivy e Campenhaudt (1998, p. 25) o procedimento pode ser descrito como um "processo em três atos que são a rutura, a construção e a verificação, cuja ordem deve ser respeitada, à qual chama de "hierarquia dos atos epistemológicos".

O método aplicado às ciências sociais tem sido objeto de estudo de diversos autores, segundo Gil (2008, p. 8) "muitos pensadores" ambicionavam a existência de "um método universal aplicável a todos os ramos do conhecimento", mas tal verificou-se não ser coerente, pois os métodos aplicados às ciências naturais diferiam dos métodos aplicados às ciências sociais, dispondo estas "de grande variedade de métodos", onde cada um presta a sua contribuição, permitindo a compreensão da complexidade da investigação nesta área. O termo "método" para Gil (2008, p. 8) pode ser entendido como o caminho para chegar a determinado fim. Este capítulo descreve todo o processo realizado, de forma que o conhecimento que dele decorra tenha a caraterística fundamental defendida por este autor (Gil, 2008, p. 8), que é a sua verificabilidade, mas não só, pois ao considerar que a ciência é conhecimento, também a define ou carateriza como sendo "objetiva, racional, sistemática e falível". Enfatiza a necessidade de definir os objetivos da pesquisa de forma clara, assim como escolher de forma adequada as técnicas, recolha e análise de dados.

De uma forma muito direta Esteves (2020, p. 12) diz "que a atividade científica consiste, sobretudo, de duas ações: explicar e prever". No seu estudo, este autor faz um apuramento das propostas de Popper e Kuhn, em que Popper considera a ciência como uma atividade racional, que coloca a verdade como objetivo, sendo a descoberta dessa verdade algo que pode ser falível, esperando que a aprendizagem se concretize com os erros (Esteves, 2020). Considerando a posição de Kuhn, identifica a ciência com um carácter histórico, cujo desenvolvimento representa uma acumulação de conhecimento. Para Popper

citado por Esteves (2020, p. 23) a sua conceção racionalista considera que "a ciência se desenvolve de modo racional e as teorias sucessivas se aproximam cada vez mais da verdade sobre a natureza", já Kuhn "não considera que o conhecimento científico se desenvolva de modo racional", mas de forma cumulativa.

Estamos no campo das ciências sociais e este estudo assume uma abordagem empírica, cuja técnica se pode considerar como método observacional, pois "observa algo que acontece ou já aconteceu" (Gil, 2008, p. 16), sendo que a questão colocada, se as IPSS divulgam as suas contas, se relaciona com algo que acontece, e, a divulgação por parte das IPSS da prestação das contas nos seus *websites,* se relaciona com algo que aconteceu. O prazo existente para que as IPSS divulguem as suas contas nos seus *websites*, encontra-se regulamentado em diploma legal próprio, e foi esse o prazo considerado para a recolha da informação necessária para alcançar o objetivo.

Sob a visão de Briceño-León (2003) a ciência é qualitativa na medida em que pretende atribuir uma qualidade ao objeto de estudo de forma que o possa reproduzir, explicá-lo e compreendê-lo e, é quantitativa, contudo a quantidade por si só não dá resposta se não estiver relacionada com uma qualidade, ou seja, há necessidade de uma interpretação associada a uma teoria para que possa haver afirmação ou negação da mesma. Afirma ainda que a ciência utiliza dois métodos: o observacional e o experimental em que estes métodos podem utilizar técnicas qualitativas e quantitativas para a recolha e análise dos dados. A combinação dessas duas técnicas, em que a investigação qualitativa, mais usada nos estudos exploratórios e, a investigação quantitativa, mais usada em estudos de confirmação, se integram e alternam, atingindo uma melhor precisão dos resultados.

Referido o método, há que entender o paradigma e o desenho da investigação.

3.1 PARADIGMA E DESENHO DE INVESTIGAÇÃO

O paradigma pode ser entendido como um conjunto de métodos que orientam o pensamento em relação a um determinado estudo, e Neto (2011, p. 347) utiliza uma metáfora descrevendo-o como as lentes dos óculos, pois se as lentes são corretivas para a visão, "o paradigma é um horizonte estruturante que põe em ordem os fenómenos e permite à comunidade dos cientistas se situar na realidade, compreendê-la e comunicá-la". Este mesmo autor refere Kuhn que entende que o paradigma pode ser visto como uma estrutura mental que possibilita a organização de forma coerente como é entendido o estudo realizado sobre um determinado tema, permitindo encontrar o problema e propor as soluções.

Então temos assim que, o paradigma hipotético-dedutivo é um método de abordagem, onde a investigação científica parte da formulação de hipóteses, tendo por base teorias existentes, que são posteriormente testadas empiricamente, pois só assim um sistema empírico pode apresentar a condição de "ser falseável" (Popper, 1959, p. 98). O conhecimento é construído através da dedução lógica de consequências observáveis a partir dessas hipóteses, onde "uma teoria bem corroborada, e que continua a receber corroboração adicional, foi dedutivamente explicada por uma hipótese nova" (Popper, 1959, p. 81). Este autor defendeu que a ciência avança por falseabilidade, onde uma teoria científica deve ser testável e passível de ser refutada.

Entendendo o paradigma como um método a utilizar para encontrar o problema e propor uma solução, a aplicação do método hipotético-dedutivo proporcionou a coerência no decorrer deste processo de investigação. Sendo de entender o método hipotético-dedutivo como um procedimento associado a hipóteses fundamentadas nos argumentos e nas provas adequadas da literatura, nos conceitos inseridos nas hipóteses de forma convenientemente mensurados e acautelar a utilização do melhor teste estatístico, para que quando a análise seja concluída, a hipótese seja testada e os resultados respondam à questão de investigação, ou seja, garantir que as evidências apoiem ou não a hipótese (Casula et al., 2020).

O raciocínio científico, associado ao método e ao conteúdo, deve responder a questões de investigação através do pensamento hipotético-dedutivo. Deve resultar da aplicação da teoria do construtivismo onde o investigador não se limite a observar passivamente os dados, mas que deve construir a sua própria compreensão dos mesmos, criando conceitos. O pensamento hipotético-dedutivo onde as previsões são um elemento importante, estas têm como consequências lógicas as hipóteses. Kalinowski e Pelakh (2023) referem ainda que, o método hipotético-dedutivo apresenta várias limitações, a primeira encontra-se alinhada com o que defende Popper, sobretudo porque não pode provar que uma hipótese está correta, em segundo e citando Hempel, ao fazer previsões há necessidade de formular suposições auxiliares que podem ou não estar corretas, levando em terceiro lugar a fazer uma avaliação dos resultados de acordo com as previsões que pode ser difícil quando há erro de amostragem. Assim, Kalinowski e Pelakh (2023) defendem que o pensamento hipotético é fundamental para a investigação científica e depende de três práticas especificas que são: (1) construir explicações, (2) conceber experiências e (3) interpretar dados. Neste contexto, as teorias são um conjunto de hipóteses simultaneamente tomadas como um ponto de partida de uma investigação. A ciência não segue um caminho inicial seguro, pois inicia com uma especulação controlada pela crítica, o que poderá dizer se é ciência ou não, será a falseabilidade das teorias com a forma mais simples possível.

Outra abordagem do pensamento hipotético-dedutivo é interpretada por Rosa (2015) que relaciona a epistemologia e metodologia científica, destacando a importância do método na construção do conhecimento e considerando o método hipotético-dedutivo um instrumento fundamental na pesquisa, pois permite a formulação e teste de hipóteses, promovendo uma compreensão mais aprofundada do processo científico. A autora refere a evolução do conceito de epistemologia, desde Aristóteles, salientando que o conhecimento científico não é algo pronto, mas sim um processo contínuo de investigação, reflexão e refutação. Demonstra como diferentes autores concordam que o método é fundamental para orientar as questões investigadas, constituindo uma sequência de passos que levam à descoberta da verdade. Explica as etapas do método hipotético-dedutivo que tem por suporte a formulação de hipóteses, testes de falseamento e a importância da crítica e da criatividade na ciência. Salienta também que a compreensão dos diferentes métodos de investigação é fundamental para o avanço científico.

Poderá dizer-se que o método hipotético-dedutivo não é só uma técnica de pesquisa, mas uma via epistemológica fundamental para a construção e validação do conhecimento, onde a formulação de hipóteses é o ponto de partida. Mas para o fim epistémico da ciência é muito importante o modelo a seguir, que de acordo com Vaz (1998) tem características a ter em conta: ser explicito, ser definido operativamente, ter consistência interna, ter parcimónia, ter aplicabilidade, ser baseado na teoria e ser verificável empiricamente.

O método hipotético-dedutivo inicia-se com a formulação do problema, ao qual se segue a formulação das hipóteses para a sua resolução. Posteriormente efetua-se a recolha e observação de dados, seguindo-se a análise dos mesmos, submetendo-os a testes, de forma a poder confirmá-los ou refutá-los. Neste trabalho, como atrás se identificou, o problema decorre da necessidade de cumprimento legal por parte das IPSS do distrito de Beja, no que se refere à disponibilidade das suas contas nos *websites* institucionais. Para dar resposta a esta questão mais abrangente, elaboraram-se três questões. Essas três questões de investigação foram formalmente apresentadas no subcapítulo 1.1, desta dissertação, intitulado Objetivos e Questões de Investigação.

Dessa forma, o subcapítulo seguinte enquadra as hipóteses formuladas no presente estudo, bem como as variáveis utilizadas.

3.2 HIPÓTESES E VARIÁVEIS

Segundo Quivy e Campenhaudt (1998, p. 31) "uma investigação é, por definição, algo que se procura" e para tal é necessário a formulação de uma questão de partida, de onde surjam novas ideias, que possam ser traduzidas "numa linguagem e em formas que as habilitem a conduzir o trabalho sistemático de recolha e análise de dados de observação (…) que deve seguir-se" (Quivy & Campenhaudt, 1998, p. 109). As hipóteses permitem atribuir organização e rigor ao trabalho de investigação e defende que "um trabalho não pode ser considerado uma verdadeira investigação se não se estrutura em torno de uma ou várias hipóteses" (Quivy & Campenhaudt, 1998, p. 119), fornecendo também um fio condutor ao trabalho a realizar.

Consequentemente, tendo em consideração o sentido da primeira questão de investigação desta dissertação, concretamente, "qual o índice de divulgação de informação financeira das IPSS do distrito de Beja?", a determinação da sua resposta encontra-se associada a sete variáveis dicotómicas, recolhidas com recurso a grelhas de observação, codificadas, tal que:

(1) O valor 1 corresponde ao sim; e
(2) O valor 2 corresponde ao não.

Em valor absoluto o IDI das IPSS obteve aqui uma pontuação compreendida entre zero e sete, onde, em valor relativo, sete traduz a pontuação de 100%. As variáveis, ou itens observados, usados no cálculo foram os seguintes:

(1) Contas do último ano disponíveis no *site;*
(2) Relatório de gestão do último ano disponibilizado no *site*;
(3) Contas dos últimos três anos disponíveis no *site*;
(4) Divulgação dos custos por utente e por resposta social divulgados;
(5) Divulgação de dados da contabilidade financeira e da contabilidade de gestão (no segundo caso, por resposta social);
(6) Facilidade de encontrar o relatório e contas do último ano a partir da página principal da IPSS;
(7) Apresentação ou possibilidade de apurar o custo por utente.

No âmbito da análise da divulgação da informação pelas entidades, foram formuladas hipóteses de investigação destinadas a aferir a existência de associação entre esta variável e diferentes características institucionais. Para tal, recorreu-se ao teste do qui-quadrado de independência, complementado pelo teste

exato de Fisher sempre que as condições de aplicação do primeiro não estavam asseguradas, nomeadamente quando as frequências esperadas eram reduzidas (Nowacki, 2017). Isto, naturalmente, foi usado apenas para variáveis qualitativas nominais.

Assim, foram consideradas, em primeiro lugar, as variáveis de caracterização estrutural das entidades. Concretamente, avaliou-se se a localização geográfica influenciava a divulgação da informação, formulando-se uma hipótese nula que assume a independência entre ambas e uma hipótese alternativa que admite a existência de associação. De igual modo, foram estabelecidas hipóteses para avaliar se a forma jurídica das entidades se relacionava com o nível de divulgação, bem como se a antiguidade apresentava impacto na mesma, ou seja, se revelava independência ou associação. Em todas estas variáveis foi sempre seguida a mesma lógica, de independência (H_0) versus associação (H_1).

Foram igualmente analisadas variáveis determinantes da dimensão e da capacidade operacional das entidades. Assim, foram formuladas hipóteses para testar se a quantidade de respostas sociais disponibilizadas, o total de trabalhadores e o total de utentes se encontravam independentes, ou não.

Deste modo, para cada variável considerada, concretamente para a localização geográfica, forma jurídica, antiguidade, foram estruturadas as hipóteses da seguinte forma:

- Hipótese nula (H_0): a divulgação da informação (IDI) é independente da variável em análise.
- Hipótese alternativa (H_1): a divulgação da informação (IDI) não é independente da variável em análise, existindo associação entre ambas.

Já para avaliar as relações entre os indicadores económico-financeiros das entidades e os diferentes valores de IDI, foram formuladas hipóteses de investigação baseadas na análise de correlação.

Assim, testou-se a existência de relações significativas entre variáveis estruturais, económico financeiras e os diversos indicadores de divulgação, tanto ao nível do *score* absoluto como do *score* relativo.

Foram testadas correlações entre variáveis de dimensão organizacional - nomeadamente a quantidade de respostas sociais (V4_quantidade_RS), o total de trabalhadores (V5_total_trabalhadores) e o total de utentes (V6_total_utentes) – e os dois *scores* de divulgação (absoluto e relativo). Em todos os casos, a hipótese nula estabelece a ausência de correlação significativa entre as variáveis, enquanto a hipótese alternativa admite a existência de uma relação estatisticamente significativa.

Foram ainda consideradas as correlações entre os indicadores específicos de divulgação - divulgação de contas no *site* (V7_1), divulgação do relatório (V7_2), disponibilização de contas dos

últimos três anos (V7_3), divulgação da despesa direta por utente (V7_4), divulgação do gasto por resposta social (V7_5), acessibilidade das contas no *site* (V7_6) e divulgação da despesa indireta por utente (V7_7) - e variáveis de dimensão organizacional.

Para cada indicador, foram formuladas hipóteses que testam se a sua presença ou intensidade se encontra correlacionada com o nível global de divulgação.

Por fim, foram analisadas as correlações entre os *scores* IDI e os indicadores económico financeiros das entidades, nomeadamente o total do ativo (V8_1_total_ativo), o total do passivo (V8_2_total_passivo), os resultados líquidos (V8_3_resultados_liq), o endividamento (V9_1_endividamento) e o ROA (V9_2_ROA). Associado ao resultado líquido, analisou-se também a sua polaridade (V8_1_resultados_liq_polaridade). Para cada combinação, foram formuladas hipóteses nulas que assumem a inexistência de correlação significativa e hipóteses alternativas que admitem a existência de uma relação estatisticamente significativa entre as variáveis.

Em síntese, para todas as combinações de variáveis acima elencadas, a estrutura das hipóteses foi a seguinte:

- Hipótese nula (H_0): não existe correlação estatisticamente significativa entre as variáveis em análise.
- Hipótese alternativa (H_1): existe correlação estatisticamente significativa entre as variáveis em análise.

Finalmente, no âmbito da análise comparativa entre grupos, recorreu-se à aplicação de testes estatísticos não paramétricos, nomeadamente o teste U de Mann–Whitney e o teste de Kruskal–Wallis, adequados para situações em que não se verificam os pressupostos de normalidade ou quando as variáveis em estudo apresentam natureza ordinal ou distribuições assimétricas. Estes testes permitiram avaliar se diferentes características das entidades conduzem a diferenças estatisticamente significativas nos níveis de divulgação de informação e nos indicadores económico financeiros.

Inicialmente foi efetuada a comparação de grupos tendo em conta as IPSS que divulgavam e as que não divulgavam as contas, face às variáveis quantidade de respostas sociais, total de trabalhadores e total de utentes. Isto foi feito inicialmente, para as 89 IPSS que constituíram o universo do estudo.

Depois disso foram igualmente consideradas diversas variáveis relacionadas com a dimensão e capacidade operacional das entidades, nomeadamente a quantidade de respostas sociais (V4_quantidade_RS), o total de trabalhadores (V5_total_trabalhadores) e o total de utentes (V6_total_utentes). Também aqui se procurou aferir se os diferentes grupos definidos por estas variáveis

apresentam diferenças significativas nos níveis de divulgação de informação, nos *scores* globais (absoluto e relativo) e nos indicadores financeiros. Neste segundo grupo já não foi considerado o universo de 89 IPSS, mas sim apenas o grupo de 41, grupo que efetuou divulgação de contas.

Adicionalmente, foram ainda considerados os grupos específicos de divulgação de informação, concretamente, os que abrangem a disponibilização de contas no *site* (V7_1), a divulgação do relatório (V7_2), a apresentação de contas dos últimos três anos (V7_3), a divulgação da despesa direta por utente (V7_4), do gasto por resposta social (V7_5), a acessibilidade das contas no *site* (V7_6) e a divulgação da despesa indireta por utente (V7_7). Para cada um destes grupos, foram testadas diferenças, permitindo identificar eventuais diferenças estatisticamente significativas entre grupos.

Para encontrar diferenças nos grupos anteriores foram considerados os *scores* globais de divulgação de informação, tanto o *score* absoluto (V7_*score*_IDI_abs) como o *score* relativo (V7_*score*_IDI_relativo), avaliando-se a existência, ou não, de diferenças estatisticamente significativas.

Por fim, a comparação de grupos abrangeu ainda um conjunto alargado de variáveis económico financeiras, incluindo o total do ativo (V8_1_total_ativo), o total do passivo (V8_2_total_passivo), os resultados líquidos (V8_3_resultados_liq), o endividamento (V9_1_endividamento), o ROA (V9_2_ROA), bem como variáveis relacionadas com a estrutura de rendimentos e gastos: vendas e prestações de serviços (V10_1), subsídios (V10_2), CMVMC (V10_3), fornecimentos e serviços externos (V10_4), gastos com pessoal (V10_5), outros gastos (V10_6) e outros rendimentos (V10_7). Para cada uma destas variáveis, foram aferidas diferenças estatisticamente significativas entre grupos.

No âmbito da comparação de grupos, a estrutura das hipóteses formuladas foi:

- Hipótese nula (H_0): não existem diferenças estatisticamente significativas entre os grupos definidos pela variável em análise.
- Hipótese alternativa (H_1): existem diferenças estatisticamente significativas entre os grupos definidos pela variável em análise.

Este conjunto de hipóteses permitiu avaliar, de forma abrangente, se as características observadas das entidades têm associação ou diferenças estatisticamente significativas face aos níveis de divulgação de informação observados.

Formuladas as hipóteses da presente dissertação, a Tabela 2 apresenta e caracteriza as variáveis analisadas no presente estudo.

Tabela 2

Classificação e descrição das variáveis.

Variável	Classificação	Descrição
V0_divulga.	Nominal	1 = Sim; 2 = Não.
V1_local.	Nominal	1 = Aljustrel; 2 = Almodôvar; 3 = Alvito; 4 = Barrancos; 5 = Beja; 6 = Castro Verde; 7 = Cuba; 8 = Ferreira do Alentejo; 9 = Mértola 10 = Moura; 11 = Odemira; 12 = Ourique; 13 = Serpa; 14 = Vidigueira.
V2_forma.	Nominal	1 = Associação; 2 = Centro Social Paroquial; 3 = Fundação; 4 = Instituto de Organização Religiosa; 5 = Misericórdia.
V3_antiguidade.	Quantitativa	Numérico.
V4_quantidade_RS.	Quantitativo	Número declarado pela IPSS.
V5_total_trabalhadores.	Quantitativo	Número declarado pela IPSS. 999 = Número não declarado.
V6_total_utentes.	Quantitativo	Número declarado pela IPSS. 999 = Número não declarado.
V7_1_contas_*site*.	Nominal	1 = sim; 2 = não.
V7_2_relatorio_*site*.	Nominal	1 = sim; 2 = não.
V7_3_contas_3_anos.	Nominal	1 = sim; 2 = não.
V7_4_dec_direto_gasto_utente.	Nominal	1 = sim; 2 = não.
V7_5_gasto_resp_social.	Nominal	1 = sim; 2 = não.
V7_6_acessibilidade_contas_*site*.	Nominal	1 = sim; 2 = não.
V7_7_dec_indireto_gasto_utente.	Nominal	1 = sim; 2 = não.
V7_8_*score*_IDI_abs.	Quantitativo	$\sum$ (V7_1, V7_2, …, V7_7), se cada uma assume o valor 1 (Sim).
V7_9_*score*_IDI_relativo.	Quantitativo	$\sum$ (V7_1, V7_2, …, V7_7) / 7, se cada uma assume o valor 1 (Sim).
V8_1_total_ativo.	Quantitativo	Informação retirada do balanço. 999 = Valor não declarado.
V8_2_total_passivo.	Quantitativo	Informação retirada do balanço. 999 = Valor não declarado.
V8_3_resultados_liq.	Quantitativo	Informação retirada do balanço. 999 = Valor não declarado.
V8_3_1_resultados_liq-polaridade.	Nominal	1 = negativo; 2 = positivo.
V9_1_endividamento.	Quantitativo	$\frac{Passivo\ total}{Ativo\ total}$

Variável	Classificação	Descrição
V9_2_ROA (Retorno sobre o Ativo).	Quantitativo	$\frac{Resultado\ líquido}{Ativo\ total} * 100$
V10_1_vendas_e_PS.	Quantitativo	Informação retirada das DF
V10_2_subsidios.	Quantitativo	Informação retirada das DF
V10_3_CMVMC.	Quantitativo	Informação retirada das DF
V10_4_FSE.	Quantitativo	Informação retirada das DF
V10_5_gastos_pessoal.	Quantitativo	Informação retirada das DF
V10_6_outros_gastos.	Quantitativo	Informação retirada das DF
V10_7_outros_rendimentos.	Quantitativo	Informação retirada das DF
V10_8_total_gastos.	Quantitativo	Informação retirada das DF
V10_9_total_rendimentos.	Quantitativo	Informação retirada das DF
V11_grupo_RS.	Nominal	1 = Crianças; 2 = Idosos; 3 = Deficientes; 4 = Crianças e idosos; 5 = Crianças e deficientes; 6 = Outros

Fonte: Elaboração Própria

Declaradas as variáveis utilizadas no estudo, apresenta-se no subcapítulo seguinte a técnica de recolha de dados.

3.3 TÉCNICA DE RECOLHA DE DADOS: GRELHAS DE OBSERVAÇÃO

Para recolha de informação "não há métodos melhores do que outros: tudo depende dos objetivos, do modelo de análise, e das características do campo de análise" (Quivy & Campenhaudt, 1998, p. 186). Neste estudo, assente sobretudo na observação, e tendo por suporte a lista disponibilizada no *site* da Segurança Social, procedeu-se à consulta dos *websites* institucionais das IPSS do distrito de Beja, através da pesquisa no *Google*, a fim de verificar a sua existência, ou não, e se existindo, se disponibilizavam a informação imposta por lei. Para Gil (2008, p. 100) a observação tem um papel importante no processo de pesquisa, sendo considerada como método de investigação pois serve de base ao objetivo da pesquisa, é sistemática no seu planeamento e é "submetida a verificação e controles de validade e precisão". Através da observação os factos não sofrem qualquer intermediação, sendo percebidos diretamente. Gil (2008) acrescenta ainda que uma observação simples exige um mínimo de controle na obtenção dos dados, pois visa a sua análise e interpretação *à posteriori*.

As observações realizadas aos *websites* permitiram o preenchimento de uma grelha de observação pré estruturada, onde foram considerados os pontos relevantes para o estudo. Esta recolha de dados

terminou no dia 1 de junho de 2025. Esta data não surge de forma aleatória, mas sim, pela data-limite imposta por lei, para que as IPSS disponibilizem as contas nos *websites* institucionais (31 de maio de cada ano referente ao exercício económico anterior). O processo de recolha de informação teve por base a lista de 91 IPSS extraída do *site* do Instituto da Segurança Social, cuja sede se situa no distrito de Beja. A primeira abordagem para a construção da grelha que permitiu a compilação de informação para posterior análise, foi tido em consideração a denominação social, a morada, o Concelho, o Distrito, a forma jurídica, o ano de constituição e o NIF (número de identificação fiscal). Com esta base criada, a fonte do presente estudo, procedeu-se à consulta, através da utilização do motor de busca da *Google*, dos endereços eletrónicos de cada instituição, procedendo à recolha da informação pretendida. Esta recolha ocorreu entre 30 de abril e 1 de junho de 2025. A tabela de registo de informação foi construída por 91 linhas (uma por cada entidade) e 75 colunas. Destas colunas, 26 comportam 10 variáveis definidas, 44 recebem a informação recolhida nos *sites* das IPSS, associada a tipo de respostas sociais, seus utentes e seus trabalhadores, as restantes cinco colunas refletem a informação de base como é o caso da denominação social (coluna 1), da localização no distrito (coluna 4) e a sua forma jurídica (coluna 5), sendo que a informação propriamente dita de exploração dos *sites*, é composta pelo endereço eletrónico registado na coluna 2 e a data da sua consulta, registada na coluna 3. As variáveis criadas encontram-se sistematizadas no ponto precedente.

3.4 TÉCNICAS DE ANÁLISE DE DADOS

Para Rodrigues *et al.* (2017) a estatística descritiva é aquela que é usada para trabalhos descritivos e para alguns estudos epidemiológicos, auxiliando os pesquisadores e os leitores no entendimento das informações de dados recolhidos de forma organizada e sucinta. A estatística descritiva é usada para a descrição de dados recolhidos, através da utilização de números ou medidas estatísticas, permitindo representar da melhor forma todos os dados extraídos no âmbito da pesquisa efetuada. Os pressupostos principais da estatística descritiva são as medidas de tendência central: média, mediana e moda. Para utilização da média os dados devem ser numéricos e em escala intervalar ou de razão, devem ser aproximadamente simétricos para que a média seja representativa. Para a utilização da mediana os dados podem apresentar-se com qualquer tipo de dado numérico, mesmo que seja assimétrico. A moda pode ser utilizada em dados categóricos ou numéricos. A estatística também tem medidas de dispersão que são interpretadas pelo desvio padrão, variância, amplitude, intervalo interquartil. Desvio padrão e variância pode ser utilizado com qualquer dado quantitativo, mas recomenda que os dados sejam aproximadamente normais para interpretações mais precisas, quanto à amplitude e intervalo interquartil não possuem

pressupostos específicos, mas é importante que os dados estejam completos e sem valores extremos ou erros de medição que possam distorcer esses valores. As medidas de posição apresentam-se em quartis e percentis onde os dados devem ser ordenados em escala ordinal, mesmo que apresentem distribuições assimétricas. A distribuição dos dados pode ser apresentados em gráfico. Para algumas análises, como testes de normalidade, é importante verificar se os dados seguem uma distribuição normal, o que pode influenciar na escolha de medidas ou testes estatísticos.

Quanto ao recurso a estatística indutiva sinalizamos algumas técnicas de análise de dados, concretamente, o teste qui-quadrado, o teste exato de *Fisher,* o teste de correlação de Spearman, o teste de U de Mann-Witney e o teste de Kruskal-Wallis. Inicialmente foi utilizado ainda o teste de normalidade de Shapiro-Wilk, com o prepósito de aferir a possibilidade de uso de inferência estatística paramétrica.

Relativamente ao teste qui-quadrado é uma técnica estatística que não depende da distribuição normal para que possa ser possível a interpretação dos dados e é sobretudo utilizado para variáveis categóricas. É, portanto, um teste não paramétrico. É utilizado para dois fins específicos: a) testar a hipótese de ausência de associação, ou seja, verificar a independência entre duas variáveis e b) testar as probabilidades, isto é, testar a qualidade de ajuste. Neste teste a hipótese nula assume que não existe associação entre duas variáveis categóricas e a hipótese alternativa assume que existe uma associação entre as duas variáveis categóricas (Msuha & Mdendemi, 2019). Sendo que, o teste de independência considera a hipótese nula (H_0) quando não há associação entre as variáveis, enquanto a hipótese alternativa (H_1) indica que existe uma associação significativa. Rana e Singhal (2015) defendem que o teste do qui-quadrado apenas nos diz a probabilidade de independência de uma distribuição de dados ou, em termos simples, apenas testará se duas variáveis estão associadas entre si ou não, o teste não nos dirá quão intimamente estão associadas. No exemplo apresentado, o teste do qui-quadrado apenas indica se existe alguma relação entre duas variáveis (o tabagismo e as doenças pulmonares), não nos dá a probabilidade de uma influenciar a outra. Contudo, quando os pressupostos do qui-quadrado falharem, nomeadamente a independência das observações e a necessidade de que os valores esperados nas células da tabela não sejam demasiado pequenos (tipicamente inferiores a cinco, são considerados demasiado pequenos), recomenda-se a utilização do teste exato de *Fisher*, que fornece uma solução mais robusta em amostras pequenas (ou seja, sempre que existam menos do que cinco observações). Nesta abordagem Nowacki (2017) conclui que tanto o teste qui-quadrado quanto o teste exato de *Fisher* são ferramentas fundamentais para analisar relações entre variáveis categóricas, sendo a escolha entre eles dependente das características dos dados e do cumprimento dos pressupostos estatísticos, inseridos no âmbito dos métodos não paramétricos.

Já a análise de associação pode ainda ser aprofundada através de medidas de correlação não paramétricas, como o coeficiente de Spearman. A correlação é definida como uma medida que indica o grau em que duas variáveis estão associadas, variando de −1 a +1, onde valores próximos de ±1 indicam relações fortes e o valor zero indica ausência de relação. Akoglu (2018) enfatiza que a correlação não implica causalidade, ou seja, duas variáveis podem estar associadas sem que um impacte a outra, onde não deve ser confundido significância estatística com força da correlação, explicando que um resultado pode ser estatisticamente significativo, mas apresentar uma relação fraca e não apresentar sequer causalidade.

Para discutir aqui as diferentes possibilidades, há também que avaliar a relação entre as variáveis, determinando se a maturidade digital está associada ao desempenho financeiro. Também a correlação de Pearson (*r*) mede a força e a direção da associação linear entre duas variáveis quantitativas continuas variando o coeficiente de correlação entre -1 e +1, indicando direção e intensidade da relação entre elas, sem implicar causalidade, tal como demonstrado por Akoglu (2018). No entanto este autor analisa o coeficiente de Pearson, explicitando que ele apenas é adequado a variáveis contínuas com distribuição normal. Apenas quando o pressuposto da normalidade for cumprido ele poderá ser usado. Já as alternativas não paramétricas de Spearman e Kendall, baseadas em postos, são mais indicadas quando existem violações de pressupostos, nomeadamente da normalidade, ou valores extremos, bem como quando usadas medidas para variáveis categóricas. O autor sublinha a inexistência de consenso na classificação da força da correlação e recomenda que os investigadores reportem sempre o valor exato e a direção do coeficiente, evitando interpretações baseadas apenas na significância estatística. Também Croux e Dehon (2010, p. 498) iniciam o seu documento com a afirmação "*the Pearson correlation is one of the most often used statistical estimators. But its value may be seriously affected by only one outlier*", sinalizando assim a robustez dos coeficientes de Spearman e Kendall através da função de influência e da sensibilidade ao erro, demonstrando que, ao contrário do coeficiente de Pearson, cuja função de influência é ilimitada, estas medidas não paramétricas apresentam comportamento balizado e, portanto, maior robustez face a valores extremos. Assim, embora a correlação de Pearson seja mais eficiente na ausência de *outliers*, a correlação de Spearman mantem níveis elevados de eficiência sob normalidade e desempenho substancialmente superior em presença de dados não normais. Dessa forma, perante a ausência de normalidade, a correlação de Spearman pretende demonstrar, medir a força e a direção monotónica entre duas variáveis ordinais ou continuas, onde os valores próximos de 1 ou -1 indicam uma relação forte e se próximos de 0 indicam ausência de relação. Assim, importa entender se a divulgação da informação se encontra associada a variáveis em estudo, onde o coeficiente de correlação de Spearman se baseia nos valores ordenados de cada variável, e não nos dados brutos, sendo frequentemente utilizado para avaliar

relações que envolvem variáveis ordenadas, onde a abordagem às métricas de s*oftware* deve ser feita de forma cuidada e científica, marcada pelo paradigma científico tradicional de hipótese, avaliação, crítica e revisão (Chandhini & M, 2017).

Já para a comparação entre dois grupos independentes, o teste U de Mann-Whitney é amplamente recomendado, funcionando como alternativa não paramétrica ao teste t de Student. Também o teste U de Mann-Whitney permite comparar dois grupos independentes sem exigir distribuição normal dos dados, método utilizado por Azhar (2018). A sua interpretação tem como base o resultado que fornece um *p-value,* ou p-valor. Se esse p-valor for inferior ao nível de significância adotado (geralmente 0,05), leva à não aceitação da hipótese nula, concluindo que existe uma diferença estatisticamente significativa entre os grupos. Quanto ao teste U de Mann-Whitney é usado apenas para dois grupos em alternativa ao teste t.

Já a alternativa à análise de variância (ANOVA), teste paramétrico usado quando pretendemos comparar três ou mais grupos, e não se verificando a normalidade na distribuição dos dados, é o teste de Kruskal-Wallis*,* considerado uma alternativa sólida (Nwobi & Akanno, 2021). Também Gleason (2013) defende que o teste estatístico de Kruskal-Wallis é apropriado para situações em que não se verifica a normalidade dos dados, ou quando as variáveis são ordinais. Revela-se particularmente robusto em amostras pequenas, constituindo uma alternativa fiável aos métodos paramétricos. Aqui também a decisão se baseia no p-valor: quando ≤ 0,05 (nível de significância adotado), não se aceita a hipótese nula (H_0), concluindo que existe evidência de diferenças estatisticamente significativas entre pelo menos dois grupos. Quando p-valor > 0,05, não se aceita H_1, indicando que não foram detetadas diferenças estatisticamente significativas entre os grupos, à luz dos dados observados.

3.5 SÍNTESE

O presente capítulo enquadra o método usado, concretamente o hipotético-dedutivo, enumera as hipóteses e variáveis de investigação e, finalmente, discute as técnicas de análise de dados que irão suportar o capítulo dos resultados.

No que respeita às técnicas de análise de dados, a articulação entre estatística descritiva, testes de associação (como o qui-quadrado e o teste exato de Fisher), análise de correlação (teste de Spearman) e comparação de grupos (Mann-Whitney e Kruskal-Wallis) permite uma abordagem integrada e coerente da análise de dados. A escolha adequada destes testes depende das características dos dados e dos objetivos da investigação, sendo fundamental garantir a consistência metodológica ao longo de todo o

processo analítico. Aqui a quantidade de observações e a ausência de normalidade dos dados foram determinantes das escolhas assumidas.

A estatística descritiva tem como objetivo organizar, resumir e apresentar dados de forma clara, utilizando medidas como média, mediana e moda (tendência central), bem como medidas de dispersão (desvio padrão, variância, amplitude e intervalo interquartil) e de posição (quartis e percentis). Também escolha dessas medidas depende do tipo e distribuição dos dados, sendo importante verificar a normalidade dos dados para aplicar os métodos estatísticos adequados. O teste do qui-quadrado é um método não paramétrico usado para analisar a associação entre variáveis categóricas ou testar o ajuste de distribuições, partindo da hipótese de independência entre variáveis. No entanto, não mede a intensidade da relação. Quando os seus pressupostos não são cumpridos, especialmente em amostras pequenas, utiliza-se o teste exato de *Fisher*. Quanto à associação entre variáveis pode ser analisada por correlação, que varia de -1 a +1 e indica a força e direção da relação, sem implicar causalidade. O coeficiente de Pearson é adequado para variáveis contínuas com distribuição normal, enquanto Spearman é a alternativa mais robusta, especialmente em presença de dados não normais ou *outliers*. A comparação de grupos, utiliza testes não paramétricos quando não há normalidade: teste U de Mann-Whitney para dois grupos independentes e o teste de Kruskal-Wallis para mais de dois grupos. A interpretação baseia-se no *p-value*, que determina se existem diferenças estatisticamente significativas entre os grupos.

Enquadrado o método no presente capítulo, o seguinte apresenta os resultados do estudo empírico.

.

CAPÍTULO 4
RESULTADOS

Neste capítulo são apresentados os resultados do trabalho realizado. Mais concretamente os resultados da estatística descritiva, do teste de Shaipro-Wilk, para verificação da normalidade, do teste qui-quadrado e teste exato de Fisher, para analisar a associação de grupos, do teste de correlação de Spearman, para entender se a associação verificada, se existente, bem como a força da associação, fraca, forte ou moderada. São aqui também apresentados os resultados dos testes de comparação de grupos, com recurso ao teste U de Mann.Whitney e ao teste de Kruskal-Wallis.

4.1 ÍNDICE DE DIVULGAÇÃO DA INFORMAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO DE IPSS DO DISTRITO DE BEJA

O estudo analisou todas as IPSS do distrito de Beja e aferiu se cumpriam com a divulgação das contas nos *websites* institucionais, ou não. Para tal procedeu-se à consulta do *site* da Segurança Social, de onde se retirou a lista de todas as IPSS registadas (Consulta feita em 21/09/2024 às 15h50m – lista das IPSS, que constam da Tabela 17). Da listagem obtida extraíram-se as IPSS sediadas no distrito de Beja, constituindo uma população de 91 entidades. Dessas entidades, verificou-se que uma se encontrava encerrada, que outra foi alvo de integração numa outra IPSS existente na mesma localidade. Passamos assim a contabilizar 89 IPSS no distrito de Beja, que podemos subdividir em três grupos, tendo por base como divulgam, ou não, a informação. Um grupo é composto por 19 entidades, cerca de 21%, que disponibilizam outras informações, mas não as contas de gestão, através das redes sociais (*Facebook*) não tendo *sites* institucionais. Outro grupo é composto por 28 entidades, que correspondente a cerca de 31%, dispõem de *websites*, mas até à data-limite para o estudo, só disponibilizavam as suas contas até ao ano económico de 2023. Finalmente, o terceiro grupo é composto pelas entidades que cumpriram com o prazo estipulado no diploma legal, concretamente, que efetuaram a divulgação obrigatória até 31 de maio de 2025, disponibilizando as suas contas nos seus *websites*, referentes ao ano económico de 2024, grupo esse formado por 42 entidades, cerca de 47% do universo das entidades sediadas no distrito de Beja, constituindo, estas últimas, a nossa principal base de trabalho. De forma resumidas, das IPSS inscritas e divulgadas na lista disponibilizada pela Segurança Social, 91 entidades pertencem ao distrito de Beja,

contudo, só 42 dessas entidades se verificaram cumpridoras na divulgação das suas contas nos *websites*, atempadamente, conforme imposição legal. As restantes não tinham efetuado essa divulgação à data de dia 1 de junho de 2025, não disponibilizavam nessa data, nos *sites*, as contas do exercício de 2024. Ainda assim, cerca de 31% do universo das entidades sediadas no distrito de Beja tinham disponível nos seus *sites* as contas do exercício de 2023, o que nos leva a crer que possam efetuar uma divulgação tardia, fora do período legal determinado. Acresce que cerca de 21% das IPSS não dispunham de *website* institucional, disponibilizando informação avulsa em redes sociais, mas não tendo sido localizadas as contas *online*.

Reafirma-se que a construção base do IDI é o cumprimento da divulgação das contas nos *websites* institucionais até ao dia 31 de maio do ano seguinte ao do exercício económico terminado a 31 de dezembro do ano anterior, logo para este estudo as contas reportam-se ao ano económico de 2024, em que a sua divulgação, por cumprimento legal, ocorreu a 31 de maio de 2025, presume-se. Dado que a consulta efetiva aos *sites* apresentou a data de dia 1 de junho de 2025. A tabela seguinte, Tabela 3, evidência o universo de IPSS objeto de avaliação, bem como a sua distribuição em valores absolutos e relativos.

Tabela 3

Entidades que divulgam as contas de gestão de 2024, nos seus websites

V0_divulga	Frequência	Percentagem
Divulga	42	47%
Não Divulga	47	52%
Total	89	100%

Fonte: elaboração própria.

Das 89 entidades que constituem o universo da IPSS no distrito de Beja, considerando a variável local, refletida na Tabela 4, o concelho que apresenta um maior número de instituições é o concelho de Beja, seguido pelo concelho de Moura, sendo o concelho de Barrancos aquele que tem unicamente uma IPSS sediada no seu concelho, verificando-se uma distribuição irregular pelos diferentes concelhos. Considerando o pressuposto fundamental do estudo, que é a divulgação das contas, verifica-se que embora o concelho de Beja seja constituído pelo maior número de IPSS, é composto por um maior número de IPSS que não divulgam as suas contas atempadamente face às que divulgam. Sendo esta a tendência normal, em que a não divulgação supera a divulgação, contudo, verifica-se que há dois concelhos em que todas as IPSS, aí sediadas, cumprem com a divulgação – Alvito e Ourique. Verifica-se ainda a situação inversa noutros dois concelhos em que há um maior número de IPSS a cumprir a divulgação, face ao da não divulgação – Odemira e Vidigueira.

Tabela 4

Entidades sediadas por concelho no distrito de Beja

V1_local	Divulgação	Frequência	Percentagem
Aljustrel	Sim	2	2,2%
	Não	4	4,5%
Almodôvar	Sim	1	1,1%
	Não	4	4,5%
Alvito	Sim	2	2,2%
	Não	0	0,0%
Barrancos	Sim	0	0,0%
	Não	1	1,1%
Beja	Sim	9	10,1%
	Não	13	14,6%
Castro Verde	Sim	2	2,2%
	Não	3	3,4%
Cuba	Sim	1	1,1%
	Não	1	1,1%
Ferreira do Alentejo	Sim	1	1,1%
	Não	3	3,4%
Mértola	Sim	1	1,1%
	Não	2	2,2%
Moura	Sim	5	5,6%
	Não	8	9,0%
Odemira	Sim	7	7,9%
	Não	3	3,4%
Ourique	Sim	3	3,4%
	Não	0	0,0%
Serpa	Sim	4	4,5%
	Não	4	4,5%
Vidigueira	Sim	4	4,5%
	Não	1	1,1%
Total		89	100%

Fonte: elaboração própria.

Quanto à constituição das IPSS, a forma jurídica de associação é a mais comum entre as IPSS do distrito de Beja, enquanto os institutos de organização religiosa têm menor expressão. Nas associações, centros sociais e paroquiais, bem como em fundações, continua a ser mais frequente não divulgar as contas. Já nos institutos religiosos e sobretudo nas Misericórdias, verifica-se o contrário, destacando-se estas últimas pelo elevado nível de cumprimento na divulgação das contas de gestão, conforme se evidencia na Tabela 5.

Tabela 5

Constituição jurídica das entidades sediadas no distrito de Beja

V2_forma	Divulgação	Frequência	Percentagem
Associação	Sim	22	24,7%
	Não	27	30,3%
Centro Social Paroquial	Sim	4	4,5%
	Não	6	6,7%
Fundação	Sim	2	2,2%
	Não	8	9,0%
Instituto de Organização Religiosa	Sim	4	4,5%
	Não	1	1,1%
Misericórdia	Sim	10	11,2%
	Não	5	5,6%
Total		89	100%

Fonte: elaboração própria.

Quanto à antiguidade das IPSS, na Tabela 6, verifica-se que a média da idade, quer das IPSS que divulgam, quer das que não divulgam as suas contas, é estatisticamente semelhante, indicando somente uma tendência para a maturidade na divulgação, associada às entidades com mais antiguidade.

Tabela 6

Antiguidade das Entidades sediadas no distrito de Beja

V3_antiguidade	Frequência	Média
Divulga	42	32,4
Não Divulga	47	30,1
Total	89	

Fonte: elaboração própria.

Sendo a variável antiguidade, uma variável quantitativa contínua, foi utilizado o teste de Shapiro-Wilk para verificar se os dados seguem uma distribuição normal. Estamos perante 89 entidades sediadas no distrito de Beja, que corresponde a 89 observações (N) tendo sido determinado um *p-value* de <0,001, valor muito inferior ao valor usual de significância de 5%. Com este *p-value* rejeita-se a hipótese nula indicando que os dados têm uma distribuição significativamente diferente da normal, ou seja, a variável V3_antiguidade não apresenta uma distribuição normal, determinando a utilização de testes não paramétricos. O W de Shapiro-Wilk de 0,919 embora se aproxime de 1, para as observações que compõem o grupo (N = 89), o afastamento verificado em cerca de 8% é grande o suficiente para que o teste possa garantir (com 99,9% de confiança, dado o *p-value* = 0,001) que os dados não são normais, como demonstrado na Tabela 7.

Tabela 7

Teste de normalidade dos dados (Shapiro-Wilk)

V3_antiguidade	N	W	ρ
Shapiro-Wilk	89	0,919	0,001

Fonte: elaboração própria.

Discutidas as principais medidas de estatística descritiva e demonstrada a ausência de normalidade dos dados, passamos à análise de independência entre a divulgação (V0_divulga) e a localização (V1_local), bem como a divulgação (V0_divulga) e a forma jurídica (V2_forma) e, finalmente, é testada a existência de diferenças estatisticamente significativas entre a divulgação (V0_divulga) e a antiguidade (V3_antiguidade) das IPSS do distrito de Beja. Nas primeiras duas situações recorreu-se ao teste exato de Fisher, por ser não paramétrico, aplicável a variáveis nominais e por existirem situações onde o número de observações foi menor do que cinco. Já quanto ao teste de diferenças, foi usado por estarmos em presença de dois grupos e por não ser observada a normalidade dos dados. Aqui recorreu-se ao teste U de Mann-Whitney.

A tabela seguinte apresenta a primeira situação (Tabela 8).

Tabela 8

Teste de independência ou associação com recurso ao teste exato de Fisher

Variável - contas no site	Variáveis – localização e forma	*P-value*	Hipótese
Contas publicadas no *site* (V7_1_contas_*site*)	Localização geográfica (V1_local)	0,367	(H_0) A divulgação da informação é independente da variável em análise
	Forma jurídica (V2_forma)	0,109	(H_0) A divulgação da informação é independente da variável em análise

Fonte: elaboração própria.

Ainda que tenhamos apresentado o valor de significância determinada pelo teste exato de Fisher, atendendo à quantidade de observações, também o teste x^2 apresentou valores de significância de 0,334 e de 0,102, respetivamente, para a localização e forma jurídica. Ou seja, a regra de decisão dos dois testes encontra-se alinhada, é consistente.

Já quanto à antiguidade e aferição de diferenças estatisticamente significativas, efetuado com recurso ao teste U de Mann-Whitney, apresentou *p-value* = 0,437, o que indicou que não há evidência de diferenças estatisticamente significativas entre os grupos.

Caracterizado o universo das IPSS do distrito de Beja, composto por 89 entidades, e avaliada a divulgação de informação face à localização, forma de constituição e antiguidade, no subcapítulo seguinte detalha-se a análise das IPSS que efetivamente divulgam a informação nos seus *sites*, de acordo com a determinação legal. De uma população de 89 IPSS apenas 42 efetuam a referida divulgação.

4.2 Análise da informação efetivamente divulgada pelas IPSS do distrito de Beja

Passando agora à análise das 42 entidades (IPSS) que divulgam as suas contas financeiras, cumprindo o prazo determinado no diploma legal, concretamente o Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro, no n.º 2, do artigo 14.º-A, começamos por efetuar a descrição dos itens usados para determinar o IDI.

O IDI foi aferido com recurso a 7 itens, expresso na grelha de observação com as variáveis V7_1 a V7_7, variáveis nominais, dicotómicas, retiradas a partir dos sítios da *internet* das 42 entidades. Acresce ainda que a variável – Contas publicadas no *site* (V7_1_contas_*site*), somente com uma condição (sim),

determina a impossibilidade de integração numa tabela de contingência. Por outro lado, em valor absoluto o IDI pode assim variar entre 1 e 7. O somatório das variáveis que constituem o IDI determina o *score* absoluto. A divisão da pontuação atribuída pelo máximo do *score* absoluto (sete), determina o *score* relativo do IDI.

Esta variável apresenta uma importância significativa para o estudo, porque, mesmo divulgando as contas nos seus *websites*, as IPSS não apresentam a informação da mesma forma. Verifica-se que mesmo disponibilizando as contas, só cerca de 83% das instituições divulga o relatório de gestão. Verifica-se também que há quatro entidades que não disponibilizam as contas dos últimos três anos, impedindo uma análise de continuidade e também quatro entidades que condicionam o acesso à informação. Para que a informação seja transparente e factualmente cumpridora dos normativos legais, deve existir divulgação dos gastos por utente. Ainda que essa divulgação possa ser direta ou indireta, por resposta social. Direta se o valor calculado for apresentado nas contas. Indireto se esse valor não for apresentado, mas forem indicados todos os elementos que o permitam calcular. Tal situação não acontece, dado que das 89 apenas 42 divulgam informação e, destas últimas 42, nem 50% chega a divulgar o custo por utente de cada resposta social, seja de forma direta ou indireta, de acordo com os resultados demonstrados na Tabela 9.

Tabela 9

Registo de frequências analisadas – determinantes do IDI

Variável 7	Sim	% sim	Não	% não
V7_2_relatório_*site*	35	83,3%	7	16,7%
V7_3_contas_3_anos	38	90,5%	4	9,5%
V7_4_dec_direto_gasto_utente	4	9,5%	38	90,5%
V7_5_gasto_resp_social	20	47,6%	22	52,4%
V7_6_acessibilidade_contas_*site*	38	90,5%	4	9,5%
V7_7_dec_indireto_gasto_utente	17	40,5%	25	59,5%

Fonte: elaboração própria.

Efetuada a caracterização das IPSS que procederam à divulgação, nos subcapítulos seguintes apresenta-se a análise inferencial.

4.2.1 ASSOCIAÇÃO ENTRE O ÍNDICE DE DIVULGAÇÃO DA INFORMAÇÃO E O DESEMPENHO FINANCEIRO

Se considerarmos a influência que a informação prestada nos balanços tem no IDI deste estudo, na Tabela 10, verificamos que os dados sugerem que o nível de divulgação de informação está relacionado com a dimensão das instituições (medida pelo ativo e passivo), mas não parece ser influenciado pela sua rentabilidade direta (medida pelo resultado líquido). A correlação entre o IDI *vs* o ativo e o passivo apresentam o coeficiente de *Rho* de 0,518 e 0,485, respetivamente, indicando uma correlação positiva moderada. Quanto aos valores dos *p-value* de <0,001 (ativo) e 0,002 (passivo), demonstram um resultado estatisticamente significativo, rejeitando-se a hipótese nula (H_0), confirmando que existe uma associação (no caso concreto, correlação, por não se assumir causalidade) entre o IDI e o total do ativo e do passivo. Na correlação entre o IDI e o resultado líquido, o coeficiente *Rho* é muito baixo (0,092), sugerindo uma correlação positiva quase inexistente ou muito fraca. Referente ao *p-value* de 0,561, o valor apresenta-se acima dos níveis de significância habituais (α= 0,05). Sendo que não se rejeita a hipótese nula, conclui-se que não existe uma relação estatisticamente relevante entre o IDI e o resultado líquido das instituições.

Tabela 10

Testes de associação com recurso à correlação de Spearman – Informação do Balanço

Variável - IDI	Variáveis do balanço	*Rho*	*P-value*	Hipótese
IDI (V7_8_*score*_IDI_abs)	Total do ativo (V8_1_total_ativo)	0,518	<0,001	(H_1) Existe correlação estatisticamente significativa
	Total do passivo (V8_total_passivo)	0,485	0,002	(H_1) Existe correlação estatisticamente significativa
	Resultado líquido (V8_3_resultado_liq)	0,092	0,561	(H_0) Não existe correlação estatisticamente significativa

Fonte: elaboração própria.

No que se refere à informação disponibilizada nas DF, na Tabela 11, verifica-se uma associação positiva real entre o IDI e alguns componentes da variável de informação financeira (V10). Esta análise tem como base de comparação a variável IDI (V7_8_score_IDI_abs) com diferentes informações extraídas das DF das IPSS, onde o valor *Rho* (*ρ*) indica a força da correlação, sugerindo que quanto mais próximos de 1 mais forte se apresenta a relação, e o *p-value* indica a significância estatística, que se for < 0,05 indica que a relação é estatisticamente relevante e a hipótese nula (H_0) não é aceite.

Tabela 11

Testes de associação com recurso à correlação de Spearman – Informação da DR

Variável - IDI	Variáveis das DR	Valor *Rho*	*P-value*	Hipótese
IDI (V7_8_*score*_IDI_abs)	Vendas e prestações de serviços (V10_1_vendas_e_PS)	0,411	0,007	(H_1) Existe correlação estatisticamente significativa.
	Subsídios (V10_2_subsídios)	0,161	0,309	(H_0): Não existe correlação estatisticamente significativa
	CMVMC (V10_3_CMVMC)	0,350	0,025	(H_1) Existe correlação estatisticamente significativa.
	Fornecimento de Serviços Externos (V10_4_FSE)	0,523	<,001	(H_1) Existe correlação estatisticamente significativa.
	Gastos com Pessoal (V10_5_gastos_pessoal)	0,470	0,002	(H_1) Existe correlação estatisticamente significativa.
	Outros Gastos (V10_6_outros_gastos)	0,458	0,002	(H_1) Existe correlação estatisticamente significativa.
	Outros Rendimentos (V10_7_outros_rendimentos)	0,250	0,111	(H_0): Não existe correlação estatisticamente significativa
	Total dos Gastos (V10_8_total_gastos)	0,488	0,001	(H_1) Existe correlação estatisticamente significativa.
	Total dos Rendimentos (V10_9_total_rendimentos)	0,491	<,001	(H_1) Existe correlação estatisticamente significativa.

Fonte: elaboração própria.

Quase todas as componentes desta variável financeira apresentam uma correlação estatisticamente significativa com o IDI em que os valores do *Rho* de Spearman se apresentam entre 0,250 e 0,523, a componente que apresenta uma correlação menos significativa é a informação referente a subsídios, apresentando o valor de *Rho* de Spearman de 0,161. Quanto à informação associada ao *p-value* e considerando a significância usual de 0,05, tanto os subsídios (*Rho* de Spearmen = 0,161; *p-value* = 0,309), como os outros rendimentos (*Rho* de Spearman = 0,250; *p-value* = 0,111) não parecem ter relação com o IDI, ou seja, ter um IDI alto não significa receber mais subsídios. Poderá dizer-se que o IDI se correlaciona significativamente com quase todos os componentes de gastos e rendimentos totais, mas é indiferente aos subsídios. Isso sugere que o IDI cresce com a atividade económica da entidade (vendas, pessoal, serviços externos), mas não depende de apoios externos (subsídios). Poderá dizer-se que os

dados sugerem que o IDI está fortemente ligado à estrutura de gastos e rendimentos operacionais das instituições, em particular com os serviços externos e os rendimentos totais. Por outro lado, o recebimento de subsídios não parece apresentar uma ligação direta estatisticamente comprovada com o IDI.

Se considerarmos o IDI e os indicadores financeiros, verifica-se que as relações analisadas apresentam valores de *Rho* negativos, sugerindo uma correlação inversa, ou seja, valores mais elevados de IDI associam-se a valores mais reduzidos dos indicadores financeiros, e vice-versa. No entanto, a força dessa relação é classificada como muito fraca, uma vez que os coeficientes de correlação apresentam valores próximos de zero. Quanto à significância estatística, nenhum resultado se apresenta estatisticamente significativo considerando um nível de significância de 5%, uma vez que todos os p-valores são superiores a esse limiar, não existindo evidência estatística suficiente para rejeitar a hipótese nula (H_0).

Tabela 12

Testes de associação com recurso à correlação de Spearman – Indicadores económico-financeiros

Variável - IDI	Variáveis económico-financeiras	Valor *Rho*	*P-value*	Hipótese
IDI (V7_8_*score*_IDI_abs)	Endividamento (V9_1_endividamneto)	-0,093	0,574	(H_0): Não existe correlação estatisticamente significativa
	ROA (V9_2_ROA)	-0,166	0,312	(H_0): Não existe correlação estatisticamente significativa

Fonte: elaboração própria.

Com base nos dados apresentados, na Tabela 12, poderá concluir-se que não existem diferenças ou relações estatisticamente significativas entre o IDI e as variáveis financeiras analisadas (endividamento e ROA).

Terminada a análise da associação, baseada nas correlações, passamos para a comparação de grupos. Reafirma-se que estando na presença de dados que não seguem a distribuição normal, iremos aqui utilizar testes não paramétricos, concretamente o teste U de Mann-Whitney e o teste de Kruskal-Wallis.

4.2.2 COMPARAÇÃO DE GRUPOS

A partir do teste U de Mann-Whitney e comparando a polaridade do resultado líquido, composto pelo grupo das entidades que apresentam um resultado líquido positivo e outro grupo de entidades que

apresentam um resultado líquido negativo, verifica-se que não se aceita a hipótese alternativa (H_1), pois o *p-value* foi de 0,293, muito superior à significância de 0,05. Tal determinou a inexistência de evidência estatística significativa no IDI, face aos grupos criados a partir da polaridade dos resultados líquidos. Aqui também a dimensão do efeito é considerada pequena, com o valor de -0,208, indicando que os resultados demonstram que a distribuição do *score* IDI é semelhante em ambos os grupos. A tabela seguinte, Tabela 13, sistematiza os valores indicados.

Tabela 13

Teste de comparação de dois grupos – Teste U de Mann-Whitney

Variável independente (ou de agrupamento)	Variável dependente	*P-value*	ε^2	Hipótese
Resultado líquido polaridade (V8_3_1_resultados_liq_polaridade)	IDI (V7_8_*score*_IDI_abs)	0,293	-0,208	(H_0) Não existem diferenças estatisticamente significativas

Nota: $H_0\ \mu_{Positivo} \neq \mu_{Negativo}$

Fonte: elaboração própria.

Passando agora para a comparação entre um conjunto de variáveis dependentes e a variável agrupada, em que o grupo é constituído pelas instituições que divulgam e pelas que não divulgam os gastos diretos por utente, análise também efetuada com recurso ao teste U de Mann-Whitney, sinaliza-se que os grupos apresentam diferenças significativas em quatro variáveis, referente às quais o valor de significância apresenta-se inferior a 5%, rejeitando a H_0 e não rejeitando a H_1, evidência que indicia a existência de diferenças estatisticamente significativas. Assim, as variáveis que se apresentam com significância estatística são a V8_1_total_ativo (*p-value* = 0,017), a V10_1_vendas_e_PS (*p-value* = 0,026), a V10_4_FSE (*p-value* = 0,043) e, finalmente, a V10_6_outros_gastos (*p-value* = 0,023). Estas variáveis com significância estatística, apresentam uma dimensão de efeito elevada, superior a 0,60 em valor absoluto, indicando que a diferença entre os grupos não é apenas estatística, como apresenta uma magnitude considerável. Os valores negativos sugerem que um dos grupos, neste caso o grupo "não" ($H_0\ \mu_{sim} \neq \mu_{não}$), apresenta valores consistentemente superiores ao outro. Nas restantes variáveis (como Passivo, ROA, Endividamento, Gastos de Pessoal, entre outras), não existem evidências estatísticas de que os dois grupos sejam diferentes entre si, apresentando um *p-value* >0,05, não rejeitando a hipótese nula de que não existem diferenças significativas entre os dois grupos, conforme os resultados apresentados na Tabela 14.

Tabela 14

Testes de comparação de dois grupos – Teste U de Mann-Whitney

Variável independente (ou de agrupamento)	Variável dependente	*P-value*	ε^2	Hipótese
V7_4_dec_direto_gasto_utente	V8_1_total_ativo	0,017	-0,7143	(H_1) Existem diferenças estatisticamente significativas
	V8_2_total_passivo	0,249	-0,3714	(H_0) Não existem diferenças estatisticamente significativas
	V8_3_resultado_liq	0,268	-0,3553	(H_0) Não existem diferenças estatisticamente significativas
	V9_1_endividamento	0,066	0,5714	(H_0) Não existem diferenças estatisticamente significativas
	V9_2_ROA	0,982	0,0143	(H_0) Não existem diferenças estatisticamente significativas
	V10_1_vendas_e_PS	0,026	-0,6711	(H_1) Existem diferenças estatisticamente significativas
	V10_2_subsídios	0,951	0,0263	(H_0) Não existem diferenças estatisticamente significativas
	V10_3_CMVMC	0,613	-0,1622	(H_0) Não existem diferenças estatisticamente significativas
	V10_4_FSE	0,043	-0,6184	(H_1) Existem diferenças estatisticamente significativas
	V10_5_gastos_pessoal	0,083	-0,5395	(H_0) Não existem diferenças estatisticamente significativas
	V10_6_outros_gastos	0,023	-0,6842	(H_1) Existem diferenças estatisticamente significativas
	V10_7_outros_rendimentos	0,443	-0,2500	(H_0) Não existem diferenças estatisticamente significativas
	V10_8_total_gastos	0,091	-0,5263	(H_0) Não existem diferenças estatisticamente significativas
	V10_9_total_rendimentos	0,083	-0,5395	(H_0) Não existem diferenças estatisticamente significativas

Nota: $H_0\ \mu_{Sim} \neq \mu_{Não}$

Fonte: elaboração própria.

Contudo a comparação entre o mesmo conjunto de variáveis dependentes e a variável agrupada, em que o grupo é constituído pelas instituições que divulgam e pelas que não divulgam os gastos, neste caso, indiretos por utente, verifica-se que há menos variáveis com significância estatística clara. Assim a V8_2_total_passivo com significância de 0,011 e V10_8_total_gastos e V10_total_rendimentos, ambas

com significância de 0,048, assumem inequivocamente a hipótese alternativa de que existem diferenças estatisticamente significativas. Quanto à dimensão do efeito, não se apresenta com uma amplitude tão grande como a comparação dos dados com significância da tabela 14, pois em termos absolutos, os seus valores situam-se ente -0,36 e -0,47. O sinal negativo associado a estes valores representa de igual modo, que o grupo "não" ($H_0\ \mu_{sim} \neq \mu_{não}$), apresenta valores tendencialmente superiores ao outro.

Na tabela seguinte, Tabela 15, salienta-se ainda, a existência de variáveis que não são tecnicamente significativas ao nível de 5%, mas mostram-se no limite da significância pois apresentam valores muito próximos de 0,05. Temos assim a V8_1_total_ativo (0,059), V10_4_FSE (0,057) e V10_5_gastos_pessoal (0,065), cuja amplitude também se apresenta em valores médios, entre -0,34 e -0,35, e pelo sinal negativo, associado ao grupo do "não".

Tabela 15

Testes de comparação de dois grupos – Teste U de Mann-Whitney

Variável independente (ou de agrupamento)	Variável dependente	*P-value*	ε^2	Hipótese
V7_7_dec_indireto_gasto_utente	V8_1_total_ativo	0,059	-0,3583	(H_0) Não existem diferenças estatisticamente significativas
	V8_2_total_passivo	0,011	-0,4759	(H_1) Existem diferenças estatisticamente significativas
	V8_3_resultado_liq	0,704	-0,0729	(H_0) Não existem diferenças estatisticamente significativas
	V9_1_endividamento	0,566	-0,1123	(H_0) Não existem diferenças estatisticamente significativas
	V9_2_ROA	0,834	-0,0428	(H_0) Não existem diferenças estatisticamente significativas
	V10_1_vendas_e_PS	0,193	-0,2424	(H_0) Não existem diferenças estatisticamente significativas
	V10_2_subsídios	0,321	-0,1859	(H_0) Não existem diferenças estatisticamente significativas
	V10_3_CMVMC	0,104	-0,3039	(H_0) Não existem diferenças estatisticamente significativas
	V10_4_FSE	0,057	-0,3506	(H_0) Não existem diferenças estatisticamente significativas
	V10_5_gastos_pessoal	0,065	-0,3412	(H_0) Não existem diferenças estatisticamente significativas
	V10_6_outros_gastos	0,096	-0,3082	(H_0) Não existem diferenças estatisticamente significativas

Variável independente (ou de agrupamento)	Variável dependente	*P-value*	ε^2	Hipótese
	V10_7_outros_rendimentos	0,666	-0,0824	(H_0) Não existem diferenças estatisticamente significativas
	V10_8_total_gastos	0,048	-0,3647	(H_1) Existem diferenças estatisticamente significativas
	V10_9_total_rendimentos	0,048	-0,3647	(H_1) Existem diferenças estatisticamente significativas

Nota: $H_0\ \mu_{Sim} \neq \mu_{Não}$

Fonte: elaboração própria.

Ainda no âmbito da comparação de grupos utilizou-se o teste de Kruskal-Wallis, ou seja, procurou-se entender se as variáveis agrupadas em três ou mais grupos, como a localização das IPSS no distrito de Beja, a sua forma jurídica e a suas respostas sociais apresentavam diferenças estatísticas no IDI.

Em qualquer das três variáveis agrupadas que constam na Tabela 16, se verificou um *p-value* superior a 0,05. Isto significa que, em termos estatísticos, não existem diferenças significativas entre os grupos comparados, indicando assim que a hipótese alternativa será de rejeitar.

Tabela 16

Teste de comparação de grupos – Teste de Kruskal-Wallis

Variável independente (ou de agrupamento)	Variável dependente	*P-value*	ε^2	Hipótese
V1_local	IDI (V7_8_score_IDI_abs)	0,081	0,471	(H_0) Não existem diferenças estatisticamente significativas
V2_forma		0,130	0,173	(H_0) Não existem diferenças estatisticamente significativas
V11_grup_RS		0,081	0,239	(H_0) Não existem diferenças estatisticamente significativas

Fonte: elaboração própria.

Assim, o *score* IDI absoluto mantém-se relativamente estável entre os grupos, não tendo sido encontradas diferenças estatisticamente significativas, partindo das três variáveis de agrupamento anteriores.

4.3 SÍNTESE

Os dados sugerem que a divulgação da informação por parte da IPSS no distrito de Beja é independente da sua localização, da sua forma jurídica e da sua antiguidade, que se situa em média nos 31 anos. Fica também evidenciado quais as IPSS que divulgam informação financeira, assim como a qualidade da informação divulgada, bem como a relação dessa divulgação com indicadores económico-financeiros das instituições.

Primeiramente, a análise revela uma divisão quase equitativa, entre as entidades que divulgam as contas nos seus *sites* e as que não divulgam, representando estas um peso superior, pois representam cerca de 52,8% das instituições. Das que divulgam, ou seja, 42 entidades, das 89 sediadas no distrito de Beja, as que representam maior cumprimento são as que têm a forma jurídica de misericórdias.

Das que disponibilizam as contas, poderá dizer-se que 90,5% garantem acessibilidade fácil no *site* e mantêm o histórico dos últimos 3 anos. Que a maioria disponibiliza o relatório de gestão (83,3%), contudo, apenas 9,5% divulgam o gasto direto por utente, e apenas 47,6% detalham os gastos por resposta social.

Referente aos grupos das respostas sociais verifica-se que a prestação de cuidados a idosos é a área predominante, representando 45,2% das entidades que divulgam, seguida pelo apoio misto a crianças e idosos e só crianças, ambos com 23,8%.

Na comparação entre os dados financeiros e o IDI, verifica-se uma correlação positiva e significativa ($p = <,001$), quanto maior o total do ativo e os rendimentos totais, maior é o detalhe da informação disponibilizada, depreendendo-se que o tamanho da instituição influencia está diretamente associada com a divulgação da informação.

CAPÍTULO 5
CONCLUSÕES

Neste capítulo são apresentados os resultados mais importantes deste estudo, coordenados com as questões inicialmente formuladas e os objetivos propostos. São apresentadas as limitações que ocorreram no decurso deste trabalho e são propostas sugestões para futuras abordagens.

5.1 CONCRETIZAÇÃO DE OBJETIVOS E RESPOSTA ÀS QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO

Os objetivos que se pretenderam atingir com a presente dissertação, foi compreender e avaliar a maturidade na divulgação das contas das IPSS do distrito de Beja, com recurso aos *websites*, assim como aferir a existência de diferenças estatisticamente significativas no desempenho financeiro das IPSS do distrito de Beja.

Sendo que à gestão das IPSS deverá estar associada a transparência da informação que divulgam, existem elementos fundamentais para atingir esse pressuposto. A informação a divulgar deve ser de natureza económico-financeira, assim como de natureza social e política. A informação disponibilizada deve ser oportuna, confiável e de fácil interpretação, incidindo sobre o desempenho da entidade, e revelando a tomada de decisões relevantes. Para que a transparência das IPSS se concretize, de entre outra legislação publicada, a de maior relevância resulta da publicação do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro (2014), que determina no número 2 do artigo 14.º-A, a obrigatoriedade da publicação das contas do exercício no *website* institucional até 31 de maio do ano seguinte a que dizem respeito.

Verificou-se que das 89 IPSS sediadas no distrito de Beja, há 42 entidades (cerca de 47%) que cumprem com a determinação legislativa, sendo que 47 (cerca de 53%), mais de metade, não o fazem, não cumprem com publicação das contas do exercício no *website* até 31 de maio do ano seguinte a que dizem respeito, sendo um indicador forte de falta de transparência financeira.

Das 42 que cumprem com a publicação das suas contas, não o fazem todas da mesma forma. A divulgação do relatório de gestão só é feita por 35 entidades e se pretendermos proceder a um estudo de continuidade, só 38 entidades continuam com as contas dos últimos três anos publicadas nos seus *websites*.

Ainda num âmbito associado a maior transparência, as IPSS apresentam valores muito mais críticos, pois só 4 entidades procedem à divulgação dos gastos diretos por utente.

5.1.1 RESPOSTA À PRIMEIRA QUESTÃO DE INVESTIGAÇÃO

A primeira questão de investigação, concretamente, "qual índice de divulgação de informação financeira médio das IPSS do distrito de Beja?", permitiu-nos encontrar 42 IPSS com possibilidade de apuramento do IDI, de um universo de 89 entidades no distrito de Beja. Isto implica que o IDI foi calculado apenas a partir de 47,19% da IPSS que constituíram o universo do estudo. O IDI médio calculado, em valor absoluto, foi assim de 4,62 e o IDI médio calculado, em valor relativo, foi de 65,99%. O IDI apurado mostrou que, neste universo:

1. Prevalece o incumprimento, na medida em que a maioria das IPSS não divulga a informação financeira nos seus *sites*, nos prazos legalmente determinados. Em concreto, existiam 52,81% de IPSS incumpridoras;
2. Nas cumpridoras, a comparabilidade do desempenho financeiro é limitada, dado que o IDI médio calculado é de apenas 65,99% e muitas IPS não divulgam, nem o custo por utente, nem os valores que o permitam calcular. Em 42 entidades apenas quatro, o que corresponde a 9,52% apresentam o custo por utente calculado. Adicionalmente, em 42 IPSS apenas 17, o que corresponde a 40,48%, apresentam valores que permitem o cálculo indireto do custo por utente. Atendendo à importância do cálculo do custo por utente na determinação das prestações familiares, a comparabilidade e a esperada transparência que essa comparabilidade se assume poder acarretar, encontram-se comprometidas no universo em análise.

Sistematizada a resposta à primeira questão, a seguir sistematiza-se a resposta à segunda questão de investigação.

5.1.2 RESPOSTA À SEGUNDA QUESTÃO DE INVESTIGAÇÃO

Quanto à segunda questão de investigação, concretamente, "há diferenças no IDI das IPSS do distrito de Beja motivadas pelo número de respostas socais, antiguidade, localização ou forma jurídica?", os resultados obtidos indicam, de forma consistente, que não existem diferenças estatisticamente significativas no desempenho financeiro em função das variáveis, antiguidade, localização ou forma jurídica.

No caso da antiguidade das instituições, avaliada através do teste de Mann-Whitney, atendendo à existência de dois grupos, o das IPSS que divulgam informação e o das IPSS que não divulgam informação, o p-valor observado é superior ao nível de significância de 5%. Assim, não existe evidência estatística suficiente para rejeitar a hipótese nula de igualdade entre grupos. Este resultado indica que o tempo de existência das IPSS não constitui um fator diferenciador do nível de divulgação de informação.

Relativamente às variáveis com três ou mais categorias, nomeadamente a localização geográfica, a forma jurídica e o número de respostas sociais, os resultados do teste de Kruskal-Wallis apresentam igualmente p-valores superiores ao limiar de 5%. Consequentemente, não se rejeita a hipótese nula de igualdade entre grupos. Tal evidência sugere que o IDI não difere de forma estatisticamente significativa entre instituições com diferentes localizações, enquadramentos jurídicos ou níveis de diversificação de respostas sociais.

Importa sublinhar que estes resultados indicam a ausência de diferenças estatisticamente robustas e consistentes, e não necessariamente a inexistência de variações absolutas no IDI. As diferenças que possam existir entre instituições não apresentam magnitude ou regularidade suficientes para serem generalizadas à população em análise.

Estes resultados sugerem que o IDI poderá ser mais influenciado por fatores internos às organizações, tais como políticas de transparência, práticas de governação ou opções estratégicas de comunicação, do que por características externas ou estruturais como a localização, a forma jurídica, a antiguidade ou o número de respostas sociais.

Em síntese, conclui-se que não existem evidências estatisticamente significativas de que o IDI das IPSS do distrito de Beja seja influenciado pelas variáveis analisadas, considerando um nível de significância de 5%. Este resultado aponta para uma relativa homogeneidade no comportamento de divulgação de informação entre instituições com diferentes características estruturais.

5.1.3 Resposta à terceira questão de investigação

Finalmente, quanto à terceira questão de investigação, concretamente, "existe associação entre o índice de divulgação de informação das IPSS do distrito de Beja e o desempenho financeiro?", os resultados obtidos evidenciam que a associação entre o IDI e o desempenho financeiro não é uniforme, apresentando-se heterogénea entre os diferentes indicadores analisados. Em alguns casos específicos, observaram-se correlações estatisticamente significativas, com p-valores inferiores ao nível de significância de 5%. Estas associações verificam-se sobretudo em variáveis relacionadas com a dimensão

da atividade económica das instituições, como as vendas e prestações de serviços, os fornecimentos e serviços externos, os gastos com pessoal e os rendimentos totais. Estes resultados indicam que instituições com maior nível de atividade económica tendem, em determinados casos, a apresentar níveis mais elevados de divulgação de informação – IDI.

Contudo, a análise da magnitude dos coeficientes de correlação (*Rho de* Spearman) revela que estas relações são, na maioria dos casos, de intensidade moderada ou reduzida. Os valores de *Rho* não evidenciam uma associação forte entre o IDI e o desempenho económico-financeiro. Assim, apesar da existência de significância estatística em alguns indicadores, a força dessas relações é limitada, não permitindo afirmar a existência de uma ligação robusta entre as duas dimensões em análise.

Adicionalmente, um conjunto relevante de indicadores, como os subsídios, o resultado líquido e outros rendimentos, não apresenta correlação estatisticamente significativa com o IDI. Nestes casos, os p-valores são superiores ao nível de significância de 5%, não permitindo rejeitar a hipótese nula de ausência de correlação. Esta evidência reforça a ideia de que a associação entre o nível de divulgação de informação e o desempenho não é consistente ao longo das diferentes dimensões económico-financeiras.

Em determinados subconjuntos de indicadores, os coeficientes de correlação assumem valores próximos de zero, o que indica a existência de relações muito fracas ou praticamente inexistentes. Esta situação evidencia que, em diversos casos, o comportamento do IDI é independente do desempenho financeiro, não sendo possível identificar uma tendência clara ou sistemática de associação.

Do ponto de vista interpretativo, importa sublinhar que a existência de correlações estatisticamente significativas não implica relações de causalidade. As associações identificadas indicam apenas que determinadas variáveis tendem a variar em conjunto. Não permitem concluir que níveis mais elevados de divulgação de informação conduzem a um melhor desempenho financeiro, nem que o desempenho económico-financeiro determina o nível de divulgação de informação.

Em síntese, conclui-se que a associação entre o IDI e o desempenho económico-financeiro das IPSS do distrito de Beja é limitada e inconsistente. Embora existam algumas relações estatisticamente significativas (p-valor $\leq$ 5%), estas apresentam intensidade reduzida e não se verificam de forma generalizada em todos os indicadores considerados.

5.2 LIMITAÇÕES E INVESTIGAÇÃO FUTURA

A presente dissertação apresenta contributos relevantes para a compreensão da relação entre a divulgação de informação, o IDI e diversos indicadores económico-financeiros das IPSS analisadas. Contudo, importa reconhecer também um conjunto de limitações que condicionam a generalização dos resultados e que simultaneamente abrem espaço para futuras linhas de investigação.

Em primeiro lugar, destaca-se a dimensão do universo usado. A análise incide exclusivamente sobre IPSS de um distrito de Beja, o que limita a capacidade de generalização dos resultados. A reduzida variabilidade geográfica e institucional pode influenciar a ausência de diferenças estatisticamente significativas entre grupos.

Em segundo lugar, importa referir aqui as limitações inerentes às metodologias estatísticas utilizadas. Os testes não paramétricos aplicados, embora adequados à natureza dos dados, possuem menor poder estatístico relativamente a abordagens paramétricas, o que pode dificultar a deteção de diferenças ou associações existentes. Adicionalmente, a correlação de Spearman permite apenas identificar associações monotónicas, não captando relações mais complexas entre variáveis.

Outra limitação relevante prende-se com a seleção de variáveis. O estudo centra-se em variáveis estruturais e indicadores quantificáveis, não incorporando dimensões qualitativas, como práticas de governação, estratégias de gestão, cultura organizacional, ou níveis de profissionalização da gestão, que podem ter influência significativa tanto no desempenho financeiro como no IDI.

Por fim, importa salientar que a análise efetuada não permite estabelecer relações de causalidade. As associações identificadas não devem ser interpretadas como relações causais, limitando a capacidade de inferência sobre o impacto direto da divulgação de informação no desempenho económico-financeiro.

No entanto, as limitações identificadas abrem espaço para diversas linhas de investigação futura que poderão aprofundar o conhecimento nesta área.

Recomenda-se a extensão da análise a um âmbito geográfico mais alargado, incluindo IPSS de diferentes regiões do país. Tal permitirá avaliar se os resultados obtidos são específicos do distrito de Beja ou se se verificam padrões semelhantes a nível nacional.

Acresce que futuras investigações poderão integrar variáveis qualitativas, tal como antes se indicou. A inclusão destas dimensões poderá ajudar a explicar melhor as diferenças no desempenho e nos níveis de IDI.

Adicionalmente, recomenda-se a utilização de metodologias estatísticas mais avançadas, como modelos de regressão ou análise multivariada, que permitam avaliar simultaneamente o efeito de múltiplas variáveis e explorar relações mais complexas.

Outra linha relevante de investigação futura consiste na análise longitudinal. O acompanhamento das instituições ao longo do tempo permitirá compreender a evolução do IDI e do desempenho económico-financeiro, bem como identificar possíveis relações dinâmicas entre estas variáveis.

Por fim, sugere-se ainda a exploração da relação entre divulgação de informação e outros tipos de desempenho, nomeadamente desempenho social ou impacto comunitário. Tal abordagem é particularmente relevante no contexto das IPSS, cujo objetivo não se limita à dimensão económico-financeira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Afonso, P. D. (2016). *A relevância dos níveis de divulgação da informação das empresas cotadas portuguesas*. ISEG Lisbon School of Economics & Management - Universidade de Lisboa. http://hdl.handle.net/10400.5/13108

Aguiar, Y. K. (2018). *Índice de conformidade da divulgação de informação no âmbito da IAS 37*. Lisboa: ISCTE Business School - Instituto Universitário de Lisboa. http://hdl.handle.net/10071/17659

Agyemang, A. O., Yusheng, K., Twum, A. K., Ayamba, E. C., Kongkuah, M., & Musah, M. (janeiro de 2021). Trend and relationship between environmental accounting disclosure and environmental performance for mining companies listed in China. *Environment, Development and Sustainability, v 23*, pp. 12192–12216. https://doi.org/10.1007/s10668-020-01164-4

Akoglu, H. (2018). User's guide to correlation coefficients. *Turkish Journal of Emergency Medicine, 18*, 91-93. https://doi.org/10.1016/j.tjem.2018.08.001

Almeida, M. C., & Salgueiro, F. d. (24 a 26 de novembro de 2004). A divulgação voluntária de informação. *X Congresso Contabilidade*, pp. 1-17. https://core.ac.uk/download/pdf/47131055.pdf

Amorim, V. L. (2010). *Estudo da divulgação de informação acerca da responsabilidade social empresarial*. Universidade do Minho, Escola de Ecónomia e Gestão. https://hdl.handle.net/1822/16585

Anacleto, I. M. (2023). *Gestão da performance e do desempenho numa IPSS*. ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. http://hdl.handle.net/10071/29863

Azhar, S. (2018). A comparative study of working capital management, solvency and profitability of private and state-owned power distribution utilities using Mann-Whitney U test. *International Journal of Management and Applied Science, 4*(1), 11-14. https://doi.org/10.2139/ssrn.3087867

Barbosa, T. A. (2018). *O índice de transparência municipal em portugal e a perceção dos municípios*. Braga: Escola de Economia e Gestão - Universidade do Minho. https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/59464/1/Teresa%2BBarbosa.PDF

Barreiros, C. d. (2019). *Determinantes da divulgação da RSC das empresas ibéricas no período de 2017 a 2018*. Lisboa: ISCTE Business School - Instituto Universitário de Lisboa. http://hdl.handle.net/10071/19902

Bogdan, V., Sabău-Popa, C. D., Bolos, M.-I., Popa, D.-N., & Belenes, M. (outubro de 2022). Tracking waste management information disclosure behavior connected to financial performance through moderating variables. *International Journal of Environmental Research and Public Health, Vol. 19*, pp. 1-25. https://doi.org/10.3390/ijerph192013068

Borralho, C. (2018). *Sistemas de planeamento e controlo de gestão* (1.ª ed.). Lisboa: Sílabo.

Briceño-León, R. (2003). Quatro modelos de integração de técnicas qualitativas e quantitativas de investigação nas ciências sociais. Em P. Goldenberg, R. M. Marsiglia, & M. H. Gomes, *O Clássico e o Novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde [online]* (pp. 157-183). FIOCRUZ.

Cabedo, J. D., Fuertes-Fuertes, I., Maset-LLaudes, A., & Tirado-Beltrán, J. M. (dezembro de 2017). Improving and measuring transparency in NGOs: a disclosure index for activities and projects. *Nonprofit Management and Leadership 28(17)*, pp. 1-36. https://doi.org/10.1002/nml.21298

Casula, M., Rangarajan, N., & Shields, P. (2020). The potential of working hypotheses for deductive exploratory research. *Quality & Quantity*(55), 1703–1725. https://doi.org/10.1007/s11135-020-01072-9

Chandhini, S. A., & M, V. (2017). Analysing the concrete compressive strength using Pearson and Spearman. *International Conference on Electronics, Communication and Aerospace Technology*. Vellore, India. https://doi.org/10.1109/ICECA.2017.8212799

Choi, J. K., Joseph, C., & Voon, B. H. (dezembro de 2022). Determinants of forward-looking information disclosure by top malaysian companies within a resource-based view framework. *Management and Accounting Review, Volume 21 No 3*. https://doi.org/10.24191/MAR.V21i03-01

Códices, R. S. (2017). *Conceção de um sistema de avaliação de performance para uma IPSS: estudo de caso na UNITATE*. Instituto Superior de Economia e Gestão - Universidade de Lisboa. http://hdl.handle.net/10400.5/20844

Constituição da República Portuguesa. (1976). Lisboa: Diário da República, 1.ª Série, n.º 86/1976.

Correia, R. F. (2022). *O impacto da pandemia no desempenho das entidades da Economia Social: estudo de caso de uma IPSS*. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto - Politécnico do Porto. http://hdl.handle.net/10400.22/21747

Croux, C., & Dehon, C. (2010). Influence functions of the Spearman and Kendall correlation measures. *Springerlink.com, 19*, 497-515. https://doi.org/10.1007/s10260-010-0142-z

Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro. (1983). Lisboa: Diário da República - I Série - n.º 46/1983.

Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro. (2014). Lisboa: Diário da República - I Série - n.º 221.

Decreto-Lei n.º 519-G2/79, de 29 de dezembro. (1979). Lisboa: Diário da República - I Série - n.º 299.

Decreto-Lei n.º 98/2015. (2 de junho de 2015). *Diário da República, 1.ª série — N.º 106*.

Duarte, N. D. (2016). *Desenho e implementação de um modelo de análise financeira numa IPSS*. Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra. http://hdl.handle.net/10400.26/17902

Esteves, R. S. (dezembro de 2020). Concepções sobre o desenvolvimento científico a partir de Thomas Kuhn e Karl Popper. *Occursus- Revista de Filosofia, 5*(2), 12-26. https://revistas.uece.br/index.php/Occursus/article/view/13055

Ferreira, A. d., & Couto, M. C. (março de 2019). Revisão da literatura: construção e importância dos índices de divulgação e de conformidade. *Conference papers*. 'https://www.occ.pt/dtrab/trabalhos/iicicp/finais_site/44.pdf

Ferreira, A., Marques, R. P., Santos, C., Azevedo, G., & Mendes, H. (dezembro de 2016). Avaliação da presença na internet das instituições particulares de solidariedade social portugueasa. (I. S.–U. Aveiro, Ed.) *ESTUDOS DO ISCA – SÉRIE IV – N.º14*, pp. 1-16. https://doi.org/10.34624/ei.v0i14.4697

Ferreira, I. A. (2021). *A transparência nas entidades do setor não lucrativo: o caso das IPSS do concelho do Porto*. Porto: Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto - Politécnico do Porto. http://hdl.handle.net/10400.22/20561

Garcia, C. M. (2016). Governança - uma Estratégia para o terceiro setor face ao contexto de austeridade. *Journal of Child and Adolescent Psychology*, pp. 171-191. https://doi.org/10.34628/wrtf-7g28

Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6.ª ed.). Editora ATLAS S.A.

Gleason, J. (2013). *Comparative power of the Anova, Randomization Anova, and Kruskal-Wallis test*. Wayne State University. http://digitalcommons.wayne.edu/oa_dissertations/658

Hateua, M. F. (2023). *O impacto da divulgação da informação não financeira na performance financeira das empresas cotadas de Portugal de acordo com a diretiva 2014/95/EU*. ISEG Lisbon School - Universidade de Lisboa. http://hdl.handle.net/10400.5/30018

Henriques , M. G., Gomes, C. S., & Correia, F. T. (20 de setembro de 2018). Relato financeiro nas IPSS de Lisboa, Porto e Setúbal. *Trabalho apresentado em XVIII Encuentro AECA, 20-21 setembro 2018,*

Lisboa, Portugal. Lisboa: IPS - Instituto Politécnico de Setúbal IPS - ESCE - Escola Superior de Ciências Empresariais. http://hdl.handle.net/10400.26/31217

Hou, J., Wang, Y., & Du, M. (julho de 2023). Friend or foe: how do consumersand producers affect the ESG rating index? Evidence from China's market of organic milk. *Sustainability, 15(14)*, pp. 1-17. https://doi.org/10.3390/su151410819

Instituto da Segurança Social, IP. (11 de junho de 2024). *Guia Prático - Orçamento e Contas de Instituições Particulares de Solidariedade Social*. https://www.seg-social.pt/documents/10152/15030/N42+-+Guia+pratico+de+_Or%C3%A7amentos+e+Contas+IPSS_2021.pdf/321b292e-411a-4818-a273-1af2ec818998

Kalinowski, S. T., & Pelakh, A. (2023). A hypothetico-deductive theory of science and learning. *Journal of Research in Science Teaching, 61*(6), 1362–1388. https://doi.org/10.1002/tea.21892

Kundeliene, K., & Stepanauskaite, A. (outubro de 2018). Information disclosure and its determinants on lithuanian companies' websites: a quantitative approach. *Inzinerine Ekonomika-Engineering Economics, 29(4),*, pp. 455–467. https://doi.org/10.5755/j01.ee.29.4.17271

Lei n.º 1998, de 15 de maio de 1944. (1944). Lisboa: Diário do Governo - I Sério - n.º 102.

Lei n.º 2120, de 19 de julho de 1963. (1963). Lisboa: Diário do Governo - I Série - n.º 169.

Lei n.º 30/2013. (8 de maio de 2013). *Lei de Bases da Economia Social*. Diário da República, 1.ª série — N.º 88.

Li, W. (novembro de 2018). Corporate governance evaluation of Chinese listed companies. *Nankai Business Review International, 9*(4), 437-456. https://doi.org/10.1108/NBRI-07-2018-0047

Li, W., & Tang, Y. (fevereiro de 2007). An evaluation of corporate governance evaluation, governance index (CGINK) andperformance: Evidence from Chinese listed companies in 2003. *Frontiers of Business Research in China*(1), 1-18. https://doi.org/10.1007/s11782-007-0001-4

Luo, X., Jaidi, J., & Nipo, D. T. (dezembro de 2023). Environmental regulation tools and corporate environmental information disclosure: Evidence from a-share-listed companies in Shenzhen and Shanghai, China. *Asian Development Policy Review, 11(4)*, pp. 197–208. https://doi.org/10.55493/5008.v11i4.4944

Moreira, A. F. (2022). *Avaliação do desempenho de instituições sem fins lucrativos. Um contributo para um modelo de avaliação d'a previdência portuguesa*. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. https://hdl.handle.net/10316/109585

Msuha, B., & Mdendemi, T. (2019). Hypothesis testing for the association between categorical variables: empirical application of chi square test. *Mathematical Theory and Modeling, 9*(2), 9-17. https://doi.org/Mathematical Theory and Modeling

Neto, S. d. (2011). O que é um paradigma? *Revista de Ciências Humanas, 45*(2), 345-354. https://doi.org/10.5007/2178-4582.2011v45n2p345

Neves, N. S. (2011). *Evolução da divulgação da informação nos relatórios de gestão, 1973 - 2003*. ISEG - Universidade Técnica de Lisboa. http://hdl.handle.net/10400.5/4351

Nkano, A. A. (2018). *A análise da divulgação de informação nos relatórios intercalares e sua relação com a performance empresarial*. Setúbal: Instituto Politécnico de Setúbal; Escola Superior de Ciências Empresariais. http://hdl.handle.net/10400.26/20749

Nowacki, A. (setembro de 2017). From the "Biostatistics and Epidemiology Lecture Series, Part 1" - Chi-square and Fisher's exact tests. *CLEVELAND CLINIC JOURNAL OF MEDICINE, 84*(2), 20 - 25. https://doi.org/10.3949/ccjm.84.s2.04

Nwobi, F. N., & Akanno, F. C. (2021). Power comparison of ANOVA and Kruskal–Wallis tests when error assumptions are violated. *Advances in Methodology and Statistics, 18*(2), 53-71. https://doi.org/https://doi.org/10.51936/ltgt2135

Ornelas, T. I. (2018). *Transparência das IPSS na região autónoma da Madeira: estudo empírico*. Porto: Instituto de Contabilidade e Administração do Porto - Politécnico do Porto. http://hdl.handle.net/10400.22/13192

Pardal, P., Carreira, F., & Alexandre, P. (11 de 2019). O grau de divulgação de informação nos websites das IPSS. *Trabalho apresentado em VII Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria (XVII CICA), 7-8 de novembro 2019, Porto, Portugal*. Porto: Instituto Politécnico de Setúbal, Escola Superior. http://hdl.handle.net/10400.26/30354

Pereira, F., Carreira, F., Pardal, P., & Alexandre, P. (2020). A divulgação de informação nos websites: estudo comparativo das IPSS dos concelhos de Beja e de Setúbal. *Trabalho apresentado em XIX Encuentro Internacional AECA, 17-18 de setembro 2020, online*. Instituto Politécnico de Beja, Escola Superior de Tecnologia e Gestão & Instituto Politécnico de Setúbal, Escola Superior de Ciências Empresariais. http://hdl.handle.net/10400.26/34170

Peres, C., Pereira, F. R., & Pinto, R. R. (maio de 2024). *Guia prático – tributação em sede de IRC das entidades do setor não lucrativo.* Ordem dos Contabilistas Certificados: https://portal.occ.pt/sites/default/files/public/2024-05/Guia_Pratico_ESNLb.pdf

Pires, W. C. (2012). *Os determinantes da divulgação da informação financeira na Internet: evidência empírica nos municípios portugueses.* Instituto Politécnico de Bragança. http://hdl.handle.net/10198/8482

Popper, K. R. (1959). *A lógica da pesquisa científica.* Editora Cultrix.

Quivy, R., & Campenhaudt, L. V. (1998). *Manual de investigação em ciências sociais.* GRADIVA.

Rana, R., & Singhal, R. (2015). Chi-square test and its application in hypothesis testing. *Journal of the Practice of Cardiovascular Sciences, 1*, 69-71.

Reis, F. L., & Veiga, V. M. (2023). Sustentabilidade económico-financeira das instituições particulares de solidariedade social - paralisia cerebral. *Temas Sociais*(4), 190-213. https://doi.org/10.53809/TS_ISS_2023_n.4_190-213

Ribeiro, V., Monteiro, S., & Moura, A. (20 de janeiro de 2018). Divulgação de informação na internet sobre responsabilidade social – evidência empírica nos municípios portugueses. *Revista De Gestão Ambiental E Sustentabilidade, 7(2)*, pp. 185-209. https://doi.org/10.5585/geas.v7i2.373

Rincón-Soto, C. A., Gómez-Villegas, M., & Rivera-Arrubla, Y. A. (dezembro de 2021). Los diseños de índices de divulgación de información nanciera en Internet. Una revisión sistemática de la literatura. *Cuadernos de Administración, vol. 34*. https://doi.org/10.11144/Javeriana.cao34.didifi

Rodrigues, C. F., Lima, F. J., & Barbosa, F. T. (10 de Abril de 2017). Importância do uso adequado da estatística básica nas pesquisas clínicas. *REVISTA*, pp. 619-625. https://doi.org/10.1016/j.bjan.2017.01.003

Rosa, E. C. (2015). O conhecimento cientifico da metodologia: com o olhar para o método hipotético dedutivo como ferramenta de pesquisa. *Revista Iniciação & Formação Docente Dossiê do X Seminário de Leitura e Produção no Ensino Superior, 2*(2), 1-10. https://deposita.ibict.br/handle/deposita/39

Ruela, A. F. (2013). *Accountability em instituições particuleres de solidariedade social: um estudo exploratório.* Universidade de Coimbra. https://hdl.handle.net/10316/25511

Rufino, M. A., & Machado, M. R. (2016). Fatores determinantes da divulgação de informações voluntária social: evidências empíricas no Brasil. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC), 9*(4), 386-402. https://doi.org/10.17524/repec.v9i4.1300

Silva, P. C. (2016). *O Relato financeiro nas paróquias: estudo de caso de uma paróquia do concelho de Matosinhos.* Porto: Instituto de Contabilidade e Administração do Porto - Politécnico do Porto. http://hdl.handle.net/10400.22/9651

Silva, S. d. (2014). *Estratégias de sustentabilidade financeira das IPSS*. Universiade de Aveiro. http://hdl.handle.net/10773/15620

Sousa, S. (2012). *As instituições particulares de solidariedade social num contexto de crise económica* (IPI Consulting Network Portugal ed.). Lisboa: SIG - Sociedade Industrial Gráfica - ISBN: 978-989-96200-6-3. https://www.fea.pt/fileadmin/Recursos/Documentos/30a83a6e1c7495224ffff10a4287448101c88047.pdf

Teixeira, A. (1996). *As Instituições particulares de solidariedade social - aspectos da evolução do seu regime jurídico* (Vol. Documentos Temáticos n.º 11). Lisboa: Nova Oficina Gráfica, Lda - ISBN 972-95777-1-4. https://www.fea.pt/fileadmin/Recursos/Documentos/ebd6f9dd248def5bce3a33f9b2048c864eb99b94.pdf

Tu, G., Chen, H., & Zhu, C. (25 de março de 2024). Research on financing countermeasures of online game SMEs based on the identification of intangible assets information. *PLoS ONE 19(3): e0291338*, pp. 1-24. https://doi.org/10.1371/journal.pone.0291338

Vaz, J. J. (1998). Questões epistemológicas fundamentais na investigação em gestão: método hipotético dedutivo. *Estudos de Gestão, IV*(2), 129-133.

Vieira, F. M., & Pires, V. M. (dezembro de 2020). Divulgação de informações ambientais por empresas da área da saúde uma análise de conteúdos dos websites institucionais. *Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade 7(17)*, pp. 1197-1213. https://doi.org/10.21438/rbgas(2020)071712

Xue, D., Wang, J., & Zhu, Z. (novembro de 2020). Impact of environmental information disclosure on certified public accountant audit of chinese listed companies in the energy industry. *Applied Mathematics and Nonlinear Sciences, 5(2)*, pp. 377 - 390. https://doi.org/10.2478/amns.2020.2.00044

Anexos

Tabela 17

Anexo I – Listagem das IPSS do distrito de Beja

DENOMINAÇÃO	CONCELHO	DISTRITO	FORMA JURÍDICA	ANO REGISTO
Associação de Solidariedade Social de S. João de Negrilhos	Aljustrel	Beja	Associação	1998
Centro Paroquial de Bem Estar Social Ervidel	Aljustrel	Beja	Centro Social Paroquial	1984
Cocaria-Associação de Solidariedade Social de Rio de Moinhos	Aljustrel	Beja	Associação	1994
Engenho e Arte - Associação para a Defesa e Valorização de Messejana	Aljustrel	Beja	Associação	1994
Misericórdia de Nossa Senhora da Assunção de Messejana	Aljustrel	Beja	Misericórdia	1990
Santa Casa da Misericórdia de Aljustrel	Aljustrel	Beja	Misericórdia	1983
Centro Social e Paroquial de Santa Clara-a-Nova	Almodôvar	Beja	Centro Social Paroquial	1998
Santa Casa da Misericórdia de Almodôvar	Almodôvar	Beja	Misericórdia	1987
Associação de Solidariedade Social de Aldeia dos Fernandes	Almodôvar	Beja	Associação	2003
Sonho & Verdade - Associação	Almodôvar	Beja	Associação	2010
Fundação S. Barnabé	Almodôvar	Beja	Fundação	2010
Centro Social Paroquial de Vila Nova Baronia	Alvito	Beja	Centro Social Paroquial	1982
Santa Casa da Misericórdia de Alvito	Alvito	Beja	Misericórdia	1982

DENOMINAÇÃO	CONCELHO	DISTRITO	FORMA JURÍDICA	ANO REGISTO
Lar Nossa Senhora da Conceição de Barrancos	Barrancos	Beja	Associação	2001
Associação Escola Aberta	Beja	Beja	Associação	1992
Centro de Paralisia Cerebral de Beja	Beja	Beja	Associação	1982
Centro Infantil Coronel Sousa Tavares	Beja	Beja	Associação	1985
Centro Paroquial e Social do Salvador-Beja	Beja	Beja	Centro Social Paroquial	1982
Centro Social Cultural e Recreativo do Bairro da Esperança	Beja	Beja	Associação	1998
Centro Social e Cultural da Imaculada Conceição da Salvada	Beja	Beja	Associação	1994
Centro Social Nossa Senhora da Graça	Beja	Beja	Associação	1993
Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Luz - Albernoa	Beja	Beja	Centro Social Paroquial	1981
Cáritas Diocesana de Beja	Beja	Beja	Instituto de Organização Religiosa	1983
Fundação Joaquim Honório Raposo	Beja	Beja	Fundação	1987
Fundação Manuel Gerardo de Sousa e Castro	Beja	Beja	Fundação	1981
Fundação Nobre Freire	Beja	Beja	Fundação	1981
Mansão de S. José	Beja	Beja	Instituto de Organização Religiosa	1985

DENOMINAÇÃO	CONCELHO	DISTRITO	FORMA JURÍDICA	ANO REGISTO
Patronato de Santo António	Beja	Beja	Instituto de Organização Religiosa	1983
Santa Casa da Misericórdia de Beja	Beja	Beja	Misericórdia	1983
Liga dos Amigos do Hospital de Beja	Beja	Beja	Associação	1996
Centro de Apoio Social do Concelho de Beja	Beja	Beja	Associação	2000
Alento - Associação	Beja	Beja	Associação	2001
Fundação Pax da Diocese de Beja	Beja	Beja	Fundação	2004
Associação Sementes de Vida	Beja	Beja	Associação	2004
Associação Recolher e Dar	Beja	Beja	Associação	2010
Aris da Planície-Associação para a Promoção da Saúde Mental	Beja	Beja	Associação	2020
Fundação Joaquim António Franco e Seus Pais António Franco Ribeiro e Maria Castelo Fernandes Ribeiro	Castro Verde	Beja	Fundação	1994
Lar Frei Manuel das Entradas	Castro Verde	Beja	Associação	1995
Lar Jacinto Faleiro	Castro Verde	Beja	Associação	1987
Associação de Solidariedade Social Seara de Abril	Castro Verde	Beja	Associação	2003
Place To Be - Associação de Solidariedade Social	Castro Verde	Beja	Associação	2009

DENOMINAÇÃO	CONCELHO	DISTRITO	FORMA JURÍDICA	ANO REGISTO
Santa Casa da Misericórdia de Cuba	Cuba	Beja	Misericórdia	1983
Santa Casa da Misericórdia de Vila de Alva	Cuba	Beja	Misericórdia	1984
Associação de Bem Estar Social dos Reformados e Idosos de Canhestros	Ferreira do Alentejo	Beja	Associação	1995
Centro Social e Paroquial de Odivelas	Ferreira do Alentejo	Beja	Centro Social Paroquial	1981
Santa Casa da Misericórdia de Ferreira do Alentejo	Ferreira do Alentejo	Beja	Misericórdia	1985
Associação de Desenvolvimento das Terras do Regadio	Ferreira do Alentejo	Beja	Associação	2000
Centro Social dos Montes Altos	Mértola	Beja	Associação	1996
Santa Casa da Misericórdia de Mértola	Mértola	Beja	Misericórdia	1985
Centro de Apoio a Idosos de Moreanes	Mértola	Beja	Associação	2001
Casa da Divina Providência e de Maria Auxiliadora (Centro Paroquial de Safara)	Moura	Beja	Centro Social Paroquial	1989
Casa do Povo de Safara	Moura	Beja	Associação	1998
Centro Infantil de Nossa Senhora do Carmo	Moura	Beja	Associação	1983
Centro Paroquial de Moura	Moura	Beja	Centro Social Paroquial	1982
Centro Social de Amareleja	Moura	Beja	Associação	1991

DENOMINAÇÃO	CONCELHO	DISTRITO	FORMA JURÍDICA	ANO REGISTO
Santa Casa da Misericórdia de Moura Lar de S. Francisco	Moura	Beja	Misericórdia	1983
Associação Sobralense de Apoio a Idosos	Moura	Beja	Associação	1999
Centro Paroquial e Social de Santo Aleixo da Restauração	Moura	Beja	Centro Social Paroquial	1999
APPACDM de Moura - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	Moura	Beja	Associação	2000
Moura - Salúquia - Associação de Mulheres do Concelho de Moura	Moura	Beja	Associação	2001
AASPSM - Associação de Apoio Social da Freguesia da Póvoa de São Miguel	Moura	Beja	Associação	2003
ASAMIL - Associação Amigos dos Idosos de São Miguel	Moura	Beja	Associação	2021
Associação Princesa Salúquia	Moura	Beja	Associação	2022
Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos da Freguesia de S. Teotónio	Odemira	Beja	Associação	1991
Associação de Solidariedade Social Nª Sª do Mar	Odemira	Beja	Associação	1997
Associação Humanitária da 3.ª Idade D. Ana Pacheco	Odemira	Beja	Associação	1994
Instituto Nossa Senhora de Fátima	Odemira	Beja	Instituto de Organização Religiosa	1985
Jardim de Infância Nossa Senhora da Piedade	Odemira	Beja	Instituto de Organização Religiosa	1983
Santa Casa da Misericórdia de Odemira	Odemira	Beja	Misericórdia	1984

DENOMINAÇÃO	CONCELHO	DISTRITO	FORMA JURÍDICA	ANO REGISTO
Associação de Reformados e Idosos de Vila Nova de Milfontes	Odemira	Beja	Associação	2000
Sociedade Recreativa S. Teotoniense	Odemira	Beja	Associação	2003
Associação de Paralisia Cerebral de Odemira - APCO	Odemira	Beja	Associação	2005
Associação de Solidariedade Social de Vila Nova de Milfontes - Creche, Jardim de Infância e ATL	Odemira	Beja	Associação	2009
Santa Casa da Misericórdia de Ourique	Ourique	Beja	Misericórdia	1985
Futuro de Garvão - Associação de Solidariedade Social	Ourique	Beja	Associação	2008
Casa do Povo de Santana da Serra	Ourique	Beja	Associação	2014
Núcleo Organizativo de Serviço Social Aldeia e Trabalho Estratégico - Revitalizador da Região Alentejo (NOSSA TERRA)	Ourique	Beja	Associação	2015
Fundação Casa do Povo de Santana da Serra	Ourique	Beja	Fundação	2017
Centro Social de S. Jorge e Senhora das Pazes	Serpa	Beja	Associação	1996
Centro Social e Paroquial de Brinches	Serpa	Beja	Centro Social Paroquial	1981
Creche Jardim de Nossa Senhora da Conceição de Serpa	Serpa	Beja	Associação	1983
Flor do Enxoé - Associação de Solidariedade Social de Vale de Vargo	Serpa	Beja	Associação	1997
Fundação Viscondes de Messangil	Serpa	Beja	Fundação	1982

DENOMINAÇÃO	CONCELHO	DISTRITO	FORMA JURÍDICA	ANO REGISTO
Lar de São Bento	Serpa	Beja	Fundação	1985
Santa Casa da Misericórdia de Serpa	Serpa	Beja	Misericórdia	1991
Aldeia Nova - Associação de Desenvolvimento Social de Vila Nova de S. Bento	Serpa	Beja	Associação	2005
Associação de Beneficência de Pedrógão do Alentejo	Vidigueira	Beja	Associação	1995
Fundação Domingos Simão Pulido	Vidigueira	Beja	Fundação	1986
Santa Casa da Misericórdia da Vidigueira	Vidigueira	Beja	Misericórdia	1982
Santa Casa da Misericórdia de Vila de Frades	Vidigueira	Beja	Misericórdia	1989
Associação de Beneficência de Selmes e Alcaria	Vidigueira	Beja	Associação	2000

Fonte: Informação retirada do *site* do Instituto da Segurança Social - Consulta feita em 21/09/2024 às 15h50m – através do link https://www.seg-social.pt/documents/10152/33557125/IPSS.pdf/49b9f5b1-efa4-42aa-a4ec-a6444bcbb50f.